



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**A Reconstrução Imaginária de Sants:
Economia Solidária, utopias para transformação eco-social**

Mayra Coelho Gonçalves

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador(a):

Prof. Doutor Jordi Estivill Pascual , Professor Emérito
Universidade de Barcelona

Co-Orientador(a):

Prof. Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
Departamento de Economia Política – ISCTE-IUL

Novembro, 2021

Departamento de Economia Política

**A Reconstrução Imaginária de Sants:
Economia Solidária, utopias para transformação eco-social**

Mayra Coelho Gonçalves

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Prof. Doutor Jordi Estivill Pascual , Professor Emérito
Universidade de Barcelona

Co-Orientador:

Prof. Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
Departamento de Economia Política – ISCTE-IUL

Novembro, 2021

*Para todos os que acreditam
que um outro mundo é possível.*

*'Para que yo sea un utopía, basta que sea un cuerpo'
Foucault, 1966.*

*'Soyez réalistes. Demandez l'impossible'
França, Maio 1968.*

Agradecimentos

Esta dissertação é a concretização de um emaranhado de sonhos, que só foi possível devido a ajuda de muitas pessoas. Primeiramente agradeço a minha família, que acreditou e apoiou a minha vontade de deixar tudo para trás, cruzar o oceano e voltar a estudar, em busca de compreender melhor este mundo e, com isso, me redescobrir nele. Um agradecimento especial a minha mãe e minha irmã que me ajudaram até o final, com a organização e correção desta dissertação.

Ao grande amigo Mathieu Guinois, agradeço por sua imensa generosidade, sem ela não seria possível que eu começasse esta jornada. Ao querido Antoine agradeço o companheirismo, o apoio nos momentos difíceis e a atenção durante a partilha de cada nova descoberta. Obrigada por acreditar em minhas utopias!

Meu carinho ao Professor Jordi Estivill, por ser um orientador zeloso, paciente e por ser uma grande inspiração. Agradeço por todas nossas conversas, pelos convites que me abriram portas e, acima de tudo, por ser quem me apresentou à Economia Social e Solidária me abrindo para outras realidades que me devolvem a esperança de que um outro mundo é possível. Agradeço também ao Professor Roque Amaro, meu co-orientador e também outra grande inspiração, por nos incentivar a ser indisciplinados, a buscar respostas em outros domínios e que o mais importante não é a teoria, mas as conexões que construímos e o trabalho que fazemos no terreno. Aos meus colegas de curso e amigos agradeço por todos os momentos compartilhados e pela força para seguirmos avançando.

Agradeço também aos que acreditam e investem em programas de educação e pesquisa. As oportunidades de bolsa que tive foram imprescindíveis para que eu pudesse concluir meus estudos, em tempos tão difíceis como estes anos de pandemia. Agradeço ao Programa 'Verão com Ciência', financiado pelo FCT, que me manteve em Portugal em meio à crise sanitária e abriu-me as portas da investigação. Agradeço também a bolsa Erasmus+, que me permitiu estudar por um semestre na KU Leuven, contribuindo para a realização de um desejo antigo: aprender francês.

Cada novo ambiente de ensino ajuda a ver o mundo por um outro ângulo. Estudar na KU Leuven foi muito importante para a minha formação. Agradeço aos professores Karel Arnaut e Steven Van Wolputte por me apresentarem à antropologia e me auxiliarem na estruturação do meu programa

de pesquisa para esta dissertação. Que mais alunos possam intercambiar conhecimentos, experiências e vivenciar outras realidades, o que só nos engrandece.

Gostaria de agradecer também ao Ivan Miró que me introduziu o universo cooperativo de Sants e que me ajudou a focalizar o tema desta dissertação. Seu ímpeto ativista e sua paixão pelo cooperativismo são contagiantes. Também não poderia deixar de agradecer a todos que fazem parte de iniciativas solidárias em Sants e que cederam uma parte de seu tempo para dedicar alguns minutos para minhas entrevistas. Cada testemunho foi enriquecedor, me transportaram do abstrato da teoria para colocar os pés no chão da prática, sem isso este trabalho seria muito mais limitado.

Agradeço igualmente a todas as plataformas que distribuem conteúdo científico de forma gratuita e as que lutam para oferecer acesso público em massa a trabalhos de investigação. Agradeço a todos os que se esforçam para manter bibliotecas públicas de qualidade e, em especial, a todos que zelam pelas bibliotecas Francesca Bonnemaison e Vapor Velll em Barcelona, de onde escrevi boa parte desta dissertação. Se não existissem iniciativas que visam democratizar o conhecimento este e muitos outros trabalhos jamais poderiam ser feitos.

Por fim, agradeço todos que apoiam a ciência e a pesquisa e a todos que sonham e desejam construir um mundo melhor!

Resumo

Estamos submersos em uma era de crises – económica, ecológica e democrática – que mantém a vida sob constante risco. O mercado tem prioridade sobre a vida e a economia capitalista mercantiliza suas variadas dimensões. É urgente reposicionar a vida e o planeta no centro, ‘resubstanciar’ a economia de valor social. Assim, esta investigação inicia-se com um escrutínio crítico do capitalismo através da análise dos processos de construção, reconstrução e desconstrução do conceito de ‘desenvolvimento’. A fim de romper seu campo discursivo-ideológico, adota-se a perspectiva de autores ‘pós-desenvolvimentistas’ que defendem o exame de práticas alternativas que emanam de movimentos sociais e a adoção de novas epistemologias. Para consubstanciar estas alternativas ao modelo capitalista, aqui defende-se o uso do conceito de ‘transformação eco-social’.

O objeto de estudo desta dissertação é, então, uma destas alternativas: a economia solidária, nomeadamente, o ecossistema solidário do bairro de Sants em Barcelona. Procura-se compreender os fatores que possibilitaram à eclosão de diversas iniciativas contra-hegemónicas e de que forma estas recriam o imaginário social. Para tal, examina-se tanto processos subjetivos individuais quanto coletivos com intuito de explorar como utopias se traduzem em iniciativas transformadoras. Central a análise estão dois conceitos: a ‘transformação eco-social’, para suplantarmos o ‘desenvolvimento’, e a ‘utopia’, que advogo ser importante como método para construção de outros futuros.

Com o emprego da utopia como método, o objetivo é compreender de que forma se dá o processo de reconstrução imaginária de Sants e como fazer florescer alternativas na direção de sociedades mais democráticas, justas, equitativas e sustentáveis.

Palavras chave: anticapitalismo, economia social e solidária; economia solidária; transformação eco-social; utopia.

Abstract

We are submerged in an era of crises - economic, ecological and democratic - that keeps life under constant risk. The market has priority over life and the capitalist economy commodifies its various dimensions. It is urgent to reposition life and the planet at the center, to resubstantiate the economy of social value. Thus, this research begins with a critical scrutiny of capitalism by analyzing processes of construction, reconstruction and deconstruction of 'development' as a concept. In order to break its discursive-ideological field, we adopt the perspective of 'post-developmental' authors who advocate the examination of alternative practices that emanate from social movements and the adoption of new epistemologies. To embody these alternatives to capitalism, the concept of 'eco-social transformation' is proposed.

The object of study of this dissertation is, then, one of these alternatives: the solidarity economy, namely, the solidarity ecosystem of the Sants neighborhood in Barcelona. It seeks to understand the factors that have enabled the emergence of various counter-hegemonic initiatives and how these recreate the social imaginary. To this end, both individual and collective subjective processes are examined in order to explore how utopias translate into transformative initiatives. Central to the analysis are two concepts: 'eco-social transformation', to supplant 'development', and 'utopia', which I argue is important as a method for constructing other futures.

Using utopia as a method, the goal is to understand how the process of imaginary reconstruction of Sants takes place and how to make alternatives flourish towards more democratic, just, equitable and sustainable societies.

Keywords: anti-capitalism, social and solidarity economy; solidarity economy; eco-social transformation; utopia.

Índice de Figuras e Tabelas*

FIGURA 3.1. <i>Fonte de recursos</i>	37
FIGURA 3.2. <i>Área de atuação</i>	37
FIGURA 3.3. <i>Objetivos de atuação</i>	37
FIGURA 3.4. <i>Tipo de propriedade</i>	37
FIGURA 3.5. <i>Controle e processo decisório</i>	37
FIGURA 3.6. <i>Comportamento frente ao lucro</i>	37
FIGURA 4.1. <i>Rede de intercooperação solidária do bairro de Sants</i>	52
TABELA 4.1. <i>Entidades de Economia Social e Solidária mapeadas em Sants</i>	53

*TODAS AS FIGURAS E TABELAS SÃO DE MINHA AUTORIA COM BASE EM DADOS RECOLHIDOS DE MÚLTIPLAS FONTES DURANTE A INVESTIGAÇÃO

Glossário de Siglas

COP26 - *Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas*

CNT - *Confederació Nacional del Treball*

EINF - *Economia informal*

EPOP - *Economia popular*

ESOC - *Economia social*

ESOL - *Economia solidària*

ESS – *Economia Social e Solidaria*

EUA - *Estados Unidos da América*

FED - *Sistema de Reservas Federal dos Estados Unidos*

FESC - *Fira d'Economia Solidària de Catalunya*

FMI - *Fundo Monetário Internacional*

GOV - *Governamental*

IDH - *Índice de Desenvolvimento Humano*

OMC - *Organização Mundial do Comércio*

ONG - *Organizações Não Governamentais*

ONU - *Organização das Nações Unidas*

PIB - *Produto interno bruto*

PNUD - *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*

RSC - *Empresas com responsabilidade social corporativa*

SE - *Empresas sociais*

TS - *Terceiro sector*

UGT - *União Geral dos Trabalhadores*

UNDP - *United Nations Development Programme*

WWF - *World Wide Fund*

XES - *Xarxa d'Economia Solidaria*

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de Figuras e Tabelas	ix
Glossário de Siglas	xi
Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. Enquadramento Teórico	5
2.1. O conceito de desenvolvimento	5
2.1.1. Contradições do desenvolvimento como modernidade e progresso	7
2.1.2. Concepções alternativas de desenvolvimento: o ‘upcycling’ do conceito	8
2.1.3. Fim do desenvolvimento? Neoliberalismo, globalização e movimentos sociais	12
2.2. Novas epistemologias para ‘outros mundos’ possíveis	15
2.2.1. Do desenvolvimento à transformação eco-social	18
2.1.2. A transformação eco-social como conceito	20
2.3. O resgate da utopia	22
2.3.1. A utopia como prática diária: utopias reais e utopias quotidianas	24
2.3.2. A utopia como método: a Reconstrução Imaginária da Sociedade	25
Capítulo 3. Objeto de Estudo	27
3.1. Da Economia Social à Economia Solidária	28
3.1.1. Uma nova Economia Social? A Economia Solidária	30
3.1.2. Três correntes e distintas visões da Economia Solidária	32
3.1.3. A Economia Solidária em perspectiva	35
3.2. Da Catalunha ao bairro de Sants: o percurso da solidariedade	38
3.2.1. A Economia Social no contexto catalão	39
3.2.2. A resistência solidária em Sants: movimento sociais urbanos	43
3.2.3. O ‘re-desenvolvimento’ de Barcelona: a quem pertence a cidade?	45
3.2.4. A Economia Solidária da Catalunha à Barcelona	48

Capítulo 4. A Reconstrução Imaginária de Sants	51
4.1. Arqueologia: para transformar a visão de mundo	55
4.2. Ontologia: para transformar pessoas	62
4.3. Arquitetura: para construir novas realidades	67
Capítulo 5. Conclusões	75
Referências Bibliográficas	79

CAPÍTULO 1

Introdução

Quanto mais terão que sofrer? As desigualdades globais escancararam o que por mais de sete décadas a saga pelo desenvolvimento não foi capaz de reverter: enquanto há comida suficiente para nutrir toda a população mundial, hoje mais de 848 milhões¹ de pessoas não tem o que comer. A fome aguda atinge 92 países, mais de 1 mil milhão de pessoas vive abaixo da linha da pobreza². Nem o crescimento económico, nem os avanços tecnológicos contribuíram para suprir a mais básica das necessidades humanas e isso se deve a uma razão, o sistema capitalista não serve a necessidades, serve apenas a um só senhor: o capital. Entre 1995 e 2015 a desigualdade aumentou para mais de 70% da população mundial (ONU, 2020), que olhando para cima viu o 1% mais rico ficar cada vez mais distante. Os ‘super ricos’ concentram 6,2% da riqueza mundial e representam apenas 0,002% da população enquanto 53,6% dos mais pobres dividem miseros 1,4%³ das riquezas. Se a taxa de desigualdade continuar a crescer nos níveis atuais a previsão é que a classe média seja também comprimida para alavancagem do topo; o mundo continuará a pagar a conta para os mais ricos.

Até quando nosso planeta irá suportar? Ultrapassamos os limites planetários cada vez mais cedo, neste ano, em 29 de julho já tínhamos esgotado os recursos naturais que a Terra demora um ano para regenerar⁴. O planeta está sobrecarregado pela utilização indiscriminada de recursos renováveis e não-renováveis. Vivemos com a pegada ecológica no vermelho para sustentar os lucros de poucos e a cada ano a conta chega mais cara: enchentes, ondas de calor, furacões, nevascas, estiagem, incêndios. Enquanto eventos meteorológicos extremos tornam-se mais e mais frequentes, vemos líderes mundiais esquivarem-se de comprometer-se sérios durante a Cop26, com acordos não vinculantes, metas tímidas e prazos longínquos. Ao mesmo tempo em que a falta de esforço e promessas vazias fazem os acordos ambientais cada vez mais insignificantes, a sociedade civil, principalmente os mais jovens, une esforços e preocupa-se com as mudanças climáticas e desafios que o futuro reserva. Movimentos sociais, mesmo em meio a pandemia, reuniram em Glasgow 100 mil pessoas em um protesto por justiça climática, que mobilizou outras 250 cidades pelo mundo⁵.

¹ HungerMap LIVE : Global insights and key trends. (2021). [em linha]. HungerMap [Consultado em 16 de nov. de 2021]. Disponível em: <https://static.hungermapdata.org/insight-reports/latest/global-summary.pdf>

² World Hunger Facts: World Food Shortage 2021 (2021). [em linha]. Embrace Relief [Consultado em 16 de nov. de 2021]. Disponível em: <https://www.embracerelief.org/world-hunger-facts-world-food-shortage-2021/>

³ Facts Global Inequality (s.d.). [em linha]. Inequality.org. [Consultado em 10 de novembro de 2021]. Disponível em: <https://inequality.org/facts/global-inequality/>

⁴ O QUE É O DIA DA SOBRECARGA DA TERRA? (2021). [em linha]. Politize! [Consultado em 16 de novembro de 2021]. Disponível em: <https://www.politize.com.br/dia-da-sobrecarga-da-terra/>

⁵ Hundreds of thousands of protesters demand climate justice across the globe amid COP26 [em linha]. Mashab [Consultado em 16 de nov de 2021]. Disponível em: <https://mashable.com/article/cop26-glasgow-protests>

Essas duas crises, social e ambiental, se sobrepõem e, com isso, aprofundam-se. As alterações climáticas agravam situações de pobreza e a pobreza impede a adoção de medidas de adaptação ao aquecimento global e de transição energética. A essas soma-se uma terceira crise, a democrática, consequência do esvaziamento da participação política e descontentamento com o aparelhamento do Estado por lobbies e corporações, que garantem a manutenção dos interesses capitalistas à custa do bem-estar da maioria. Torna-se cada vez mais evidente para um número maior de pessoas que para desviar da rota que nos conduz ao abismo precisamos encontrar um caminho alternativo.

Como em outras épocas, momentos de crise acendem o fogo dos inconformados e as sucessivas crises provocadas pelos impactes desiguais e destrutivos do capitalismo incitam o que pode-se considerar um longo ciclo de protestos anticapitalistas, com início no fim do século XX, com o levante Zapatista, irrompendo mundo afora nos Forum Sociais Mundiais, Occupy Wall Street, Movimento dos Indignados⁶, entre outras mobilizações (Rodrigues, 2018). Se existe uma coisa comum à história é que ‘anywhere there is people, there is power’⁷ e como acrescenta Foucault (1978: 95-96) ‘where there is power, there is resistance’.

Esses movimentos sociais resistem a um dos efeitos do capitalismo que Latour (2014) considera dos mais perigosos: o sentimento de impotência. ‘There must be something so poisonous in the idea of capitalism that it has such an effect on thought as to render any alternative unthinkable (ibid: 4) Para o autor, o capitalismo gera na maioria das pessoas que não se beneficiam da sua riqueza e se percebem presas a condições das quais não conseguem se desvencilhar, um tremendo sentimento de impotência. Pela capacidade de penetração do capitalismo em formações sociais e de transformar relações, impregnando as mais diversas dimensões da vida, pensar alternativas pós-capitalistas é mesmo um exercício desafiador que exige inventividade. Há que se permitir o ato de imaginar.

Este ‘pensar alternativas’ poderia ser conteúdo reflexivo e uma prática pedagógica no âmbito das universidades, porém o capitalismo, que já impregnou o sistema de ensino universitário, não costuma abrir espaço para alternativas. São poucos os que ousam projetar o futuro dentro da academia, promover o ato de imaginar e não de teorizar, pelo menos nas ciências sociais⁸.

Durante minha formação académica tive o privilégio de estudar em quatro universidades de prestígio⁹, sempre na área de ciências sociais. Em todas as disciplinas que cursei havia uma

⁶ O movimento dos indignados será analisado no capítulo 3.

⁷ Frase de Fred Hampton (1948-1969), ativista revolucionário, liderança do movimento Black Panther nos EUA.

⁸ As ciências tecnológicas estão desenvolvendo mais estas competências dentro da esfera da inovação, há ainda outras ciências que produzem simulações, como a matemática e a economia, mas estas são usualmente baseadas em projeções e modelos quantitativos e não na imaginação.

⁹ Durante a licenciatura cursei Relações internacionais na PUC-Rio e por seis meses estudei políticas públicas e desenvolvimento na University of Liverpool. Estou em vias de terminar este mestrado em Estudos de Desenvolvimento no ISCTE-IUL e também estudei no departamento de antropologia da KU Leuven, na Bélgica.

preocupação genuína com a condição presente e suas problemáticas, no entanto, olha-se mais para trás a procura de respostas, com intuito de analisar, criticar e teorizar, do que para futuro. Não se permite imaginar, não se estimula as faculdades inventivas, conjecturais ou prognósticas. Como critica Levitas (2013b), que corajosamente se dedica aos estudos utópicos, à faculdade de idealizar foi negada cientificidade, a especulação tornou-se a face oposta do método científico. Neste contexto, a imaginação é rechaçada pelas ciências sociais e confinada às artes e ciências humanas.

O propósito desta investigação é exatamente pesquisar alternativas ao capitalismo. Motivada por uma profunda inquietude quanto a como se desdobrará o futuro e pelo desejo de que este não seja a catástrofe que se está projetando, procura-se por alternativas que apontem outros caminhos e que reavivam a esperança de que é possível viver, conviver, produzir e reproduzir de forma distinta, com humanidade e cuidado, tanto com as pessoas quanto com meio ambiente. Este não é um trabalho especulativo, no entanto, pretende-se estimular, através da construção interpretativa dos relatos, a imaginação e a especulação dos que se aventurarem a ler. Que pelo menos durante a leitura sejam projetados em uma realidade pós-capitalista e, talvez com isso, possam nutrir-se também de esperança e desejo de transformação.

Aqui propõe-se investigar os processos histórico e sociais que possibilitam a eclosão de iniciativas que funcionam com base em uma lógica distinta à capitalista: a lógica solidária. O objeto de estudo desta investigação será, portanto, a economia solidária, com foco no bairro de Sants e nas iniciativas que compõe o ecossistema solidário deste bairro de Barcelona. A escolha do tema foi fruto do seminário de ‘História da Economia Social e Novos Desafios da Economia Solidária’, lecionado pelo professor Jordi Estivill, que mais tarde aceitou ser o orientador desta investigação e gentilmente me abriu as portas da economia solidária em Barcelona.

Em um de nossos primeiros encontros tive o prazer de conhecer o Ivan Miró, sociólogo, ativista e teórico, nascido e criado em Sants, que compartilhou comigo um pouco da história cooperativa e de resistência do bairro, o que me motivou a centrar-me neste ecossistema cooperativo. Sants tem uma história associativista muito rica e hoje um tecido solidário robusto, o que me permitiu, mesmo tendo em conta as minhas limitações temporais, explorar em pouco tempo distintas experiências.

Pela compreensão da economia solidária como uma alternativa pós-capitalista com forte caráter utópico, analisou-se essas distintas experiências sob a ótica do método utópico desenvolvido por Ruth Levitas (2018b) nomeado Reconstrução Imaginária da Sociedade. A metodologia foi definida meses antes quando tive a oportunidade de cursar ‘Etnographic Fieldwork’ e ‘Anthropology of Social Change’ no departamento de antropologia da Universidade KU Leuven. A primeira, ‘Etnographic Fieldwork’, me auxiliou a compor a estrutura metodológica desta investigação. Optei por realizar trabalho de campo com recurso a entrevistas e observação, que foram depois analisadas

qualitativamente com base na abordagem de Braun e Clarke (2006) para análise temática¹⁰. Apesar da antropologia basear-se usualmente em análises indutivas, preferi realizar uma análise dedutiva, em que me dediquei a uma investigação teórica, previamente às entrevistas.

Assim, o Capítulo 2 consiste no enquadramento teórico desta investigação. Reúne contributos teóricos de autores que posteriormente serão articulados para análise dos dados recolhidos em entrevistas e observações, construindo pontes entre teoria e prática. Esse capítulo reflete, de alguma maneira, a minha trajetória académica durante o mestrado. Parte-se da análise do conceito de desenvolvimento, o qual é desconstruído criticamente, tal qual no meu primeiro ano de mestrado, nas aulas de Teorias e Práticas do Desenvolvimento lecionadas pelo professor Rogério Roque Amaro. Realiza-se o escrutínio do conceito com base em diversos autores pós-desenvolvimentistas, orientação crítica que se adota nesta dissertação. Em seguida defende-se a adoção do conceito de transformação eco-social para ocupar o espaço do conceito de desenvolvimento, com base em contributos e discussões das aulas de ‘Anthropology of Social Change’ durante minha passagem pela KU Leuven. Também ali encontrei-me com a utopia e com o método utópico de Levitas (2013b), defendido ao final do Capítulo 2, e que orientará todo o trabalho de campo e a interpretação de dados. A utopia, aqui, é vista como instrumento para imaginar e criar outros possíveis futuros.

No Capítulo 3, será apresentado um breve panorama dos processos históricos que levaram à emergência da economia solidária – descendente da economia social – que recupera sua ambição transformadora e revive o carácter político da economia. Evidencia-se, assim, suas características e singularidades. Também será realizado um histórico da solidariedade desde a Catalunha até o bairro de Sants, como forma de contextualizar a análise de campo. No Capítulo 4, é, por fim, realizada a Reconstrução Imaginária de Sants, onde, através do quadro analítico desenvolvido por Levitas (2013b), analisa-se as experiências históricas, identidades, subjetividades e significações construídas pelos entrevistados em meio a participação em iniciativas solidárias do bairro de Sants.

Pretende-se, assim, responder às seguintes perguntas :

- *De que forma a economia solidária pode contribuir para a transformação eco-social?*
- *Qual é o papel da economia solidária para a reconstrução imaginária de Sants?*

Esta investigação não parte de hipóteses, mas sim das perguntas iniciais e de diversas questões subjacentes que permitam navegar os imaginários dos entrevistados. Procura-se compreender o que os motivou a buscarem alternativas? Como materializam essas práticas alternativas? Como percebem o bairro e as relações que ali se formam? O que entendem por economia solidária? Dentre muitas outras questões. Por fim, na Conclusão, analisa-se aproximações entre economia solidária, utopias e transformação eco-social, com o propósito de responder às perguntas de partida.

¹⁰ A metodologia será descrita com maior detalhe no início do Capítulo 4.

Enquadramento Teórico

Alguns conceitos alcançam tamanha preeminência e legitimidade que se convertem em ideologias; o ‘desenvolvimento’ é um destes. Ideologias, por sua vez, delimitam o espaço no qual o conhecimento e a experiência político-social são construídos (Guareschi, 1997: 169). Por décadas, a saga pelo desenvolvimento norteou de forma unânime a arena política (Acosta, 2012: 192). Abandonar este conceito não tem se mostrado tarefa fácil. Neste capítulo, explora-se os processos de construção, reconstrução e desconstrução do ‘desenvolvimento’. A fim de romper com seu campo discursivo-ideológico, autores do ‘pós-desenvolvimento’ defendem a adoção de novas epistemologias e a atenção a práticas alternativas que emanam de movimentos sociais (Escobar, 1992). Aqui sugere-se o conceito de ‘transformação eco-social’ para descrever os processos que consubstanciam estas alternativas. Por fim, articula-se a utopia como método para fazer florescer ainda mais alternativas na direção de sociedades mais democráticas, justas, equitativas e sustentáveis.

2.1. O Conceito De Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento tem posição singular no léxico das ciências sociais, seja por sua natureza interdisciplinar e sua extensa usabilidade, seja pelas controvérsias que suscita. O conceito, com raízes nas primeiras civilizações ocidentais (Soares Jr. e Quintella, 2008: 105), adquire validação científica e reconhecimento internacional após a Segunda Guerra Mundial (Amaro, 2017: 79), tornando-se central ao debate político-económico (Cardoso, 2017: 15).

O discurso de posse do Presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman inaugura uma nova fase da política internacional, a ‘era do desenvolvimento’, e é considerado por muitos analistas um marco para consolidação da aceção dominante do conceito (Acosta, 2012: 192; Dali e Kumar, 2016; Soares Jr e Quintella, 2018). Tanto a agenda do desenvolvimento quanto a concepção legitimada no pós-guerra são visíveis no ‘Ponto 4’ deste discurso (Truman, 20 Janeiro 1949)¹¹:

[W]e must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. [...] Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. [...] [I]n cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development. [...] this program can greatly increase the industrial activity in other nations and can raise substantially their standards of

¹¹ Truman, H. S. (1949, 20 de janeiro). Inaugural Address of Harry S. Truman. [em linha]. Yale Law School. [Consultado em 2 de agosto de 2021]. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/truman.asp

living. [...] What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair dealing.

A associação direta entre o progresso técnico, científico e industrial e o aumento da qualidade de vida que orienta o 'Ponto 4' formará o núcleo da concepção de desenvolvimento que marcou os 'trinta gloriosos' anos de crescimento no pós-guerra. Crescimento económico e desenvolvimento são intimamente vinculados, de forma que o PIB torna-se a principal medida de saúde económica, determinante para qualificar e classificar o desenvolvimento dos países (Levitas, 2013b:168).

Na fala de Truman, pela primeira vez, surge o termo 'underdeveloped' que irá dividir o mundo entre países 'desenvolvidos' e 'subdesenvolvidos' (Dali e Kumar, 2016: 37), reduzindo mais de 2 mil milhões de pessoas, em diversas nações, a uma só condição em que até então elas não se reconheciam (Escobar, 1992: 23). Estas nações são vistas como primitivas e estagnadas por não demonstrarem a mesma capacidade económico-produtiva que os países industrializados. A pobreza é considerada uma ameaça global. Aos países 'desenvolvidos' cabe ajudar os países 'necessitados de desenvolvimento' a realizarem suas aspirações para uma vida melhor.

Em um único trecho se nota a volatilidade do uso do conceito de desenvolvimento, que ora se refere a um programa, ou seja, um roteiro a seguir, ora a um status, em outros termos, uma condição posicional na ordem económica internacional, ora a uma necessidade, sendo assim um objetivo. De facto, nos anos que se seguem ao discurso, o desenvolvimento passa a ser tanto o fim último a se alcançar, quanto os meios para lá chegar.

A conjuntura internacional da época explica a defesa do desenvolvimento como um programa político-económico. A arquitetura do sistema internacional pós-Segunda Guerra Mundial se alicerçava em uma diferenciação económico-ideológica entre o mundo capitalista, em que os Estados Unidos eram superpotência, e o mundo socialista, sob influência da União Soviética (Cardoso, 2017: 15-16). Ambos almejavam aumentar sua hegemonia global, apoiando a independência de diversas colónias em África e Ásia, e ao mesmo tempo conter a expansão do outro lado (Amaro, 2017: 80).

O corpo teórico, essencialmente económico e sociológico, do desenvolvimento, nasceu e consolidou-se neste contexto histórico, a partir de uma lógica evolutiva e gradualista, segundo a qual os países não industrializados deveriam preencher um conjunto de condições e percorrer uma série de etapas até chegarem ao estágio de evolução dos países industrializados, ou seja, até serem países desenvolvidos (Cardoso, 2017: 16).

O desenvolvimento, seguindo o arquétipo civilizacional europeu, torna-se uma 'via de mão-única' (Esteva e Prakash, 1998: 282) com direção definida pelos que já lá chegaram e agora querem ensinar todos os outros que vem atrás. A quimera do desenvolvimento desdobra-se, então, em programas, projetos e roteiros que serão propostos – ou impostos – ao resto do mundo (Amaro, 2003: 9), não só pelas superpotências, mas por uma série de instituições internacionais arquitetadas

para ancorar o sistema de desenvolvimento (Acosta, 2012: 192). As nações emergentes tem suas instituições políticas e económicas projetadas para alcançar a integração numa economia mundial dominada por corporações ocidentais (Castles, 2001: 16). As consequências são profundas.

2.1.1. CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO COMO MODERNIDADE E PROGRESSO

Conforme elabora Ferguson (2005), o discurso do desenvolvimento, ao basear-se na teoria da modernização, naturaliza as desigualdades entre nações como uma mera questão de progressão temporal. Nesta lógica, o objetivo único é o crescimento económico e países pobres, ao se modernizarem, gradualmente evoluiriam em direção à prosperidade e ao atingirem o desenvolvimento se juntariam de forma igualitária ao grupo de países industrializados. Transforma-se a hierarquia global – em outras palavras, condições político-económicas desiguais – em uma suposta sequencia temporal progressiva, indexando estágios de desenvolvimento¹². Esta narrativa tem duas implicações: por um lado, deslegitima modelos alternativos de condução de políticas-económicas, por outro, encobre reais relações de diferenciação, separação e exploração existentes no sistema internacional.

Não tardou muito para que críticos, em sua maioria advindos da periferia global, começassem a descortinar o desenvolvimento e revelar não só o que o discurso esconde, mas também suas consequências nocivas. Na segunda metade da década de 60, a escola da teoria da dependência¹³ evidencia o subdesenvolvimento não como uma consequência de fatores internos ou ‘naturais’, mas como um produto da exploração capitalista (Moreira e Crespo, 2012: 31).

A teoria do sistema-mundo, elaborada por Wallerstein (1974: 10-16) também aponta para uma estrutura de exploração sistêmica com base na divisão desigual da produção e do trabalho e, portanto, em termos desiguais de troca. Estas duas perspectivas críticas, no entanto, apesar de levantarem questões importantes sobre as dinâmicas de recursos no sistema capitalista e sobre relações de dependência no contexto internacional, não deixam de oferecer propostas economicistas (Dali e Kumar, 2016: 39; Ferreira e Raposo, 2017: 120).

Uma segunda frente crítica emerge de dentro do sistema tradicional de ajuda para o desenvolvimento, de técnicos e especialistas, principalmente das Nações Unidas e de ONGs, que começam a questionar os modelos e projetos impostos de forma ‘top-down’ aos países receptores de ajuda (Amaro, 2017: 81). Com abordagem excessivamente tecno-burocrática, as ‘fórmulas’ do

¹² Observa-se a utilização destes índices por organizações como a ONU, Banco Mundial, OMC, entre outras, que classificam os países, por exemplo, como ‘advanced economies’, ‘economies in transition’, ‘less developed countries’ e ‘least developed countries’ (Nielsen, 2011).

¹³ Como destaca Amaro (2018: 82) são muitos os autores atribuídos a essa escola de pensamento, dentre eles Theotônio dos Santos, Maria da Conceição Tavares, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Samir Amin, Ladislau Dowbor, Clive Thomas.

desenvolvimento eram exportadas dos países centrais para a periferia, carregando consigo a ‘agenda política, económica e cultural dos países ocidentais’ (Ferreira e Raposo, 2017: 120).

Como descreve Ferreira e Raposo (2017: 120-121):

A ausência de participação dos “receptores da ajuda” no planeamento do desenvolvimento manifestava-se como uma nova forma de opressão e colonização dos povos, vistos como “subdesenvolvidos”, que veriam as suas culturas e formas de organização política e social alienadas pela imposição do capitalismo e outros quadros ocidentais.

Como critica Moyo (2009: xviii-xx) mais de 1 mil biliões de dólares em ajuda chegou, por exemplo, ao continente africano e todavia não colaborou para o desenvolvimento desses países, pelo contrário, muitos regrediram em termos de indicadores macroeconómicos e sociais. O problema, portanto, não é a dimensão do montante, mas o modelo tradicional de desenvolvimento, que, ao não fomentar o real empoderamento e a emancipação dos povos, perpetua o ciclo da pobreza.

Em outra frente, uma terceira onda crítica contesta os impactes ambientais do desenvolvimento. Já na década de 70, os limites ao crescimento económico começaram a tornar-se evidentes¹⁴. Em 1972, ocorre a primeira conferencia das Nações Unidas sobre o meio ambiente, em Estocolmo. Conforme relata Jackson¹⁵ (s.d.), até então a atenção da ONU limitava-se fundamentalmente em como gerir recursos naturais em prol do desenvolvimento económico e social, não em conservá-los. Foi a partir de Estocolmo que, pela primeira vez, foi proposto um plano com recomendações para ação internacional com respeito ao controlo de contaminantes e à mudança climática, advertindo governos sobre as consequências das atividades económicas.

De facto, a sobre-exploração de recursos naturais e recursos não-renováveis, a degradação da biodiversidade e de ecossistemas e as consequências dessas mudanças para a vida humana colocou o debate ambientalista no centro do debate político (Duran et al., 2015: 813). Além disto, o insucesso dos programas de desenvolvimento motivavam sua contestação. Tornou-se, então, necessário repensar o conceito de desenvolvimento que, a partir das críticas que lhe foram feitas se transmutou, sofrendo renovação e fragmentando-se em novos conceitos.

2.1.2. CONCEPÇÕES ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO: O ‘UPCYCLING’ DO CONCEITO

Como descreve Amaro (2017: 87-91), o fim da década de 60 e início da década de 70 foi marcado por turbulências político-sociais no cerne dos países desenvolvidos que somadas às crises económicas da

¹⁴ A publicação do relatório do Clube de Roma intitulado ‘Limits to Growth’, em 1972, traz o tema dos limites do crescimento ao debate político (Ferreira e Raposo, 2017: 125) O relatório prevenia que ‘a busca indefinida do crescimento era incompatível com os “fundamentos” do planeta’ (Latouche, 2009: XII).

¹⁵ Jackson, P., (sem data). De Estocolmo a Kyoto: breve historia del cambio climático [em linha]. Crónicas ONU. [Consultado em 6 de agosto de 2021]. Disponível em: <https://www.un.org/es/chronicle/article/de-estocolmo-kyotobreve-historia-del-cambio-climatico>

década de 70¹⁶ geraram sintomas de ‘mal-estar’ social. Eclodiam diversos movimentos cívicos¹⁷ que contestavam as estruturas da sociedade e políticas-económicas.

A ideologia do desenvolvimento como crescimento económico, sustentada pelo tripé ‘produtividade – lucros – salários’, com garantia da proteção social pelo Estado, começou a ruir, revelando que a criação de emprego e a igualdade na distribuição de rendimentos não são imperativos do crescimento. Com isso, a partir da década de 80, intensificaram-se discussões que buscavam a renovação do conceito a fim de responder às críticas que lhe eram dirigidas: seu viés economicista, suas limitações tecno-burocráticas e descaso com o meio ambiente (Amaro, 2017: 87).

O termo ‘desenvolvimento sustentável’ surgiu ainda na década de 70, mas só ganhou notoriedade em 1987, com a publicação do relatório ‘Nosso Futuro Comum’ (Soares e Quintella, 2008: 110; Duran et al., 2015: 814). O conceito de sustentabilidade, que se referia ‘às condições em que a extração de recursos naturais renováveis pode ocorrer sem impedimento à reprodução dos respectivos ecossistemas’ (Veiga, 2005: 243) foi apropriado da Biologia e inserido no contexto político-económico do desenvolvimento. Assim:

Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. (...) In essence, sustainable development is a process of change in which the exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development; and institutional change are all in harmony and enhance both current and future potential to meet human needs and aspirations (Brundtland, 1987: 54; 57).

O relatório (Brundtland, 1987: 54-53) tenta criar um equilíbrio entre crescimento económico, qualidade de vida – definida basicamente em termos de satisfação de necessidades básicas – e preservação ambiental. Afirma que a sustentabilidade pode ser consistente com o crescimento económico e até com a exploração de recursos, inclusive não-renováveis: ‘which is not a bad thing if the exploitation has been planned and the effects (...) [and] losses have been taken into account.’ (ibid: 56). Apesar de reconhecer os limites ambientais, a mudança do discurso, de facto, é pouco substantiva, inclui as pessoas e o planeta, que dará origem ao tripé ‘people – planet – profit’ (Amaro, 2017: 100), porém em uma lógica voluntarista, em que caberia às instancias interessadas definirem o que entendem por limites ecológicos e quais medidas querem tomar.

¹⁶ Como resume Amaro (2018: 89): ‘verifica-se uma crise, com desvalorização da libra esterlina, em 1967; igualmente uma crise, com desvalorização do dólar norte-americano, em 1971, seguindo-se o abandono do sistema de padrão-ouro e das regras de Breton Woods (...) constata-se uma situação inédita de “stagflation” na economia dos EUA, a partir de 1971. A partir da crise e do fim do modelo fordista de crescimento económico do pós-guerra, sucede-se uma série de crises (...) (como as crises do petróleo de 1973-1974 e 1979-1980)’.

¹⁷ O autor menciona os movimentos estudantis de ‘Maio de 1968’, em França, e ‘Maio de 1969’, em Itália, os movimentos ‘Black Power’, por direitos civis, e hippie contra a Guerra do Vietnam e sociedade de consumo, com início nos EUA e repercussão mundial, além das primeiras reivindicações feministas (Amaro, 2018: 88).

Esta falta de assertividade irá se traduzir na arbitrariedade com que são discutidos grandes acordos ambientais, que por vezes não recebem apoio dos maiores degradadores do meio ambiente, como dos Estados Unidos (Ferreira e Raposo, 2017: 121). O desenvolvimento sustentável também abre caminho para a mercantilização da questão ambiental, servindo aos propósitos do sector privado tanto pelas oportunidades de marketing quanto de lucro, desviando responsabilidades do Estado (Ferreira e Raposo, 2017: 128). Críticos denunciam a falta de radicalidade do conceito, que dá espaço para sua instrumentalização pelo ‘capitalismo verde’, servindo como disfarce para manter viva a lógica do desenvolvimento (Acosta, 2012: 207; Esteva e Prakash, 1998: 281).

Uma segunda linha de renovação do conceito questiona o modelo operacional tecno-burocrático das metodologias de intervenção e a falta de participação dos atores do terreno, por isso procura estimular nas pessoas e nas comunidades o exercício pleno da cidadania, colocando-as no protagonismo do desenvolvimento e atentando à diversidade de contextos locais (Amaro, 2003: 17).

O ‘desenvolvimento participativo’ foi fundamentalmente elaborado por ONGs e posteriormente adotado por organizações internacionais. Defende a adoção de metodologias participativas de intervenção, para que as pessoas participem dos processos de melhoria das condições de sua própria realidade (Amaro, 2003: 18). Já o ‘desenvolvimento local/comunitário’ procura otimizar o uso das capacidades e recursos de uma determinada comunidade com vista a criar ‘respostas locais’ para ‘problemas locais’, envolvendo a população no diagnóstico, prospecção de soluções e avaliação dos processos (Ferreira e Raposo, 2017: 122) Ambos, visam, portanto, o empoderamento para que pessoas e comunidades sejam atores ativos do seu próprio desenvolvimento (Amaro: 2003: 18).

Apesar dos avanços na direção de uma abordagem mais integrada, participativa e multidisciplinar, existem, no entanto, diversos questionamentos quanto ao real alcance desses modelos. Como expõe Ferreira e Raposo (2017: 123), com base em um compêndio de críticas de diversos autores, estas intervenções normalmente não alteram o status quo ou a distribuição de poder, muitas vezes as formas de participação são limitadas à informação e consulta enquanto as decisões importantes são tomadas por outros parceiros. Há também o perigo da manipulação das dinâmicas participativas por técnicos e facilitadores a fim de alinhar o processo a outros interesses, além de frequentemente a participação ser cooptada por organizações internacionais sem que tenha realmente caráter emancipatório, servindo para legitimar programas de interesse neoliberalis.

Já a terceira linha de reformulação do ‘desenvolvimento’ responde às críticas sobre seu viés economicista, que limitava sua aferição a indicadores estritamente macroeconómicos. Em 1990, com a publicação do Relatório de Desenvolvimento Humano, que passou a ser produzido pelo PNUD, as pessoas ganham maior centralidade no debate e o ‘desenvolvimento’ passa a ser medido para além do crescimento do PIB, aumento da produtividade e acumulação de capital (UNDP, 1990). Com base em três elementos essenciais à vida humana: longevidade, conhecimento e recursos que garantam

padrões de vida dignos, o relatório dá a luz ao Índice de Desenvolvimento Humano que possibilita uma aferição em escala global, com o objetivo pragmático de analisar diferentes experiências dos países e servir como ferramenta para informar processos de decisão política (Dali e Kumar, 2016: 40).

O principal objetivo do ‘desenvolvimento humano’ passa a ser ‘to create an enabling environment for people to enjoy long, healthy and creative lives’ (UNDP, 1990: 9), sendo para isso necessário o aumento das oportunidades de escolha e das capacidades individuais. O relatório¹⁸ oferece uma leitura mais ampla das desigualdades entre países e internas (entre áreas urbanas e rurais, homens e mulheres, ricos e pobres). Evidencia que a relação entre crescimento econômico e progresso humano não é automática, mas sim depende de uma gestão adequada (UNDP, 1990).

A abordagem do ‘desenvolvimento humano’ não refuta, no entanto, a lógica do crescimento e questões econômicas continuam a ter grande importância, porém, ‘passam a ser analisadas do ponto de vista de como influenciam a vida das pessoas’ (Machado e Pamplona, 2008: 64-65). Nas palavras de Haq (1995: 23): ‘To establish the supremacy of people in the process of development [...] is not to denigrate economic growth but to rediscover its real purpose’.

Por último, o conceito de desenvolvimento social tem origem na Conferência de Copenhague da ONU, de 1995, na qual foram acordados entre os países-membros compromissos de garantia de mínimos sociais e de promoção da dimensão social do bem-estar (Amaro, 2003: 16). Como analisa Midgley (1995: 1-2), alarga-se a definição de desenvolvimento para incorporar outros pilares como saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia, lazer, previdência social e proteção aos mais vulneráveis. Harmoniza-se políticas sociais com medidas designadas para promover desenvolvimento econômico, com isso o crescimento passa a ser vinculado à melhora das condições de vida da população. Esta redefinição acaba por inspirar programas sociais em vários países.

Entretanto, este enfoque, como denuncia Escobar (1992: 45-46), que se destina a criar meios para satisfação de necessidades, coloca as pessoas na posição de ‘clientes’ em relação ao Estado, além de estratificar necessidades de acordo, por exemplo, com classe ou gênero. Retira, portanto, a discussão das necessidades da arena de luta política da qual pertence, que é sempre mediada pela interpretação e pela participação política, desestimulando a produção de subjetividades. O discurso dos mínimos sociais constitui, assim, um efetivo ‘ato de intervenção’ por parte dos Estados (ibid: 45).

Conforme observado, as novas concepções contém diversas falácias, sobretudo por não contestarem os principais pilares sobre os quais o ‘desenvolvimento’ foi edificado e sua ânsia pelo crescimento econômico. Estas alternativas localizam-se dentro do mesmo modelo de pensamento que produz e sustenta o conceito, por isso são vistas por críticos como ‘meras tentativas para salvar o conceito de desenvolvimento e para mascarar os seus efeitos perversos’ (Amaro, 2017: 91).

¹⁸ O IDH é fruto da liderança do economista Mahbub ul Haq e dos contributos teóricos de Amartya Sen, como a ‘abordagem das capacidades’ que fundamenta a base teórica do índice (Machado e Pamplona, 2008).

É exatamente a partir da contestação das premissas que sustentam a narrativa do desenvolvimento, nomeadamente sua natureza capitalista, colonialista e patriarcal, que se fundamenta a literatura ‘pós-desenvolvimentista’¹⁹ (Ferreira e Raposo, 2017: 133; Amaro, 2017: 91). Mais dura e radical, esta corrente crítica rejeita também estes conceitos de desenvolvimento ‘reciclados’ e se inspira na eclosão de diversos movimentos sociais que resistem ao projeto do desenvolvimento para sugerir caminhos alternativos a este (Asher e Wainwright, 2018: 26).

Ao mesmo tempo, a reconfiguração do sistema político-económico internacional, com o surgimento e avanço do neoliberalismo e da globalização, exerce força axífuga, retirando o Estado da posição de protagonista do desenvolvimento. A intervenção governamental passa a ser vista como um problema. A ‘má’ condução de políticas-económicas é culpada pelas distorções impeditivas à dinamização da economia e ao desenvolvimento (Moreira e Crespo, 2012: 37). O mundo, ao fim do Século XX, parece estar mais próximo de dar adeus ao conceito do que disposto a ressuscitá-lo.

2.1.3. FIM DO DESENVOLVIMENTO? NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

O paradigma do desenvolvimento é visto como um fracasso não apenas entre académicos, mas também em termos económicos práticos (Ferguson, 2005: 172), sobretudo a partir da década de 80, em que países periféricos se viram incapazes de arcar com dívidas contraídas em prol do desenvolvimento e colapsaram em crise (Cardoso, 2017: 20).

Como descreve Cardoso (2017: 17-19), as mudanças na economia internacional, na passagem dos anos 1980 para os 1990, pressionaram para uma reorganização política-económica global. De um lado, o fim do período dos câmbios fixos²⁰ inaugurou uma fase de financeirização da economia capitalista, sucessivamente aprofundada por políticas monetárias conduzidas pelos Estados Unidos. A financeirização levou a uma maior imprevisibilidade económica e a formação progressiva de um fosso entre a economia real e a quantidade de moeda e de instrumentos financeiros.

Ademais, a simbólica vitória da ortodoxia-liberal-económica com a eleição de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Regan, nos Estados Unidos, conduz ao abandono do modelo social-democrata de desenvolvimento – que defendia forte atuação do Estado – e ao desmonte do Estado Social, que sustentava políticas redistributivas. O esgotamento das políticas intervencionistas justificam o advento do modelo neoliberal que, como resume Cardoso (2017: 19), pregava:

¹⁹ Diversos autores são atribuídos a essa corrente crítica, com boa parte de seus teóricos advindos de países do sul, destacam-se Alberto Acosta, Arturo Escobar, Boaventura de Sousa Santos, Claude Alvares, Gilbert Rist, Ivan Illich, Eduardo Gudynas, Gustavo Esteva, Majid Rahnema, Serge Latouche e Wolfgang Sachs (Amaro, 2018: 82).

²⁰ Como descreve Batista (1994: 13), a abrupta decisão unilateral dos Estados Unidos de desvincular o dólar do lastro em ouro demonstrou a prioridade dada aos seus interesses nacionais em detrimento da estabilidade internacional. Rompe com o sistema monetário construído em Bretton Woods e posteriormente eleva as taxas de juros para conter sua inflação interna, o que tem consequências catastróficas para os países periféricos endividados a taxas de juros flutuantes, culminando em crises da dívida externa.

[P]rivatização do Estado, considerado regra geral menos eficiente que o setor privado; liberalização dos mercados de trabalho, com medidas de flexibilização, precarização do emprego e contratação individual; liberalização e desregulamentação do sistema financeiro; equilíbrio macroeconómico centrado no controlo da procura e do consumo.

Do outro lado, pressões de ordem tanto externas quanto internas e sucessivas crises económicas e sociais levam ao colapso da União Soviética (Amaro, 2017: 90) e à transição dos países do 'Bloco do Leste' ao sistema capitalista de produção e consumo. Assim, a crença no modelo comunista como alternativa real ao capitalismo foi frustrada e a crise da dívida externa nos países periféricos inviabilizou a construção de modelos autónomos de desenvolvimento (Hobsbawm, 1995).

Com isso, cria-se um vácuo de alternativas que é preenchido pela retórica de que 'não há alternativas'²¹ ao capitalismo, ao livre-mercado, ao neoliberalismo e que o mundo seria então um todo unificado, sendo inevitável, também, a globalização²². O Estado tem seu papel minimizado à posição de 'amigo do mercado', mero facilitador para que o mercado empreenda na promoção do desenvolvimento (Moreira e Crespo, 2012: 38). Como afirma Asher e Wainwright (2018: 30) '[i]n the 1990s, the development project transformed into the economic globalisation project'.

Tal como o 'desenvolvimento', o discurso da globalização e do neoliberalismo visa reproduzir o mundo a sua própria imagem e assume uma retórica política tão convincente que se auto-atualiza e se auto-perpetua (Peck e Tickell, 2002: 382). A retórica da globalização oferece suporte e justificativa para a ofensiva neoliberal, assim como o neoliberalismo proporciona uma espécie de estrutura operacional para globalização, ao impor o redimensionamento da máquina estatal e a redefinição das relações entre Estado e sociedade (Peck e Tickell, 2002: 382).

Novy (2000: 9-10) argumenta que enquanto no 'discurso'²³ do desenvolvimento o poder é sempre exercido por um ator – Estados, organizações internacionais, etc. – com uma finalidade, no 'discurso' da globalização 'the key institution, the positive and stimulating power, that seems to make others act turns out to be the market as a reflexive institution without a dominant actor'.

Deste modo, o poder de livre agência dos Estados é reduzido à capacidade de adaptação aos livres fluxos e à flutuação de ativos e preços, que limitam a soberania e permeabilizam os territórios, os quais são atingidos de forma assimétrica e sofrem pressão homogeneizadora (Novy, 2000: 9). A

²¹ "There Is No Alternative" foi o slogan de campanha de Margareth Thatcher e retórica proferida pela ex-Primeira Ministra britânica durante o seu governo (Neuhäuser, 2018).

²² A globalização pode ser compreendida como processos de transnacionalização dos fluxos comerciais, financeiros e informacionais impulsionados por transformações tecnológicas e nos modos de produção. Amplia a velocidade, o alcance e a densidade das interconexões globais, comprimindo as dinâmicas de espaço-tempo e aumentando substancialmente o consumo (Novy, 2000: 2; Eriksen, 2013: 21;23).

²³ Para o que traduzi por 'discurso', por não encontrar equivalente em português, o autor utiliza o termo foucaultiano 'deployment' que significa 'a framework or a structured discursive field whose origins can hardly be identified, but which is organized by a clear logic and rationale' (Novy, 2000:7).

globalização se torna um referencial para o discurso político e uma lente através da qual decisores definem suas prerrogativas e competências (Hay e Rosamond, 2002: 148).

Neste sentido, globalização e neoliberalismo servem um ao outro na construção do discurso hegemônico da inevitabilidade do livre mercado global, como meio de justificar, muitas vezes, reformas económicas²⁴ e iniciativas políticas²⁵ impopulares (Hay e Rosamond, 2002: 150). Por isso, para Eriksen, estas transformações de ordem ‘global’ devem ser analisadas em relação aos impactes que tem no ‘local’, já que quando interesses de ordem global se sobrepõem às preocupações locais, quando ideologias supostamente universais se sobrepõe aos sistemas de crenças locais há ‘choques entre escalas’. A realidade torna-se, evidentemente, mais complexa e volátil, repleta de consequências inesperadas e propensa a crises; ‘it is an interconnected world, but not a smoothly and seamlessly integrated one’ (Eriksen, 2016: 470).

Um dos efeitos não esperados, provocado pelo insucesso do desenvolvimento e agravado pela globalização neoliberal, é a marginalização de uma grande maioria, deslocadas para uma economia que não é nem pública nem privada. Uma categoria residual ‘that is not unionized, not formal, not with social security, not employed, not legal, not in the national accounts, not taxpayers, not a social class’ (Esteva e Prakash, 1998: 281). Em todo o mundo, grupos sociais marginalizados são desapossados pelo Estado face a tirania das políticas neoliberais (Asher e Wainwright, 2018: 26).

Esta é uma consequência do caráter excludente do desenvolvimento, que ao limitar a autonomia e o direito à autodeterminação marginaliza os extratos mais vulneráveis da população, assim como do caráter fragmentário da globalização neoliberal, que enfraquece a relação entre Estado e sociedade, aprofunda processos de urbanização precários, aumenta a informalidade e a violência e extenua laços culturais, gerando profundas fissuras no tecido social (Escobar, 1992: 33).

Contudo, com as crises dos anos 1980 e 1990 emergem novos atores: os movimentos sociais. As crises – económica, ecológica e política –, cada vez mais recorrentes e violentas, estimulam o despertar de uma nova consciência que possibilitou que as pessoas ‘nas margens’ do capitalismo regenerassem sua história com base em suas próprias culturas e ancestralidades (Esteva e Prakash, 1998: 288). São coletivos que percebem a economia como um perigoso projeto político e que sentem na pele que este projeto vai contra seus interesses, sua cultura, seu ambiente, suas formas de vida e, no limite, sua própria existência (Escobar, 1992: 27; Esteva e Prakash, 1998: 283).

²⁴ O Consenso de Washington é exemplo de instrumento de reforma serviente ao neoliberalismo globalizante. Um acordo entre Banco Mundial, FMI e Tesouro dos Estados Unidos ditou regras para Programas de Ajustes Estruturais destinados a países periféricos endividados (Moreira e Crespo, 2012: 38). Generalizou-se modelos de estabilização e de ajustamento estrutural com consequências nefastas para os países onde a ‘cartilha’ foi aplicada. Ainda assim, apesar do insucesso na América Latina, década de 80, e em África, década de 90, estas medidas continuaram a ser aplicadas, com agenda cada vez mais abrangente e intrusiva (cf. Pereira, 2017).

²⁵ As políticas de austeridade usualmente impostas após crises resultantes do próprio sistema capitalista e que promovem cortes nos serviços públicos e na redistribuição de benefícios são um exemplo (Andrade, 2019).

2.1. Novas Epistemologias Para ‘Outros Mundos’ Possíveis

Os novos movimentos sociais, são considerados ‘novos’ porque não necessariamente se identificam com a luta da classe trabalhadora, incorporam outros atores, outras narrativas e outros modos de organização que compreendem indígenas, afrodescendentes, feministas, camponeses, ecologistas, entre outros (Sousa Santos, 2020: 571). Suas pautas são diversas, não se revoltam apenas por mais saúde, educação ou alimentos baratos, clamam por direito a formas mais dignas de viver (Asher e Wainwright, 2018: 26; Esteva e Prakash, 1998: 285). Resistem, em grande medida, através da defesa do ‘local’ e pelo estímulo de seus valores e práticas coletivas, a fim de fortalecer suas cosmovisões e sua identidade (Amaro, 2017: 94)

The economic crises of the 1980s freed common men and women all over the world to rediscover the strength, richness, and vitality of their own political ventures and movements, rooted in their traditions (Esteva e Prakash, 1998: 285).

Pois se é verdade que a grande maioria foi confinada a estruturas de dominação de autoria exógena, também é verdade que na dinâmica com essas estruturas ocorrem processos de criação, subvertendo, resistindo e originando novas lógicas (Escobar, 1992: 30). Os movimentos sociais contestam o que lhes foi imposto, as premissas e promessas da ‘modernização’, criando mundividências e estruturas institucionais próprias (Esteva e Prakash, 1998: 288-289).

Como exemplifica Esteva e Prakash (1998: 287), este novo modelo organizacional popular subverte a lógica dos rígidos sistemas políticos e organiza em redes e coalizões os descontentes e descrentes na política, nos partidos e nos governos. São redes abertas que permitem a participação de diferentes classes e ideologias que desconfiam de líderes e da centralização política. Por isso, evitam controlar as forças sociais que emergem, optam por estruturas organizacionais flexíveis, as quais focam mais na ação do que em demandas. ‘The new grassroots initiatives represent political styles that expand the dignity of ordinary people and common human relationships’ (ibid: 288).

Assim, com base em visões de mundo e práticas alternativas, os teóricos do pós-desenvolvimento evidenciam como movimentos sociais se auto-organizam para prover para si mesmos o que lhes é necessário (Amaro, 2017: 94). Esses acadêmicos recuperam e revalidam os imaginários e práticas dos movimentos e, com base em suas epistemologias, contestam o ‘desenvolvimento como regime de representação’ (Asher e Wainwright, 2018: 27).

Ao questionar a estrutura discursiva do ‘desenvolvimento’, libera-se o campo teórico para a tarefa de imaginar alternativas e estas inevitavelmente se constituem com outra racionalidade. Como defende Escobar (1992: 27-29) desconstruir o desenvolvimento é recuperar as diferenças culturais. É na relação com movimentos sociais, na vida quotidiana, que se encontram outras experiências, formas diversas de produzir e viver que abrem espaço para o questionamento da

democracia, da política, do Estado e da economia. São processos de significação coletivos, que constroem identidades e maior autonomia através da modificação de práticas e crenças quotidianas. São destas iniciativas de base que uma ‘alternativa ao desenvolvimento’ pode florescer.

A eclosão de movimentos sociais transnacionais, como o Fórum Social Mundial, demonstram que a perspectiva ocidental é uma forma de ver o mundo, mas não a única. Mesmo o ‘ocidente’ não é um todo homogêneo, contem em si movimentos contra-hegemónicos. Como afirma Escobar, estes movimentos apontam para uma transição para o pensamento ‘pluriversal’, formas híbridas e criativas de existência em que humanos e não-humanos coexistam (Asher e Wainwright, 2018).

Escobar defende que as diferenças culturais possuem a capacidade de subverter os principais axiomas do capitalismo e da modernidade (Asher e Wainwright, 2018: 33). Postulados como a existência de um pensamento global, a universalidade dos direitos humanos ou mito do indivíduo racional são problematizados (Esteva e Prakash, 1998: 292-293). A formação de uma nova lógica discursiva passa por este processo de articulação de novos núcleos conceptuais (Escobar, 1992: 27).

Nesse sentido, Rist (2010) evidencia a importância de questionar-se os pressupostos da ciência económica e de debater seus axiomas fundamentais, para de facto compreendermos a realidade e todas as crises que se sobrepõem. Já não se pode depender de instrumentos económicos forjados numa lógica mecanicista, baseada na infinita disponibilidade de recursos, e no mercado onnipotente analisado de forma estanque. ‘A change of perspective (...) discloses new problems that cannot be solved by using the same approaches as those which have brought these problems about’ (ibid: 353).

Segundo Esteva e Prakash (1998: 285) o estudo dos movimentos sociais oferece a possibilidade de se observar manifestações concretas que desafiam os limites do imaginário social com intuito de conceber novas formas de controlo político que permitam que iniciativas pós-capitalistas prosperem. Modos de produção autossuficientes e de ajuda mútua, redes informais para o intercâmbio direto de bens, serviços e informação. Soluções que evocam o ressurgimento dos ‘comuns’, experiências económicas de partilha que dão espaço a novas formas de sociabilidade.

A crítica ao discurso do desenvolvimento favorece a exploração de alternativas que reposicionam a economia dentro dos limites ecológicos, como o ‘decrecimento’ que ambiciona a reorganização das sociedades de forma que se produza, trabalhe e consuma menos. É ‘uma bandeira sob a qual reúnem-se aqueles que avançam uma crítica radical do desenvolvimento’, que rejeitam ‘o culto irracional e quase idólatra do crescimento pelo crescimento’ (Latouche: 2009: 6).

Outro importante conceito que também emerge da perspectiva crítica do desenvolvimento é o ‘buen vivir’. Com raízes na cultura tradicional dos povos andinos, o conceito emerge das lutas populares por emancipação e se consolida como uma plataforma intercultural voltada para construir alternativas ao desenvolvimento (Gudynas, 2011: 1). Sob este termo se acumulam diversas reflexões

que exploram novos marcos conceituais para relações económicas, políticas e sociais e novos modos de vida. É um conceito plural que se beneficia de diversas visões do que é viver bem (Gudynas, 2011).

Denuncia o desprezo pela vida como inerente à lógica capitalista, que explora não só a força de trabalho, mas também riquezas naturais: explora a vida em prol da acumulação abstrata e desenfreada de capital que sustenta a hipertrofia financeira (Alcoreza, 2010: 1-2). Como contributo, o buen vivir oferece uma mudança fundamental de percepção da vida: rompe com a visão utilitarista que separa humanos e natureza e subordina o natural a mero objeto de exploração (Gudynas, 2011).

Tal como evidencia Sousa Santos (2020: 569-571) o dualismo entre natureza/sociedade constitui a essência da epistemologia moderna. Sem esta separação seria impossível legitimar as formas de exploração e apropriação que sustentam o capitalismo. O dualismo estabelece uma diferenciação hierárquica que não só atribui superioridade à humanidade frente a natureza, como também define como inferior tudo que se distancia da 'racionalidade ocidental' e se aproxima do mundo natural, como povos originários ou o feminino. Assim, uma grande maioria é vista como 'sub-humana'. São suprimidos da humanidade nos padrões andro-eurocêntricos para que possam ser explorados como força de trabalho. A escravidão, o trabalho doméstico não-remunerado das mulheres e formas estruturais de racismo e sexismo constituem linhas de diferenciação que se fazem intransponíveis, erigidas para manter a estrutura capitalista colonialista e patriarcal de exploração.

A adoção de epistemologias que reintegram homem e natureza confrontam o 'zeitgeist' da modernidade – a visão assertiva que prioriza o pensamento reducionista e linear e sustenta valores como expansão, competição e dominação. Privilegiam, pelo contrário, tendências integrativas e abordagens holísticas e não lineares que sustentam valores como conservação, cooperação e associação (Capra, 2006: 31). O abandono da visão dualista suscita uma reconfiguração ontológica. Retira a humanidade do espectro individualista do controlo e da manipulação e capta a tendência natural do ser humano, assim como da natureza, para cooperação e assistência mútua (Acosta, 2012).

Isto implica uma revisão profunda do estilo de vida moderno, a começar pelo insustentável padrão de consumo e pela competição permanente entre semelhantes. A lógica da acumulação, o consumismo desenfreado e a competitividade descontrolada deve ser substituída pela lógica da suficiência e pela recuperação da verdadeira sustentabilidade (Acosta, 2012: 199). A sustentabilidade, apesar de ser um conceito recentemente em voga, não é um conhecimento novo, pelo contrário, é o que manteve a vida na Terra durante 3,5 mil milhões de anos (Capra, 2007:10).

Dessa forma, se quisermos construir estruturas sociais sustentáveis e resilientes, as sociedades, as instituições e as relações humanas devem ser repensadas para fortalecer a capacidade inata da natureza de suporte à vida. (Capra, 2007:10). Há que se reconhecer os limites biofísicos do planeta e assegurar-se como direito universal a proteção da natureza e dos sistemas de vida, para manutenção das diferentes espécies que coexistem e seus ecossistemas (Acosta, 2012: 197-198).

Para isto, faz-se necessário subordinar os objetivos económicos aos limites dos sistemas naturais. Nesse sentido, para Acosta (2012: 200), é imprescindível uma reconceptualização política do mercado que conduza a regulamentos apropriados, tanto pela intervenção estatal quanto pela crescente participação da sociedade no planeamento político-económico. Os mercados devem ser subordinados às necessidades da sociedade e não apenas às necessidades do capital, devem ser limitados em sua forma de atuação, exploração e degradação ambiental.

2.2.1. DO DESENVOLVIMENTO À TRANSFORMAÇÃO ECO-SOCIAL

A desconstrução crítica do ‘desenvolvimento’ demonstrou o peso da economia sobre o social e evidenciou sua instrumentalização como projeto político neocolonial (Escobar, 1992; Esteva e Prakash, 1998). Há, de facto, que se reverter a dinâmica destrutiva do crescimento e tanto a perspectiva do ‘buen vivir’ como uma ‘revolução do decrescimento’ (Latouche, 2009: 40) sugerem a reorientação para este caminho. Todavia, existem diversas proposta que desafiam a lógica capitalista e concebem uma nova economia para o século XXI. Iniciativas como a ‘economia social e solidária’²⁶, a ‘economia do donut’²⁷, o ‘ecossocialismo’²⁸, a ‘economia ecológica’²⁹, dentre outras, são todas alternativas, algumas mais outras menos revolucionárias, algumas já em prática outras apenas em teoria, mas que igualmente pretendem recriar a economia com modelos mais humanos, justos e ambientalmente viáveis.

Tão importante quanto romper com a hegemonia do capitalismo é abrir espaço para que outros modelos económicos possam coexistir (Acosta, 2012: 200). Há que se abandonar a mentalidade ‘one size fits all’, a visão monolítica da economia, e valorizar respostas condizentes com as estruturas de cada localidade, que se adaptem às necessidades e recursos locais assim como às especificidades socioeconómicas e culturais de cada região (Acosta, 2012: 201). Há também que se reconhecer que diferentes estruturas de poder – capitalista, estadista e socialista – coexistem no campo económico, em formas híbridas e complexas (Wright, 2011: 12). É necessária uma visão plural da economia que vá além da economia mercantil e priorize a economia substantiva (Polanyi, 2000): da reciprocidade, da redistribuição e da domesticidade.

²⁶ O conceito de ‘economia social e solidária’ será amplamente abordado no capítulo 3.

²⁷ A ‘economia do donut’ é um modelo económico desenvolvido por Kate Raworth que busca atender às necessidades de todos dentro das possibilidades do planeta. Em outras palavras, visa criar um espaço justo e saudável para que ninguém fique aquém do essencial da vida e, ao mesmo tempo, garantir que, coletivamente, não superamos os limites dos sistemas da Terra, dos quais dependemos fundamentalmente (cf. Raworth, 2017).

²⁸ Sintetiza os princípios básicos da ecologia com a crítica marxista da economia política, assim, oferece uma alternativa radical ao status quo. O ‘ecossocialismo’ defende o planeamento democrático ecológico, no qual a própria população tomaria as decisões sobre a economia e existiriam também políticas fundadas em critérios não-monetários, como as necessidades sociais, o bem estar individual e o equilíbrio ecológico (cf. Löwy, 2013).

²⁹ A ‘economia ecológica’ integra os componentes do sistema económico com os do sistema ambiental, criando um campo transdisciplinar, e considera que a economia deve ser compreendida tendo-se em vista as condições do mundo biofísico, uma vez que deste derivam as matérias-primas e a energia. (cf. Martinez-Alier, 2015).

As recorrentes crises económicas, a desigualdade crescente, a instabilidade política e os desastres ecológicos que assolam o planeta demandam uma reconfiguração não apenas do campo económico, mas também do campo social e político, pelo aprofundamento da democracia participativa e pela inclusão dos marginalizados. Uma mudança de paradigma é necessária e esta não pode ser imposta da mesma forma que o desenvolvimento tem sido, pelo contrário, envolve um esforço coletivo de ressignificação, emancipação, ação e criação.

[T]he proposals must be pluralistic. This entails respect for different ways of life, that is, different ways of organizing society, provided that this new social and economic organization lies within the biophysical limits of Nature and leads to the eradication of structural poverty and to the eradication of opulence in the hands of a few, which has caused so much misery for the masses (Acosta, 2012: 204).

A valorização do que Sousa Santos (2020) denomina ‘knowledge born in struggle’³⁰ – conhecimentos e visões de mundo que emergem de lutas sociais e confrontam o capitalismo, bem como o colonialismo e o patriarcado – faz-se crucial para superar as diferentes formas de exclusão existentes, que mantêm sujeitos políticos na invisibilidade, e para fomentar uma compreensão plural da vida. ‘There is no global social justice without global cognitive justice’ (ibid: 577).

De facto, a visão de mundo, as problemáticas e as necessidades dos moradores de favelas no Brasil, não são as mesmas das comunidades amazônicas ou dos moradores de um ‘banlieue’ na periferia de Paris; tampouco definem da mesma forma o que para eles é viver bem. No entanto, todos esses atores sofrem com a marginalização de seus saberes, com as ausências sociais e com a invisibilidade produzida pelo capitalismo. Todos eles beneficiar-se-iam de uma revisão epistémica.

Corroboro, então, com os autores do pós-desenvolvimento que acreditam que não podemos resolver nossos problemas com a mesma mentalidade que os criaram; sendo assim o ‘desenvolvimento’, apesar de ser uma ideologia que ainda resiste, há de ser abandonada (Acosta, 2012; Escobar, 1992; Esteva, 2012; Rist, 2010). Como nos lembra Estivill (2018a: 19), ‘[c]om sol passar, una realitat emergent demana noves paraules, nous conceptes que la identifiquin’³¹.

Em vista disto, neste trabalho advoga-se o uso do termo ‘transformação eco-social’ para expressar amplos processos de ruptura com o sistema hegemónico, que ambicionam a construção de estruturas sociais mais justas, sustentáveis e resilientes. O termo é flexível suficiente para acomodar distintas formas de atuação de diferentes propostas contra-hegemónicas. A opção terminológica visa

³⁰ Nas palavras de Sousa Santos (2020: 577) ‘They are complex assemblages of knowledges that often combine Western and non-Western cultural premises, scientific and vernacular or popular knowledge, reason and emotion, experience from past struggles (and even ancestral ways of knowing, particularly in the case of indigenous peoples’ struggles), and reflexive creativity in the face of new challenges’.

³¹ Em tradução livre do original catalão: ‘como costuma ser o caso, uma realidade emergente exige novas palavras, novos conceitos que a identifiquem’.

facilitar o reconhecimento da ação transformadora como ponto de convergência, elemento comum a distintas alternativas ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, suplanta a utilização do termo ‘desenvolvimento’ por um outro que é indissociável de seu caráter social e ecológico.

O termo ‘transformação eco-social’ aparece com esta conotação no livro de Susanne Elsen (2018) intitulado ‘Eco-Social Transformation and Community-Based Economy’. A obra, em linhas gerais, examina a economia comunitária e a economia social e solidária, cujas características participativas e integradoras possibilitam a auto-organização coletiva e a sustentabilidade ambiental, evidenciando suas potencialidades para transformação eco-social. No entanto, não é atribuída uma definição ao termo e é possível notar que a autora entremeia ‘eco-social transformation’ com ‘eco-social change’, ‘eco-social development’ e até com ‘sustainable development’, como sinónimos.

Está claro que a ‘transformação eco-social’ não é um termo científico completo, mas pode ganhar corpo conceitual para fazer frente ao uso do termo ‘desenvolvimento’ na sua acepção como processo. Entende-se que o termo ‘transformação eco-social’ pode ser uma nova maneira de pensar de forma integrada processos que visam criar relações pós-capitalistas e pós-desenvolvimentistas, com devida atenção aos câmbios climáticos e outras mudanças não intencionais significativas. Estas alternativas se fazem cada vez mais necessárias para fazer valer o imperativo ecológico e responder às incertezas sociais. Aqui se fará um esforço para delinear o conceito.

2.2.2. A TRANSFORMAÇÃO ECO-SOCIAL COMO CONCEITO

A defesa da ‘transformação eco-social’ como conceito se inicia pela palavra transformação, que significa genericamente mudar de forma; transmutar algo noutra coisa; ‘alteração de um estado em outro ou de uma condição em outra’ (Michaelis, 2021c). Diferentemente do conceito de desenvolvimento, que tem como sinónimos aumento, crescimento, expansão e progresso, simbolizando a passagem gradual ‘de um estágio inferior a um estágio maior, superior, mais aperfeiçoado’ (Michaelis, 2021a), a ‘transformação’ é sinónimo de ‘metamorfose’, definida, em seu sentido figurado, como uma ‘mudança radical de uma pessoa ou coisa’ (Michaelis, 2021b).

Na atual conjuntura, em que já são necessários 1,5 planetas para sustentar a demanda anual sobre a natureza³² e em que apenas 42 pessoas detém riqueza maior que 50% dos mais pobres, aproximadamente 3,7 mil milhões de pessoas (Lawson et al., 2018: 8), a mudança que a humanidade e o planeta necessitam tem de ser radical; neste caso, realmente ‘There Is No Alternative’.

Ademais, na palavra transformação não há orientação fixa, é uma palavra amorfa, que não implica qualquer resultado pré-determinado, cabe em si tanto o regresso a tradições quanto

³² Pegada Ecológica Global [em linha]. (s. d.). *WWF Brasil*. [Consultado em 18 de agosto de 2021]. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/pegada_ecologica_global/

inovações ainda não exploradas. Nesse significado, é não linear e contingente, compreende uma dimensão voluntária, mudanças deliberadas e propositais, e também involuntária, como mudanças climáticas ou efeitos secundários não intencionais e inesperados. Em uma realidade volátil, em que a modernidade deslocou o ritmo das mudanças para uma velocidade acelerada, criando uma situação extremamente instável e, em última análise, ‘autodestrutiva’ (Eriksen, 2016: 476), são necessários processos de mudança provisionais, cientes de e adaptáveis a possíveis condições imprevistas.

A ‘transformação’ é, também, um conceito polivalente, fazendo parte do léxico de quase todas as disciplinas. Das ciências sociais às ciências exatas, todas buscam compreender transformações dentro de seus domínios, o que pode – e deve – contribuir para um rico intercâmbio de ideias e perspectivas sobre o que constitui e promove transformações. Em síntese, como conceitua Wiltshire (2001: 8), “[t]ransformation” describes a more radical version of change, a particularly deep and far-reaching one which within a relatively limited time span modifies the configuration of societies’.

A predileção pelo complemento ‘eco-social’ está alinhada com a visão do sistema social como um ecossistema, um sistema vivo, e isso implica uma nova forma de ver e pensar o mundo. Demanda uma aproximação dos princípios da ecologia, que refutam a primazia do humano sobre a natureza e os pressupostos da ciência ocidental (Capra, 2005). Não é por acaso que ‘eco’, do grego ‘oikós’ que significa casa, dá origem tanto à ‘ecologia’, literalmente o ‘estudo da casa’, quanto à ‘economia’, literalmente a ‘arte de bem administrar a casa’ (Nogueira, 2013), ambas disciplinas deveriam preocupar-se com o bom funcionamento do planeta, da ‘nossa casa’. Transformações que visem a reconexão destes dois conceitos recolocam a economia como operando dentro das esferas da natureza, da sociedade e da cultura, ao invés de tentar dominá-las (Capra e Jakobsen, 2017).

Já o termo ‘social’ recoloca as pessoas no centro da transformação. Refere-se à reorganização da sociedade, não somente para adaptar-se e resistir aos efeitos das mudanças globais, mas para conduzir processos de coevolução que garantam condições dignas de sobrevivência para todas as formas de vida do planeta. A natureza sustenta a vida criando e nutrindo comunidades, logo, a sustentabilidade não é uma propriedade individual, mas sim coletiva (Capra, 2005: 23). Como nos mostra os autores do pós-desenvolvimento, a ação social e política organizada a partir da base é um caminho tanto para ruptura das estruturas de dominação quanto para proteger comunidades locais e nacionais (Escobar, 1992; Esteva e Prakash, 1998).

Assim, neste trabalho, o conceito de transformação eco-social designa *processos que alteram fundamentalmente as práticas existentes de gestão dos fluxos e dos recursos planetários e recriam modos de sociabilidade, de ação e organização político-social, indo além de ajustes incrementais ao romper com os principais pilares de sustentação do atual sistema de exploração patriarcal capitalista.*

O desafio, portanto, da ‘transformação eco-social’ consiste em construir sociedades e modos de vida mais seguros, justos e sustentáveis. Para isto é necessário mudar tanto os discursos e as

relações sociais quanto as instituições, que devem ser abertas à ‘various forms of knowledge and cultural manifestations, new styles of participation, greater community autonomy over the production of norms and discourses’ (Escobar, 1992: 28). Para Wright, muitos dos deficits sociais que impedem o florescimento humano são resultados das instituições e estruturas existentes. ‘Transforming existing institutions and social structures in the right way has the potential to substantially reduce human suffering and expand the possibilities for human flourishing’ (2011: 2).

Mas como motivar o surgimento de alternativas que conduzam a processos de transformação eco-social? Como ampliar o leque de caminhos possíveis sem que estes sejam impostos, pelo contrário, fazendo com que estes reflitam necessidades e visões de diferentes sociedades, ainda assim dentro dos limites ecológicos do planeta? Neste trabalho defende-se o resgate da utopia como método para fomentar alternativas não só desejáveis, mas também viáveis e exequíveis. A utopia pode ser valorizada como instrumento crítico para articulação de propostas contra-hegemônicas e pode ser reposicionada como método transversal às ciências sociais e ajudar a construir o que Wright denomina ‘an emancipatory social science’ (2011: 3). Como sustenta Levitas (2013b: xi):

A utopian method relevant to the twenty-first century (...) provides a critical tool for exposing the limitations of current policy discourses about economic growth and ecological sustainability. It facilitates genuinely holistic thinking about possible futures, combined with reflexivity, provisionality and democratic engagement with the principles and practices of those futures. And it requires us to think about our conceptions of human needs and human flourishing in those possible futures. The core of utopia is the desire of being otherwise, individually and collectively, subjectively and objectively.

Assim, a fim de explorar um método capaz de ensejar transformações eco-sociais, resgata-se o conceito de utopia revelando interpretações construtivas do conceito, que se fazem necessárias à contemporaneidade. Aborda-se, também, a utopia como prática quotidiana e como prática real e, por fim, com base no trabalho de Levitas (2013b), distingue-se a Reconstrução Imaginária da Sociedade como método utópico integral para imaginar novos futuros e construir novos presentes.

2.3. O Resgate Da Utopia

Poucos conceitos são tão polissêmicos quanto a ‘utopia’. Como muito baseia-se no significado que se dá ao termo, é útil, para evitar ambiguidade, começar por distinguir suas diferentes interpretações. O termo, concebido por Thomas More, em 1516, tem raiz etimológica no grego e é comumente atribuído à fusão de ‘eutopos’, com significado de ‘bom lugar’, com ‘outopos’, ‘lugar-algum’ ou ‘não-lugar’ (Anderson, 2006, 694; Brasil, 2011: 18; Levitas, 2013b: 3).

Esta composição etimológica acaba contribuindo para a concepção mais usual do termo ‘utopia’ como a visão de uma sociedade perfeita que não existe, um pensamento ilusório, uma fantasia irrelevante (Levitas, 2013b). Tal percepção leva também a desconfiança e ao desencanto, pelo entendimento de que a ‘utopia’, em última análise, desvia as pessoas ‘da vida real’ e contribui para construção de perigosos projetos totalitários (Brasil, 2011: 21; Levitas, 2005: 3-4).

Apesar destas serem as acepções popularmente predominantes do conceito, na academia, os estudos utópicos defendem interpretações mais construtivas para ‘utopia’. Levitas (2013a: 42-43; 2013b) dedica-se a uma profunda análise do conceito e distingue ainda três outras concepções: a ‘utopia’ como a expressão do desejo de ser e de se viver de uma maneira melhor, baseada na obra de Ernst Bloch; a ‘utopia’ como uma série de práticas sociais inovadoras prefigurativas de uma sociedade melhor, que Wright (2011) identifica como ‘utopias reais’ e Cooper (2014) como ‘utopias quotidianas’; e ainda, como defende Levitas (2013b), a ‘utopia’ pode ser um esboço holístico de uma sociedade alternativa, que conduz a uma maior especulação sistêmica e institucional.

Segundo Bauman (2003: 12), o desejo utópico de transcender-se é uma característica constitutiva da humanidade, o atributo da existência humana mais próximo da universalidade e, como afirma o autor, o menos destrutivo. A utopia é essencialmente sobre o que não é, sobre o que se quer, sobre o que deveria ser (Levitas, 2005: 2), ‘[h]uman being-in-the-world means being-ahead-of-the-world’ (Bauman, 2003: 11). Assim, toda utopia emana da negação da realidade efetiva e se direciona para a sua transformação, com intuito de realizar os desejos utópicos (Mance, 1994: 14).

Bloch esclarece que todo sentimento de anseio só pode ser articulado através da imaginação dos meios para o seu cumprimento, pela projeção do que falta, logo, a utopia é um ‘ainda não’, no sentido tanto de uma ausência atual quanto de uma presença futura esperada, é uma forma de antecipação da consciência (Levitas, 2007: 291). Os processos utópicos estão conectados com a realidade pela extrapolação de suas possibilidades e potencialidades intrínsecas, por isto, toda utopia ‘stands on the horizon of every reality’ (Bloch, em Anderson, 2006: 695) e nunca é totalmente nova.

Contudo, nos ensina Bloch, que somente uma consciência antecipadora que seja resultado do exame crítico da realidade e explore o que ainda não foi manifestado, ao mesmo tempo em que tenha ânimo para realizar o que se propõe e esteja motivada a ultrapassar as limitações de sua condição, será capaz de originar experiências radicalmente diferentes (Brasil, 2011: 48-53). Para o autor, esta é a ‘utopia concreta’ que une a ‘consciência utópica’ à ‘vontade utópica’ deste modo é somente em sua forma ‘concreta’, que a utopia tanto mobiliza a esperança quanto demanda a ação, pavimentando ‘a estrada que leva ao que necessariamente se busca’ (Bloch, em Costa, 2009: s.n.).

Como uma tentativa de explorar e prever o que poderá ser, a ‘utopia’ demanda a educação do desejo, que, para Thompson, significa ‘to open a way to aspiration, to “teach desire, to desire, to desire better, to desire more, and above all to desire in a different way” (Levitas, 2005: 11-12). Com

isto, a educação do desejo fortalece a crença de que é possível tanto desestabilizar quanto transformar o que aparenta ser o inabalável *status quo* (Cooper, 2014: 31).

[T]he utopian is not simply a depiction of another kind of place, but a process or challenge — a mode of striving toward something else that is better — in which questions of imagination, creativity, and processes of change are deeply entwined (Cooper, 2014: 25)

2.3.1. A UTOPIA COMO PRÁTICA DIÁRIA: UTOPIAS REAIS E UTOPIAS QUOTIDIANAS

A vida quotidiana envolve atos coletivos de significação e de crença, que ocorrem na intersecção entre ‘microprocessos’ de produção de sentido e ‘macroprocessos’ de conformação (Escobar, 1992: 30). Espaços onde aspirações utópicas são efetivamente postas em prática, ainda que em pequena escala, e nos quais aspectos da vida quotidiana e pressupostos comuns são contestados e modificados, tornam-se sítios extremamente frutuosos para revitalização do político e do social, por sua capacidade de pôr em prática conceitos triviais de forma contra-normativa (Cooper, 2014: 11).

A resignificação da cotidianidade, em um constante movimento entre imaginação e atualização (Cooper, 2014), possibilita a submersão do que Mance denomina ‘subjetividades mutiladas’ (1994: 18), em outras palavras, ‘potencialidades e qualidades subjetivas’ subjugadas, que nestes espaços conseguem produzir ‘novos imaginários e significações para a vida’ (ibid, 1994: 8).

Wright (2011: 3-9) identifica estes espaços como ‘utopias reais’, sítios onde os contornos de um mundo social alternativo com ideais emancipatórios são desenhados e onde inovações sociais constroem este mundo. A ‘utopia real’ engloba dinâmicas entre sonho e prática. De um lado, ‘utopia’ implica elaborar alternativas às instituições dominantes que incorporem aspirações coletivas por um mundo onde todos possam ter acesso a condições e oportunidades de florescer. Do outro, ‘real’ significa ser capaz de propor alternativas atentas às complexidades e contradições inerentes à realização desses ideais, equilibrando desejabilidade, viabilidade e exequibilidade.

As utopias reais prefiguram, então, alternativas emancipatórias e tem um caráter mais radical que reformista. Normalmente, são criadas em contexto de lutas políticas e sociais, mas também emergem silenciosamente. Podem confrontar e manter relações de tensão com as instituições dominantes, como também podem surgir à margem do ecossistema socioeconómico, em nichos não ameaçadores (Wright, 2011: 9). O autor cita como exemplo orçamentos participativos, a Wikipedia e as bibliotecas públicas, as finanças solidárias, as cooperativas de trabalhadores, a agricultura urbana de cultivo comunitário, as redes de economia social, entre outros (ibid: 9-11). Tomadas de forma individual, essas iniciativas podem parecer limitadas e incompletas, sem significar grande ameaça ao domínio do capitalismo, no entanto, de uma perspectiva sistémica de rede, em que possam ser coletivamente ampliadas, são elementos constitutivos para uma alternativa mais ampla (ibid: 12).

Já Cooper (2014) aborda formas utópicas por vezes mais subtis, que articulam o utópico com o dia-a-dia. São redes e espaços que constituem o que a autora nomeia ‘utopias quotidianas’³³, que executam determinadas funções da vida diária de forma radicalmente diferente. Seu caráter transformativo está em sua capacidade de desafiar o habitual e, simultaneamente, revelar as normas, ideologias e práticas prevalecentes. Abrem o terreno do quotidiano para uma remodelação deliberada de práticas e conceitos, invocando novos imaginários, novas formas de normalização, desejo e subjetividades. Envolvem constante adaptação e mudança e dependem, em grande parte, da proximidade e de contatos regulares. ‘[T]hey work by creating the change they wish to encounter, building and forging new ways of experiencing social and political life’ (Cooper, 2014: 2)

Estas duas abordagens são importantes para se pensar como alternativas podem despontar em meio a centros urbanos, coexistindo com a cultura dominante, e, a partir do movimento de seus membros pelo emaranhado de relações com outras redes e locais, fazer com que essas experiências contra-hegemónicas reverberem e transformem outras esferas. A ‘transformação eco-social’ não se resume a eco-vilas autossuficientes, pelo contrário, deve ser capaz de promover e sustentar mudanças em realidades cada vez mais urbanas, em linha com os fluxos e tendências demográficas.

Levitas (2013b), no entanto, alerta que pela dimensão das transformações necessárias estas não serão um exercício único de movimentos sociais ou de utopias reais ou quotidianas, será necessário uma reconfiguração do Estado para que estas possam prosperar. É preciso não só criar alternativas às instituições, mas sim reorientar as instituições existentes. Em vista disto, a autora propõe a Reconstrução Imaginária da Sociedade como método para pensar utopias de forma holística.

2.3.2. A UTOPIA COMO MÉTODO: A RECONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DA SOCIEDADE

Levitas (2005: 14-15) defende que ao utilizarmos a utopia como método podemos abordar de forma mais eficaz os problemas da contemporaneidade. Os modelos utópicos são tanto uma visão crítica das condições presentes, com descrições de como se dão processos políticos, económicos e sociais, como também são maneiras de imaginar a sociedade de outra forma, ou seja, de reconstituí-las.

Com base em uma profunda análise de diversas expressões utópicas, Levitas (2013b: xviii) identifica pontos de convergência que constituem a articulação do pensamento utópico e, com isso, desenvolve um método holístico, de carácter hipotético, que permite pensar alternativas para além dos limites do que parece possível no presente. A autora insiste na provisionalidade, na reflexividade e na necessidade de incentivar o debate público como características fundamentais à utopia.

³³ No original em inglês ‘everyday utopias’. Como exemplos analisados: a rede de trocas não monetárias ‘LETS’; o ‘Pussy Palace’, um espaço de sexo casual exclusivo para mulheres e trans; ‘Speakers’ Corner’, um espaço para diálogo sem restrições; a Summerhill School, escola em que os alunos não estudam em salas (Cooper, 2014)

A Reconstituição Imaginária da Sociedade (Levitas, 2013b), como método utópico, é constituída por três facetas, analiticamente separáveis entretanto intimamente interligadas: um modo analítico ‘arqueológico’, um modo ‘ontológico’ e um modo construtivo ‘arquitectónico’.

O modo ‘arqueológico’, como sugere sua nomenclatura, envolve ‘escavar’ documentos, programas políticos e políticas sociais e económicas, a nível nacional e internacional. A finalidade é perceber elementos explícitos e implícitos, afirmações e silêncios presentes em discursos e na cultura que delimitam qual a visão dominante da ‘boa sociedade’ e qual a percepção de como as pessoas são e de como elas deveriam ser. O objectivo é a recombinação de fragmentos em um todo coerente para colocar o modelo de ‘boa sociedade’ existente aberto ao escrutínio e a crítica pública, questionando se, de facto, é coerente, sustentável ou desejável (Levitas, 2005: 15-17; 2013b: 153-155).

O segundo modo, ‘ontológico’, preocupa-se com os sujeitos e agentes que compõem a sociedade (Levitas, 2013a: 44). Parte-se de uma análise crítica de como identidades foram imaginadas e construídas para estimular a emergência de outras subjetividades (Levitas, 2013b: xvii). Estimula, assim, pensar em formas de ser que superem nossa experiência atual, o que implica tanto imaginarmo-nos de outra forma como deliberar o que constitui o florescimento humano (ibid: 177). As noções de felicidade e bem-estar dependem igualmente da definição de uma visão da natureza humana e de uma afirmação normativa do que é bom para humanidade. A ontologia utópica visa transformar a matriz de necessidades humanas, reorientando-a da mercantilização e de um ponto de vista individualista, para uma visão coletiva e institucional (ibid: 179).

Por fim, o terceiro, o modo construtivo ‘arquitectónico’, demanda julgamento, especulação e desafiar a incredulidade para imaginar o que seria um mundo ecologicamente e socialmente sustentável, que permita a felicidade humana de forma mais ampla que no presente, para então descrever quais seriam as instituições sociais que satisfariam essa necessidade (ibid: 197-198). Consiste em propor alternativas que sejam também propostas positivas, hipóteses provisionais e reflexivas, abertas ao diálogo e que não constituam um fim, mas um processo (ibid: 198). Envolve tanto o desenho institucional e a delimitação da ‘boa sociedade’ como, no caso de comunidades intencionais ou práticas prefigurativas, a sua instauração concreta mesmo que de forma parcial.

Com isso, a Reconstituição Imaginária da Sociedade constitui-se pela articulação indivisível da utopia como arqueologia (do capitalismo), como ontologia (da natureza humana) e como arquitetura (de uma sociedade melhor) e requer a participação cidadã na sua concepção, não uma ditadura de especialistas (Levitas, 2005: 21; Levitas, 2013b: 183). De facto, a utopia nunca foi tão necessária.

For those who still think that utopia is about the impossible, what is really impossible is to carry on as we are, (...) [o]ur very survival depends on finding another way of living (ibid: xii).

Objeto de Estudo

Como observado no capítulo anterior, as décadas de 1970 e 1980 foram palco para a renovação dos movimentos sociais, motivados pela sucessão de crises económicas, políticas e sociais, o que fez emergir ao terreno político diversos atores e encorajou novas formas de auto-organização popular e de pensar a economia. Após anos de hegemonia do discurso desenvolvimentista, intensificaram-se vozes dissidentes que opõem-se também vigorosamente ao avanço do modelo neoliberal, cuja ‘cartilha’ impõe uma visão monolítica e ortodoxa da economia.

Dentre estas vozes avança uma visão plural da economia que evidencia sua complexidade para além do binómio mercado-estado (Guerra, 2020: 3). Demonstram assim, como no campo económico confluem diversas lógicas e motivações, o que abre espaço para outras formas de organização económica. Ao contestar a lógica capitalista do crescimento, da acumulação e do consumismo, iniciativas socioeconómicas que oferecem soluções mais solidárias e democráticas multiplicam-se ao redor do mundo, abrangendo todo ciclo económico: gestão de bens e recursos, crédito, produção, comercialização, consumo, distribuição de excedentes e circulação monetária (Garcia, 2016: 56).

Ainda que constituam expressões minoritárias, não se pode dizer que estas iniciativas são insignificantes, tanto por sua dispersão global, quanto pelas inovações económico-sociais que suscitam (Garcia, 2012: 4). São, de facto, experiências muito heterogéneas e, por isso, acabam por serem classificadas de formas distintas: uns posicionam-nas sob o guarda-chuva da economia social e solidária, outros sob o rótulo de terceiro sector ou ainda são repartidas entre economia social, economia solidária, economia popular, terceiro sector, economia informal, empresa social e etc.

Essas alternativas à economia capitalista descrevem diferentes formas de organização e de atuação económica que reaproximam a economia de sua função social. Como afirma França (2002: 9), são espaços situados entre as esferas do Estado e do mercado que proporcionam trabalho, produção, distribuição de riquezas e estimulam a vida social.

O objeto de estudo desta dissertação será a economia solidária; no entanto, há que se fazer uma viagem histórica às origens da economia social, seu conceito matriz (Estivill, 2018a: 24), para assim compreender as bases que tornaram seu florescimento possível e também perceber suas singularidades e possibilidades. Portanto, este capítulo dedica-se, na primeira parte, a um breve histórico desde a emergência da economia social até a eclosão da economia solidária e a uma análise de suas principais características. Na segunda parte, explorar-se-á os caminhos da solidariedade no contexto catalão e realizar-se-á um apanhado histórico do associativismo e cooperativismo desde a

Catalunha, no âmbito regional, ao bairro de Sants, a fim de situar contextualmente as iniciativas que hoje compõe o tecido solidário de Sants e que serão estudadas no próximo capítulo.

3.1. Da Economia Social à Economia Solidária

O recurso à cooperação para resolver necessidades humanas e escassez de recursos remonta às mais remotas sociedades, ainda que, no contexto europeu, o reconhecimento de formas associativas com propósito de solidariedade económica tenha se dado ao largo do século XIX (Garcia, 2016).

Nesse contexto, economia social emerge como resposta às crises e contradições do sistema capitalista e compreende formas associativas que incorporam democracia, justiça social e solidariedade à esfera económica. Se, por um lado, a expansão da indústria e do mercado, pós-Revolução Industrial, criava novos problemas sociais (Garcia, 2016: 56-57), por outro, fomentava a mobilização popular que se organizava em redes horizontais de autoajuda para garantir sua própria sobrevivência e, com isso, concebiam outros espaços de sociabilidade (Dalmau, 2018: 10).

Como prática, a economia social é fruto de um complexo processo de autorreconhecimento da classe trabalhadora e camponesa (Estivill, 2018a: 25) que, visando a entre ajuda e a emancipação, reivindicam pelo associativismo e criam formas de auto-organização como cooperativas de consumo, de produção, de crédito, agrícolas, bem como mutualidades, sindicatos e partidos (Garcia, 2016: 57).

Como disciplina económica, a economia social reinsere a justiça social como objetivo indissociável da atividade económica (Etxarri et al., 2008: 1) e se inspira em diversas correntes históricas³⁴ como no cristianismo, liberalismo, solidarismo e socialismo, especialmente no socialismo utópico, que desempenhou um papel fundamental para o associativismo (Defourny, 2013: 164-165).

Os nomeados ‘socialistas utópicos’³⁵ ao mesmo tempo que defendiam uma interpretação diferente da economia e da sociedade, denunciando as duríssimas condições do sistema capitalista, como a degradação das condições de trabalho e o empobrecimento popular, também propunham novas formas de organização social e económica (Estivill, 2018b: 2). Assim, exploravam as duas faces da utopia, a crítica social e o imaginar novas realidades; no caso, por processos de experimentação, de tentativa e erro, de novas formas associativas (Dalmau, 2018: 18). Essas utopias são, portanto, expressões concretas que vão dissipar-se pela Europa e estimular o imaginário das classes populares, fortalecendo também as esperanças libertárias e socialistas na Catalunha (Estivill, 2018a: 29).

Como marco inicial do cooperativismo moderno, Rochdale foi a primeira cooperativa de consumo de trabalhadores, fundada em 1844, e seus princípios tornaram-se a base do modelo cooperativista (Estivill, 2018a: 26): controle democrático, adesão livre, distribuição proporcional de

³⁴ Para uma descrição aprofundada dos contributos das diversas correntes ver Estivill (2018a); Defourny (2013).

³⁵ Destacam-se: Fourier, Louis Blanc, Cabet, Flora Tristán, Saint-Simon, Proudhon e Owen (Estivill, 2018a).

excedentes, retorno ao capital limitado, neutralidade política e religiosa e promoção da educação cooperativa (Dalmau, 2018: 20). Meio século depois, em 1895, durante o Primeiro Congresso Internacional de Cooperativas, nasce a Aliança Cooperativa Internacional para coordenar o cooperativismo que logo se difunde pelos 5 continentes (Dalmau, 2018: 21; Defourny, 2013: 165), contando hoje com mais de mil milhões de membros e mais de 3 milhões de cooperativas³⁶.

O cooperativismo tornou-se uma matriz que ramificou-se em cooperativas agrícolas, sociais, de trabalhadores, de poupança, de crédito, de consumo, de seguros, de distribuição, de habitação, entre outras (Defourny, 2013: 165). Pouco a pouco, as próprias iniciativas foram delimitando-se e auto definindo-se através de diferentes declarações e cartas de princípios e, posteriormente, aglutinaram-se em distintas organizações representativas (Etxarri et al., 2008: 3). A luta pelo direito à associação e pela criação de legislações que reconheçam e suportem as diversas formas associativas, cooperativas e de solidariedade é parte constitutiva da economia social.

Entre 1880 e 1939 vive-se um período de esplendor associativo (Garcia, 2016: 57), no qual o cooperativismo, o associativismo e o mutualismo se firmam como as principais formas organizativas que compõe a economia social (Estivill, 2008a: 31). De facto, há duas maneiras de se caracterizar a economia social: uma consiste em destacar características comuns às diferentes iniciativas quanto aos seus objetivos de atividade e ao seu modo de organização (Defourny, 2013: 166). Como aspectos partilhados entre as diferentes formas associativas que compõe a economia social estão alguns atributos como sua natureza privada e autónoma, adesão voluntária, gestão democrática sob igualdade de direitos (exceto para fundações que não tenham sócios), distribuição de excedentes não vinculada às contribuições do capital, primazia das pessoas sobre o capital e objeto social que sirva a satisfação do interesse mútuo e/ou comunitário (Etxarri et al., 2008: 3-4).

A outra maneira, mais usual, se atém às formas jurídicas e institucionais, que variam de país a país, mas geralmente incluem cooperativas³⁷, mutualidades³⁸, associações³⁹ e fundações⁴⁰. No entanto, devido ao fato de que, para legalizarem-se, todas iniciativas tem que adotar alguma forma jurídica e as legislações nem sempre acompanham as diversas nuances associativas existentes, tanto as iniciativas da economia social, quanto as que podem ser classificadas como economia solidária, terceiro sector, economia popular e até as empresas sociais adotam as mesmas formas jurídicas. Isso

³⁶ Alianza Cooperativa Internacional [em linha]. (s. d.). [Consultado em 6 de outubro de 2021]. Disponível em: <https://www.ica.coop/es/quienes-somos/alianza-cooperativa-internacional>

³⁷ São agrupamentos de pessoas que se juntam para satisfazer suas próprias necessidades através de uma empresa de propriedade coletiva de base democrática onde cada sócio tem um voto (Estivill et al., 2013: 60).

³⁸ Sociedades de gestão democrática sem lucro em que as pessoas se unem para execução de serviços diversos de ajuda mútua, como pensões, aposentadoria e serviços sociosanitários (Estivill et al., 2013: 63).

³⁹ Agrupações autónomas de pessoas que se unem para desenvolver uma atividade de forma conjunta, democrática e sem ambição de lucro, na economia solidária exercem ação social (Estivill et al., 2013: 64).

⁴⁰ São entidades compostas por um património privado dedicado à objetivos sociais, como não tem sócios não são necessariamente de base democrática, mas podem desenvolver este princípio (Estivill et al., 2013: 64).

faz com que seja necessária a observação de suas práticas e características, pois permitem enquadrar melhor uma iniciativa dentre distintas propostas de economia alternativa (Estivill et al. 2013: 17).

Além do mais, existem cooperativas e associações que utilizam este enquadramento legal para receber vantagens fiscais encobrando, na verdade, atividades lucrativas ou paraestatais (Laville, 2009: 37). Algumas, ao crescerem e intensificarem sua atuação no sistema de concorrência mercantil, acabam por perder seus valores e características fundacionais (Etxarri et al., 2008: 12). Outras desvirtuam-se ao progressivamente adentrarem serviços públicos e aproximarem-se do Estado. Com efeito, a economia social é criticada por sua incapacidade de resistir a processos de institucionalização, perdendo sua independência frente aos poderes públicos, e também de isomorfismo, acercando-se da lógica do capital e da maximização de retorno (Aleixo, 2014: 19).

Esses processos, que reduzem o ímpeto político da economia social, se acentuam com a consolidação do Estado Social na Europa durante os ‘trinta gloriosos’ anos do pós-guerra. Nesse período de inédito crescimento, o Estado se propôs a corrigir as desigualdades provocadas pelo mercado e intervir para conciliar economia de mercado com justiça social por meio da redistribuição pública, tornando-se, assim, o mediador da solidariedade (Aleixo, 2014: 19). Vai haver, progressivamente, uma substituição da solidariedade horizontal, do associativismo entre iguais, pela solidariedade vertical, baseada em direitos adquiridos e na provisão pelo Estado (Aleixo, 2014: 19).

Com isso, as organizações da economia social, que antes tinham papel central na compensação das injustiças provocadas pelo mercado, perdem paulatinamente sua importância, principalmente as mutualidades e associações, passando a servir a funções complementares e subalternas (Laville, 2013: 173). Tornam-se dependentes de financiamentos públicos e da gestão centralizada, perdendo liberdade de ação. A economia social é, então, aprisionada em uma concepção que a vincula à caridade, em um contexto onde o intervencionismo estatal pauta a economia (Estivill, 2009b).

Entretanto, o Estado Social começa a ruir na década de 1970, que é marcada pela persistência de crises econômicas e pela eclosão de diversos movimentos cívicos e lutas estudantis (Amaro, 2017: 88). A partir de 1968, um novo imaginário anticapitalista começa a construir-se (Garcia, 2012: 1) e, no coração da Europa, despontam movimentos contra-hegemônicos que, na década de 1980, ganham força tanto no campo teórico quanto pela concepção de práticas econômicas alternativas e inovações sociais. Esta inquietação culmina, na década de 1990, no movimento altermundialista, que converge diferentes experiências nos foros sociais mundiais, forjando uma nova utopia coletiva (Garcia, 2016: 57) à qual a economia solidária ajuda a fortalecer: de que ‘outro mundo é possível’.

3.1.1. UMA NOVA ECONOMIA SOCIAL? A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Conforme expõe Laville (2013: 173-174), na Europa, com a guinada neoliberal nos anos 1980, iniciou-se um processo de supressão das concessões adquiridas nos ‘trinta gloriosos’, que conciliavam a

classe trabalhadora com o assalariamento. Como resposta às sucessivas crises económicas, o Estado teria que minimizar seu papel provedor e cortar gastos que onerassem seu funcionamento; com isso são impostos sucessivos ajustes fiscais e monetários que vão privilegiar o mercado em detrimento da população. Ademais, o livre comércio e fluxo de capitais levam empresas a transferirem suas cadeias produtivas para países com baixos salários e recursos naturais mais acessíveis; com isso, o desemprego e a insegurança aumentam.

Ocorre um duplo processo de exclusão social, por um lado pelo desmonte das políticas públicas de proteção social, por outro, pelas rápidas mudanças no mercado de trabalho que flexibilizam e precarizam as relações trabalhistas, diminuindo postos de trabalho no mercado formal e provocando o crescimento da pobreza (Azambuja, 2009: 282). Face às profundas transformações no ambiente de trabalho, ao desemprego e à desigualdade crescente, surgem novas iniciativas de solidariedade e novas formas de trabalho associativo entre sectores populares (Guerra, 2020: 12).

Inicia-se novamente um processo de ebulição associativa a favor de transformações, a princípio mais limitadas em escopo, porém concretas. Imbuídas de uma visão crítica anticapitalista com forte teor político, essas iniciativas não se reconhecem sob a denominação de economia social, propõem uma ‘nova economia social’ ou ‘economia alternativa’ (Estivill, 2018a: 19). Experimentam novas formas de cooperação e de autogestão democrática em diversos sectores, sustentando em comum a primazia da solidariedade frente ao interesse individual, como exemplifica Laville (2013: 170):

colectivos de generación de ingresos, comedores populares, cooperativas de producción y comercialización, empresas de trabajadores, redes y nodos de trueque, sistemas de comercio justo y de finanzas, grupos de producción ecológica, comunidades productivas autóctonas, asociaciones de mujeres, servicios de cercanía, etc.

Assim nasce a economia solidária, que articula a herança da larga história associativa da economia social – recuperando sua postura inicial mais política e transformadora – e também de redes de entajuda de base popular, muitas vezes informais, de solidariedade comunitária (Amaro, 2009: 13). Expande, desta forma, o objeto social do mutualismo para a comunidade, fortalecendo espaços e redes de proximidade, e ainda amplia o diálogo democrático, o que irá aproximá-la de diversos movimentos sociais e alargar suas preocupações: maior sensibilidade ecológica, maior proximidade das lutas feministas, preocupação com consumismo e a adoção de uma perspectiva transformadora para além da economia, abarcando também cultura, política e social (Estivill, 2018a)

O que torna o fenómeno da economia solidária singular é que suas iniciativas vão nascer paralelamente, e sem conexões entre elas, em três partes diferentes do mundo: na Europa, com início em França; nas ilhas da Macaronésia, especialmente nos Açores, e na América Latina (Estivill, 2018a: 19-20). O conceito de economia solidária, em processo iterativo de construção, ganha corpo a partir destas localidades que constituem três correntes teóricas, distintas, porém que se influenciam.

3.1.2. TRÊS CORRENTES E DISTINTAS VISÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A corrente europeia⁴¹, cuja maior expressão é francófona (Amaro, 2009: 15), parte de uma postura crítica ao desgaste da economia social, que cedeu aos interesses dominantes por processos de institucionalização e de isomorfismo, e por isso, distingue as organizações e iniciativas que surgem na Europa a partir da década de 1970 inicialmente como ‘nova economia social’ e, posteriormente, ao alinhar-se com o debate latino-americano, como ‘economia solidária’ (Etxarri et al., 2008: 12).

Um dos grandes contributos desta corrente é desmistificar que a economia de mercado, seus pressupostos e suas regras correspondem à totalidade da economia e que esta está dissociada do sistema social. Laville (2009: 39), um dos principais teóricos desta corrente, se ampara sobretudo no trabalho de Mauss e de Polanyi para recuperar uma definição extensiva da economia, que incorpora uma pluralidade de princípios económicos. Como evidencia Polanyi (2000: 65), nas sociedades pré-industriais, antes do desenvolvimento das sociedade de mercado, a economia estava submersa nas relações sociais e atrelada a interesses coletivos. Assim, os princípios que garantiam a sobrevivência econômica e a organização social eram os de reciprocidade, redistribuição e domesticidade.

Com base em Polanyi, Laville (2009: 39-40) recompõe a esfera económica, evidenciando a coexistência de três princípios:

- O princípio do mercado, que permite o encontro entre oferta e demanda e que rege o sistema de preços. No atual sistema capitalista, não implica uma relação com o sistema social, já que a atividade económica foi isolada e imputada de motivação distinta: a orientação para o lucro.
- O princípio da redistribuição, que remete a uma autoridade central responsável por distribuir recursos e excedentes de acordo com regras e atribuições pré-estabelecidas.
- O princípio da reciprocidade, que corresponde às trocas entre grupos ou indivíduos baseadas em ligações sociais entre as partes e em vista da ampliação das relações sociais e afetivas, motivadas pelo desejo de reconhecimento, de suporte ou de poder.

Acresceria a estes princípios o da domesticidade, que reconhece a produção para o consumo próprio, a doação e a dádiva, refere-se a provisão para necessidades domésticas, sem motivação de ganho (Polanyi, 2000: 73). Assim, a economia solidária seria uma hibridização desta diversidade de princípios, uma visão mais realista da economia, em que o mercado constitui apenas uma das faces de uma economia plural, que também pode ser de não-mercado e não-monetária (Laville, 2009: 40).

⁴¹ Nesta corrente destacam-se autores como Jean-Louis Laville (França), Jacques Defourny (Bélgica), Bernard Ême (França), Louis Favreau (Canadá), do lado francófono, e Jordi Estivill (Catalunha), Jordi Garcia Jané (Catalunha), Ivan Miró (Catalunha), desde a Catalunha. Há ainda outros autores de expressão em Itália, Inglaterra e Suécia. Aqui, se abordará somente os contributos da versão francófona, já a sessão 3.2. se dedicará à visão catalã da economia solidária.

Tal como analisa Lavelle (2009: 41-47), ao enfatizar o significado substantivo da economia, a economia solidária realça as relações e interdependências entre os seres humanos e o ambiente natural do qual extraem seus recursos. Com isso, contribui para a ‘desatomização’ da economia, ou seja, para contestar a ideia do mercado separado do resto da sociedade. Por conseguinte, ao reinserir o mercado no quadro social e institucional e contestar a redução da economia ao mercado, subverte também outros pressupostos da ciência económica como a ideia do mercado autorregulado, a compreensão individualista e racional do comportamento humano, a identificação da empresa moderna unicamente à da empresa capitalista, a primazia da maximização do lucro e da acumulação de capital e o modo de organização exclusivamente baseado na propriedade privada.

Ademais, para que seja possível combinar estes diversos princípios económicos é necessário conectar a dimensão económica à dimensão política (ibid: 40), desta forma a economia solidária contribui para a redemocratização da economia na medida em que implica o envolvimento da cidadania sob novas formas de participação e de projeção política (Estivill, 2009a: 103). A dimensão política da economia solidária assume um projeto baseado na gestão democrática e na participação cidadã que, a partir da sociedade civil, das relações quotidianas e de proximidade, constituem espaços públicos autónomos distintos dos regulados pelo Estado, contribuindo, assim, para a revitalização do conceito de público e de democracia participativa (Amaro, 2009: 16).

Do outro lado do oceano, a corrente latino-americana⁴², apesar de suas nuances internas, tem como características uma postura igualmente crítica frente ao ‘modus operandi’ da economia capitalista, principalmente do modelo neoliberal, e orientação decididamente transformadora, com foco no trabalho e na solidariedade como fontes de transformação (Etxarri et al., 2008: 10). Está muito ligada às práticas sociais, culturais e políticas de resistência dos que foram marginalizados pelas políticas económicas e planos de desenvolvimento conduzidos na região (Amaro, 2009: 17). Por isso é bastante influenciada por movimentos sociais, desde as lutas de trabalhadores e camponeses, como o Movimento dos Sem Terra no Brasil, às dos povos originários que defendem o ‘buen vivir’.

Para Razetto (2010), os elementos distintivos da economia solidária são a primazia do trabalho sobre o capital e sua capacidade de transformação da economia, ao introduzir níveis crescentes de solidariedade em todas as atividades, organizações e instituições económicas, orientando a produção e a distribuição de recursos, bens e serviços para além da lógica monetária. Assim, incrementa qualitativamente a eficiência micro e macroeconómica, além de gerar benefícios sociais e culturais que favorecem toda a sociedade. Em linha com o ‘buen vivir’, Razetto advoga que a economia solidária

⁴² Como importantes autores distinguem-se: Luis Razzeto (Chile), António Cattani (Brasil), Genauto França Filho (Brasil), Pablo Guerra (Uruguai), Euclides Mance (Brasil), Paul Singer (Brasil) e José Luis Coraggio (Argentina).

oferece uma visão integral das necessidades humanas que visa compatibilizar consumo e cuidado com meio ambiente, priorizando a austeridade e a simplicidade (Razetto, 2012).

Já para Singer (2003: 4) o potencial transformador da economia solidária está em sua capacidade de renovar a mentalidade dos participantes de empreendimentos e entidades solidárias ao forjar novas relações sociais que limitam a rivalidade e a competição entre os indivíduos. Inspirado pelos movimentos de coletivização operários, Singer entende que a autogestão permite educar e transformar o comportamento humano pela difusão de valores ideológicos distintos dos capitalistas, o que Azambuja define como uma relação de codeterminação entre práticas e valores.

[À] medida que o sujeito se envolve nas práticas econômicas de autogestão, ele é educado para a autogestão e à medida que ele é educado, mais ele pratica e incorpora os valores da autogestão que, por conseguintes são os valores ideológicos da Economia Solidária (ibid:284)

Diferentemente, Mance (1998: 12) defende que o potencial transformador da economia solidária reside em sua capacidade de conscientização para o consumo solidário e em organizar-se em redes. Por isso, acredita que para que seja uma alternativa viável para a transformação na direção de uma sociedade pós-capitalista é imprescindível que sejam criadas redes de colaboração solidária, locais, regionais e globais, que conectem unidades de produção e de consumo em um sistema recíproco, cujo objetivo seja promover o consumo solidário e a geração de emprego e renda. O consumo solidário é aquele em que a tomada de decisão não considera apenas o bem estar individual, mas sim o coletivo, já que as escolhas de consumo influenciam tanto a geração e manutenção de postos produtivos, quanto a preservação do ecossistema, da comunidade ao planeta.

Outra contribuição da corrente latino-americana diz respeito à visão ampla da economia solidária proposta por Coraggio que a define como uma economia mista, ou seja, que atua na intersecção entre a economia empresarial privada, a economia pública e a economia popular, como 'un sub-campo del campo de prácticas económicas que está cruzado con el campo de la política' (Coraggio, 2012: 3). Este posicionamento permite reconhecer práticas solidárias de atores não convencionalmente considerados parte desta economia como, por exemplo, os orçamentos participativos por parte do sector público ou práticas solidárias de sindicatos e comunidades étnicas como parte da economia solidária (ibid: 2).

É importante frisar que a economia solidária não é uma proposta nem anti-estado, nem anti-mercado, mas sim propõe a redemocratização destes espaços, que devem ser regulados e protegidos de forças monopolistas e postos verdadeiramente ao serviço da maioria (Coraggio, 2002: 3). Certas iniciativas da economia solidária, inclusive, beneficiam-se de oportunidades de acesso a fundos públicos e comunitários, esse é o caso de algumas iniciativas das ilhas dos Açores, que nascem como resposta à pobreza e à exclusão social (Amaro, 2009: 20-21)

Das experiências solidárias de pequenas ilhas no Oceano Atlântico – Açores, Madeira, Cabo Verde e Canárias – emerge uma outra corrente que contribui para uma formulação sistêmica do conceito de economia solidária, que conjuga oito dimensões: a solidariedade económica, pela fusão dos princípios do mercado, da redistribuição e da reciprocidade; a solidariedade social, ao incluir com igualdade de oportunidades a todos os seres humanos; a solidariedade cultural, pela valorização da diversidade e do diálogo intercultural; a solidariedade ambiental, pela defesa de uma abordagem ecológica que inclua todos os seres vivos e a natureza; a solidariedade territorial, ao contribuir para o desenvolvimento das comunidades; a solidariedade científica, pela integração entre teoria e prática e investigação e ação; e a solidariedade política, tanto interna, por meio da gestão democrática, quanto externa, tendo como objetivo a resolução de problemas sociais (Amaro, 2009: 25).

A corrente da Macaronésia oferece, assim, uma abordagem bastante ampla, indo além das dimensões política e social. De facto, a economia solidária tem contornos e limites bastante maleáveis, composta por práticas bastante heterogéneas e suas fronteiras são pouco claras ou consensuais (Coraggio, 2012: 3). Tratam-se de práticas e de um conceito em permanente construção e revisão (Amaro, 2009: 24), portanto, corre riscos tanto de ser demasiadamente alargado ao ponto de que qualquer atividade que contenha uma dimensão de reciprocidade seja incluída, quanto de ser restritivo ao fixar critérios que possam deixar de fora experiências com carácter informal, ou ainda, ao agrupar iniciativas bastante distintas e internacionalmente dispersas há o risco de se tornarem irreconhecíveis ou incomparáveis como parte de um todo (Estivill, 2009a: 102).

Acresce-se a esta dificuldade de delimitação as ténues linhas entre os conceitos de economia solidária, economia social, economia popular, terceiro sector, economia informal, empresa social, entre outros. Na ausência de uma distinção jurídica entre elas cabe uma distinção analítica com base nos atributos que se podem verificar dentre essas diversas expressões económicas.

3.1.3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PERSPECTIVA

A economia solidária se faz progressivamente uma economia mais completa, compreendendo uma constelação de práticas não-capitalistas que fazem avançar transformações económicas, ecológicas e sociais, com inovações em diversas esferas. Como descreve Garcia (2016: 58), no âmbito dos recursos, inova pela criação e gestão de bens comuns; na produção, avança com modelos mais respeitosos ao meio ambiente e à dignidade das pessoas; no trabalho, traduz-se em maior segurança e durabilidade dos empregos que cria; na agricultura, desenvolve a produção agro-biológica e sustentável; na comercialização, manifesta-se através do comércio justo e do consumo consciente e responsável; no crédito, incorpora finanças éticas; no sistema monetário, firmam-se moedas sociais e comunitárias; além de experiências de distribuição democrática de excedentes, ações comunitárias contra a exclusão social e pobreza, entre outras.

Resumidamente, a economia solidária refere-se a um conjunto de práticas económicas que se organizam de forma democrática e autogestionada e ambicionam satisfazer a necessidade das pessoas (que têm prioridade frente ao lucro), promovendo a cidadania ativa e a coesão social, respeitando e valorizando o meio ambiente e a diversidade cultural (Estivill et al., 2013: 13; 15).

Nem todas as práticas de economia solidária se dão por meio de entidades formalizadas, há tanto práticas esporádicas, quanto organizações informais de intercâmbio, hortas comunitárias, grupos de crianças compartilhadas, etc. Na realidade, bem como há pessoas que se associam em cooperativas e associações com o intuito mais pragmático que solidário (Coraggio, 2012: 9), não se atendo aos valores da economia solidária, também existem práticas informais que mesmo invisíveis legalmente avançam com este ideário transformador, o que dificulta uma medição precisa da extensão e impactes desta economia (Estivill, 2018a: 140).

A economia solidária, por sua capacidade de articular os três princípios económicos, tem como particularidade o aproveitamento de recursos privados, públicos e não-monetários, dependendo do contexto, o que evidencia a sua posição singular entre economia de mercado, economia pública e economia popular, por isso também atua nas três esferas: do mercado, pública e da sociedade. Une objetivos sociais a objetivos políticos, sublinhando a autonomia da sociedade civil perante o Estado, e avança com ímpeto político de empoderamento e de transformação social (Amaro, 2009: 16).

É singular frente a outras alternativas económicas por compreender tanto iniciativas de propriedade coletiva quanto de propriedade pública. De facto, a economia solidária vem atualizando o conceito de público com suas iniciativas abertas e gestão coletiva de espaços e recursos, tanto físicos quanto digitais, para uso comum e público, concebendo métodos pioneiros de satisfação de necessidades (Garcia, 2016: 58). Tem como pressuposto categórico a democracia interna, mas também amplia o escopo democrático para incluir iniciativas de democracia aberta, como os orçamentos participativos, além de avançar com modelos de controle autogestionário que implicam coletivos e cidadãos para democratização económica (Coraggio, 2012).

Na economia solidária o lucro pode ser tanto de apropriação coletiva, distribuído entre os sócios de acordo com funções exercidas (não de acordo com o capital aportado), como também pode ser reinvestido no objeto social definido pelas próprias entidades, ou ainda, há iniciativas e formas organizativas que não ambicionam o lucro (Etxarri et al., 2008: 3-5).

Para comparação visual seleciona-se nove alternativas económicas, sendo seis conceitos que designam conjuntos de diferentes organizações, são estes economia solidária (ESol), economia social (ESoc), economia popular (EPop), economia informal (EInf), terceiro sector (TS) e economia capitalista (ECap), além de duas formas organizativas empresariais que se propõe a atuar na esfera social, as empresas sociais (SE) e as empresas com responsabilidade social corporativa (RSC) e uma governamental (Gov) para, assim, perceber aproximações e divergências entre elas.



FIGURA 3.1. Fonte de recursos

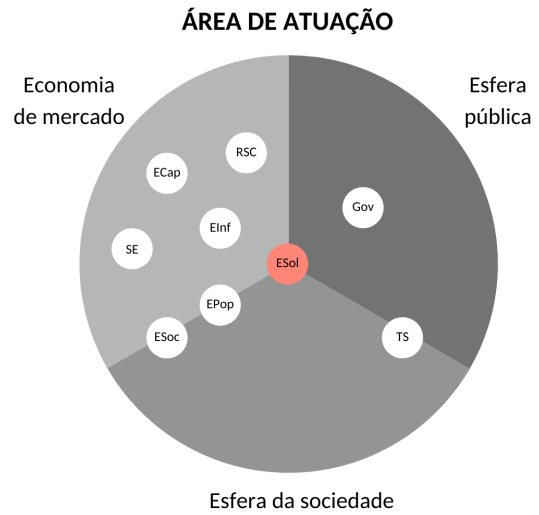


FIGURA 3.2. Área de atuação

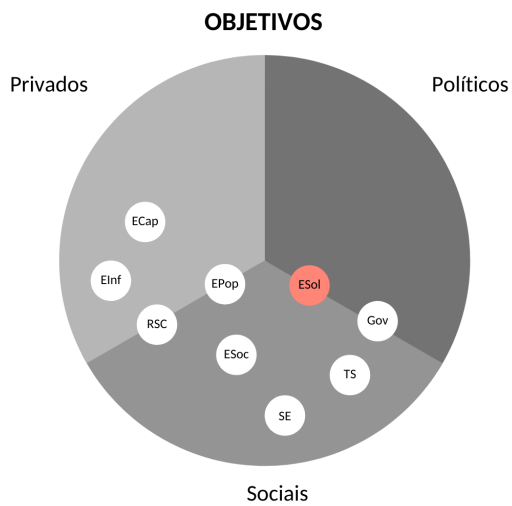


FIGURA 3.3. Objetivos de atuação

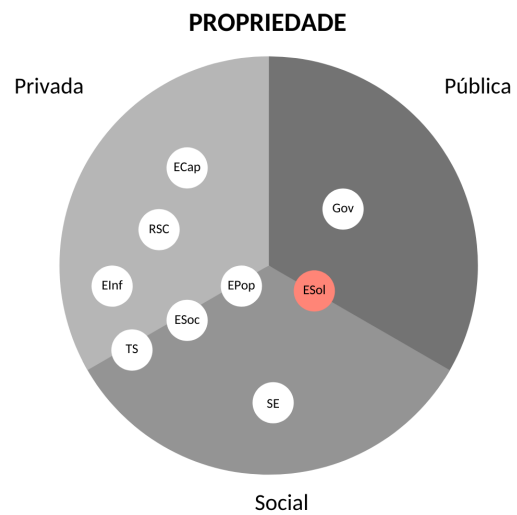


FIGURA 3.4. Tipo de propriedade

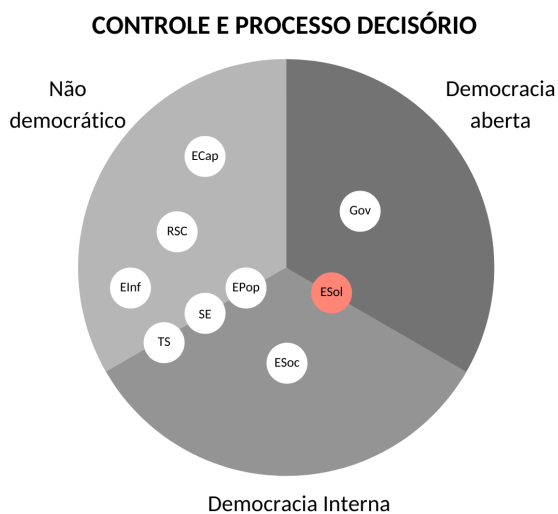


FIGURA 3.5. Controle e processo decisório



FIGURA 3.6. Comportamento frente ao lucro

A partir destes gráficos fica visível, então, que estes conceitos compartilham certas características enquanto se distinguem em outros aspectos. Por um lado, pela convergência principalmente entre economia social, economia solidária e terceiro sector se enseja, em muitos países, uma aproximação entre essas práticas, que têm sido agrupadas sob o guarda-chuva da economia social e solidária como um campo independente do sector privado e do sector público (Dash, 2004: 7).

Este é o caso da Catalunha, onde o conceito composto ganha força por unir a tradicional economia social aos novos movimentos associativos, promovendo um espaço de convergência entre as diversas iniciativas, além de fortalecer uma posição conjunta frente aos poderes públicos. No entanto, este não é o caso dos países anglo-saxões, onde há certa resistência em associar os termos ‘social’ e ‘solidário’ à ‘economia’ (Lewis, 2007) e prefere-se agrupar as iniciativas sem ânimo de lucro sob o conceito de terceiro sector, enquanto as demais sob empresa social (Estivill, 2018a: 33-38). Há ainda tentativas mais amplas de congregação, como o termo ‘economias transformadoras’⁴³ (Suriñach, 2017) que aglutina economias que se propõem a transformações socioeconómicas.

Por outro lado, a economia solidária destaca-se por seu carácter político combativo, que não se limita ao campo teórico e se traduz em iniciativas económicas e sociais que visam a transformação eco-social. Também por sua capacidade de conectar as esferas privada, pública e social, propondo uma reconceptualização do ‘público’, ao incentivar novas formas de gestão de bens e de espaços comuns. Nesse sentido, a economia solidária se aproxima da utopia por sua ‘capacidade de querer e agir para um futuro melhor, de sonhar e ter esperanças, de acreditar que “outra economia”, “outro mundo” é possível’ (Brasil, 2009: 3). Constitui, assim, um horizonte utópico que avança e ao avançar estende os limites do desejável, como afirma Estivill (2018b: 4), ‘c’est une utopie qui sert à marcher’.

3.2. Da Catalunha Ao Bairro De Sants: O Percurso Da Solidariedade

Antes mesmo dos primeiros traços da economia social na Catalunha, a solidariedade já se fazia presente na longa tradição de grêmios, confrarias e fraternidades que remetem ao século XII e resistem até o séc. XIX, por mais tempo que em países vizinhos (Estivill et al., 2013: 32).

A economia social, que começa a constituir-se nas décadas de 1860 e 1870 (Dalmau, 2018: 22), inspira-se nestes embrionários sistemas de ajuda mútua, bem como em redes comunitárias que já fomentavam a reciprocidade e a doação, valendo-se de uma cultura popular de auto-organização que, ainda que tivesse estrutura rudimentar, incentivará novas formas associativas (Estivill et al., 2013: 34). Essas novas experiências terão uma vitalidade e variedade pouco comum à Europa de seu tempo, perdurando até o início da ditadura franquista em 1939 (Marín, 2010: 15).

⁴³ Em seu livro Suriñach considera o movimento do decrescimento e as economias dos comuns, feminista e dos cuidados, social e solidária, colaborativa, comunitária, circular, o empreendedorismo social e a inovação social.

3.2.1. A ECONOMIA SOCIAL NO CONTEXTO CATALÃO

Como em outros países europeus, no século XIX, o avanço do capitalismo industrial transformava as condições de vida e de trabalho de grande parte da população catalã, ao passo que um número crescente de trabalhadores era submetido às duras condições de produção fabril da emergente indústria que se instala na Catalunha (Garau, 2020: 105). A industrialização rapidamente transforma as estruturas sociais, urbanizando a geografia das cidades e convertendo antigos povoados rurais em bairros obreiros (Dalmau e Miró, 2010: 25).

Como analisa Dalmau e Miró (2010: 31-33), é precisamente o advento das máquinas a vapor que vão motivar uma rápida industrialização em Barcelona e atrair trabalhadores de toda a Catalunha, aumentando o peso da classe trabalhadora frente ao resto da população, o que acirra o antagonismo com a classe burguesa. O crescimento industrial e a urbanização de Barcelona exercia força centrífuga, marginalizando o proletariado para zonas periféricas industriais, cada vez mais densas, dando origem a novos bairros. Logo a cidade é expandida para além dos limites de suas antigas muralhas, derrubadas em 1859, para tornar-se uma grande metrópole.

É neste contexto que em 1897 Sants passará de um município independente à um bairro de Barcelona, com aumento exponencial de habitantes de 19.000, em 1887, para 70.000 em 1930 (Dalmau e Miró, 2010: 33). Com uma posição estratégica na entrada de Barcelona, cortada pela estrada que leva a Madrid e próximo à saída portuária, atraía investimentos da emergente burguesia industrial que ali construiu grandes fábricas têxteis, sendo as mais expressivas Vapor Vell, de 1846, Espanya Industrial, que inicia atividade em 1849, e Can Batlló, de 1878, além de outras tantas menores que em 1910 somavam 50 com 14.000 trabalhadores (ibid: 40-42).

Como resultado, a composição social do bairro se transforma. No entorno das fábricas surgem novas ruas e vivendas para abrigar o crescente proletariado, Sants celeremente se converte de uma aldeia rural em uma heterogênea estrutura social urbana onde convivem trabalhadores assalariados, pequenos burgueses, artesãos, comerciantes, entre outros (Dalmau e Miró, 2010: 43).

Este processo de urbanização se dará, no entanto, de forma conturbada, com a escalada do descontentamento popular com as precárias condições de subsistência da classe trabalhadora e eclosão de violentos conflitos. Tal como explica Dalmau e Miró (2010: 45-48), de 1840 à 1868, a fim de se opor às duras condições de trabalho, coordenar greves e compor sistemas de ajuda mútua, tem origem um embrionário movimento associativista, nos moldes dos antigos grêmios.

A preocupação neste primeiro momento era organizar o proletariado e assim são criadas as primeiras sociedades obreiras. Em 1855, organiza-se uma primeira greve geral em Barcelona sob o lema 'associação ou morte', o que demonstra o peso que o associativismo irá exercer sobre o imaginário da classe trabalhadora, tanto como forma de autoafirmação, quanto de resistência. Segundo Estivill (2018a: 55), não é possível entender o movimento associativo catalão sem recorrer a

história do movimento obreiro e popular. Será a partir da auto-organização proletária que serão criadas as primeiras sociedades de socorros mútuos e cooperativas de consumo e de trabalho.

O movimento associativista na Catalunha será bastante influenciado pelo republicanismo⁴⁴ federativo, pelo socialismo utópico e pelo internacionalismo anarquista⁴⁵ (Estivill, 2018a). De facto, o ideário anarquista a favor da democracia direta, autogestão, autonomia, coletivismo e emancipação vão aflorar um latente sentimento popular (ibid: 81-82), que rejeitava o Estado, visto como um instrumento de pressão e controle, como um estranho que não servia às necessidades de toda a população. Neste sentido, o associativismo simbolizava a concretização material da capacidade inerente aos trabalhadores de governarem sua própria vida (Dalmau e Miró, 2010: 89).

Com a promulgação da Llei d'associacions de 1887, as cooperativas e associações ganham respaldo em um marco legal mínimo o que as retira da ilegalidade; b com isso, inicia-se uma fase de amadurecimento organizativo em que serão realizados diversos congressos e se buscará forjar redes de colaboração intercooperativas (Garau, 2020: 108). Pode-se dizer que a economia social na Catalunha constitui-se através de um contínuo processo de fortalecimento da reciprocidade, da solidariedade e de relações democráticas, que progressivamente compõe um projeto emancipador pela defesa da igualdade, da liberdade, da democracia e da justiça social (Estivill: 2018a: 64-65).

Um primeiro passo foi associar-se para tentar resolver coletivamente as necessidades mais urgentes dos trabalhadores e necessitados, um segundo, promover iniciativas autónomas como cooperativas de consumo e produção, um terceiro, criar espaços de socialização e de cultura, um quarto, formular projetos transformadores que contestassem a ordem económica, social e política e um quinto seria conseguir a emancipação social a partir da reorganização política e social. Como esclarece Estivill et al. (2013: 36), estes não são passos necessariamente cronológicos, mas processos que coincidem durante o século XIX até o primeiro terço do século XX e demonstram o ímpeto utópico que tinha, em princípio, a economia social.

Uma característica interessante das formas associativas que compunham a economia social catalã é sua polivalência ou multifuncionalidade, ou seja, estas exerciam diversas funções e tipos de atividades (Estivill e Dalmau, 2020: 276). Ademais de servirem de refúgio para classe trabalhadora em momentos de opressão (Dalmau e Miró, 2010: 86), de salvaguardarem o bem estar coletivo e de melhorarem a condição moral e material de seus associados, cobrindo suas necessidades primárias e forjando um ideal de ajuda mútua (Garau, 2020: 105), também organizavam atividades de cultura e de ócio – excursões, bailes, teatros, concertos, conferências – e educativas, o que fomentava a sociabilidade e o desenvolvimento pessoal de trabalhadores e de suas famílias (Dalmau, 2018:45-47).

⁴⁴ Refere-se ao movimento que desejava o fim da monarquia e instauração do regime republicano na Espanha.

⁴⁵ A cultura anarquista vai penetrar amplamente no ambiente proletário e popular, fazendo do anarco-sindicalismo um importante movimento de organização dos trabalhadores, contestação e transformação da ordem vigente (Estivill, 2018a: 81-82).

Em uma época em que a educação era restrita a escolas privadas e religiosas, os trabalhadores organizados criavam iniciativas próprias de ensino como ateneus, escolas, bibliotecas e centro de estudos, com marcos pedagógicos próprios⁴⁶, além de destinarem fundos para escolarização externa dos filhos e filhas dos associados (Dalmau, 2018: 47). De facto, algumas cooperativas vão crescer tanto que tornam-se capazes de oferecer muitos benefícios aos seus associados, além de reinvestir o capital que lhes sobra na compra de espaços maiores, construção e reforma de edifícios e abertura de filiais, tornando-se, assim, verdadeiros epicentros da vida pública para milhares de trabalhadores, estreitamente atreladas ao território e a vida quotidiana (Dalmau e Miró, 2010: 109).

Como explica Dalmau e Miró (2010: 108-115; 126), em Sants, as cooperativas irão expandir em quantidade de sócios e volume de atividade económica entre 1873 e 1910, com algumas se tornando referenciais do cooperativismo catalão, como La Formiga Obrera, La Lleialtat Santsenca, La Nova Obrera de Sants e L'Empar de l'Obrer. A princípio constituem-se cooperativas de consumo, a fim de proporcionar economia para os associados ao comprarem artigos de consumo indispensáveis e os venderem a preços mais acessíveis. Logo, surgem igualmente cooperativas de trabalho e produção, como La Redemptora, que constituíam alternativas laborais ao domínio patronal, sendo autogestionadas e seus excedentes repartidos entre os sócios, investidos na melhora da eficiência produtiva ou ainda, dentre as que defendiam um ideal transformador, destinados para obras sociais e para benefício da coletividade.

O período de eclosão do movimento cooperativo e associativo coincide com um momento de grande instabilidade política na Espanha e de conflitos com suas colónias de ultramar. Em 1873, há uma primeira tentativa republicana, rapidamente frustrada pela restauração da monarquia em 1874. Mais tarde, há a imposição da ditadura de Primo Rivera, em 1923, e o movimento cooperativo adota uma postura de resistência política, como 'a arma de combate da economia' (Dalmau e Miró, 2010: 136), visando a transformação social por meios económicos. Esta época é referida como 'a primavera cooperativa', de 1920 a 1931, período de consolidação do cooperativismo em que são criadas redes de segundo grau como a Federação Regional de Cooperativas da Catalunha (Dalmau, 2018: 53).

Uma segunda tentativa republicana terá breve êxito de 1931 à 1936 e dará maior espaço e destaque na política para líderes do movimento associativo. Conforme analisa Garau (2020: 115-117), esta maior abertura impulsionará novas normativas ao mutualismo e ao cooperativismo que, depois de décadas de marginalização institucional, adentra um período de abundância. As cooperativas de consumo, por exemplo, vão passar de 166 com quase 30 mil sócios em 1931, para 241 com mais de 84 mil sócios em 1936. A crise que atingia o país, reflexo da 'Grande Depressão' de

⁴⁶ A escola racionalista foi uma proposta teórico pedagógica desenvolvido por Ferrer Guardia, anarquista espanhol, e tinha como base a liberdade, o laicismo, o conhecimento científico e inovava pela educação mista, pelo ensino em oficinas, classes de experimentação e hortas. Sobre a educação anarquista Emmanuel (2020).

1929, motivava também uma excepcional multiplicação de cooperativas autónomas de produção e trabalho, que vão dar resposta ao grande volume de desemprego. Em 1935, cria-se, então, a Federação de Cooperativas de Produção e Trabalho, com 125 cooperativas e 7.200 sócios.

Durante a Segunda República há um clima de recuperação da liberdade de expressão, de reunião e de associação (Estivill, 2018a: 104) e com isso um notório processo de crescimento e diversificação do mundo associativo, que se aproxima das instituições públicas, favorecendo a consolidação do que seria um terceiro sector da economia, entre o público e o privado. Com isto, a economia social perde seu ímpeto utópico inicial, que visava substituir completamente o sistema capitalista, adotando uma postura de maior conformação e complementaridade (Garau, 2020: 116). Entretanto, com a eclosão da Guerra Civil Espanhola, em 1936, o cenário se transforma completamente.

Tal como expõe Estivill (2018a: 107-115), a vitória nas ruas de Barcelona pelas forças de resistência antifascista sobre os insurgentes – que visavam por fim à República, deu início a um emblemático movimento revolucionário de coletivização e de autogestão, de inédita amplitude, que, em diversas cidades da Catalunha substitui poderes tradicionais por assembleias e forças populares. Com a evasão de muitos proprietários temerosos pela guerra, fábricas, serviços, meios de transporte e propriedades agrícolas são coletivizadas, com cerca de 2000 empresas passando para a autogestão obreira. Dá-se um processo de apoderamento popular descentralizado, que alinha ideais do anarco-sindicalismo, do socialismo e da democracia participativa, ganhando força após o Decreto de Coletivizações de 1936. Os sindicatos, como a CNT⁴⁷ e a UGT, passam a ter controle sobre os salários e condições de trabalho, além de ocuparem o alto escalão do governo catalão e nacional.

A economia passará a uma forma híbrida, em que coexistem os sectores privado-lucrativo, público, cooperativo, comunitário e coletivizado. Durante quase três anos, a economia e a sociedade se convertem em um grande laboratório de práticas e experiências que se aproximam do que hoje se entende como economia solidária, mesmo antes da existência propriamente do conceito (Estivill, 2020: 7; 27). Criam-se empresas autogestionadas, assembleias populares, moedas locais, serviços coletivizados, hospitais e comedores populares, entre outros (Estivill et al., 2013: 52). Há, de facto, uma transformação do espaço público, com muitos imóveis privados convertidos para funções coletivas e também do sistema escolar, que substitui a educação privada e religiosa pela educação racionalista a fim de universalizar o acesso a alfabetização (Estivill, 2020: 1;8).

No entanto, este ímpeto revolucionário é paradoxal para as já existentes cooperativas, que, por um lado, se veem ameaçadas pelas coletivizações e, por outro, crescem exorbitantemente em números de associados, devido ao recrudescimento da guerra civil na Espanha que dificultava o

⁴⁷ A Confederació Nacional del Treball é uma organização sindical que tinha orientação anarquista e exercia forte presença nos bairros de Barcelona, articulando trabalhadores sob o método de ação direta (Souki, 2017).

comércio e gerava escassez de produtos. As cooperativas decidem, então, agrupar-se sob a Unió de Cooperadors de Barcelona, que inicia com 65 sucursais e 10 mil famílias, e atinge 93 sucursais – das quais 7 localizavam-se em Sants, com 93 mil famílias (Dalmau e Miró, 2010: 173-175).

A instabilidade económica e necessidade de racionamento, com o avanço das tropas franquistas e o cerco à Catalunha, vai estimular o crescimento do número de famílias catalãs vinculadas ao cooperativismo, chegando a 383.733 famílias, o que significava mais de um milhão de pessoas realizando consumo através de cooperativas (ibid: 181). As coletivizações também atingem grandes cifras, atestando a capacidade dos trabalhadores de auto-organização e de autogestão de empresas produtivas e de serviços. Esta singular experiência, a mais continuada das lutas anarco-sindicalistas e mais próxima de um governo anarquista na história (Souki, 2017: 5), demonstram que a democracia económica é possível, uma herança que inspirará, mais a frente, a economia solidária (Estivill, 2020).

Todavia, este apogeu participativo popular terá seu fim com a chegada do exército de Franco e o início da ditadura fascista que, conforme expõe Estivill (2018a: 123-124), vai tolher liberdades cívicas e manifestações culturais que não correspondiam ao ideário católico-nacionalista. Vai repreender também iniciativas associativas e cooperativas com viés político favorável à República e à autonomia da Catalunha, cometendo o que o autor denomina de ‘genocídio associativo’. Anulam-se as leis anteriores de cooperativas e mutualidades e muitas destas têm seus bens confiscados e cedidos ao controle de sindicatos franquistas. Antigos proprietários retornam e retomam suas empresas – onde encontram instalações renovadas com processos mais eficientes (Estivill, 2020: 22). Assim, sobrevivem apenas as cooperativas que são despolitizadas e que se adaptam à estrutura verticalizada que impõe o franquismo, as quais serão, em sua maioria, de consumo.

Foram décadas de dura repressão ao cooperativismo durante a ditadura de Franco, até que em 1956 funda-se o Centro de Estudos Cooperativos em Barcelona, com intuito de formar uma nova geração de cooperativas e a partir da década de 1960 começa a relaxar o controle do governo sobre o mundo cooperativo (Estivill, 2018a: 132-133). Em 1964, com a promulgação da nova Llei d’associacions é aberta uma brecha para que associações vicinais possam existir. Por sua vez, essa tímida abertura associativa será importante para o processo de desenvolvimento urbano de Barcelona e para história de Sants que, em 1974, a despeito das baixas associativas que havia sofrido durante a ditadura, contava com 30 associações de tipo cultural-recreativo (Brau, 1974: 53).

3.2.2. A RESISTÊNCIA SOLIDÁRIA EM SANTS: MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Até a década de 1970, Sants viu sua população aumentar com a chegada de muitos trabalhadores de Andaluzia e Múrcia, atingindo 120.000 habitantes em 1974. Conforme analisa Brau (1974: 53), juntamente com o processo de densificação deu-se um processo de degradação do bairro, deficitário em equipamentos de todos os tipos e espaços para uso público. A especulação

imobiliária e a abertura de novas vias ia corrompendo a trama urbana e cerceando espaços de socialização. Frente a esses processos, os vizinhos de Sants unem-se atrás a campanha 'Salvem Sants dia a dia...' manifestando-se contra a administração pública e seus projetos de urbanização que não condiziam com as necessidades dos moradores do bairro.

[E]l significado de la campaña "Salvem Sants dia a dia..." supone la voluntad de los vecinos de Sants de participar en la gestión de su marco de vida, enfrentándose a una paulatina degradación. Voluntad de participación no ya como respuesta defensiva a reiterados ataques sino como intervención responsable y razonada de la gestión de su barrio (Brau, 1974: 53).

Como relata Brau (1974: 55), a campanha, que iniciou-se com 45 painéis que expunham os deficits imediatos de equipamentos em Sants, pleiteava a recuperação de antigos terrenos como Cotxeres de Sants e indústrias como Can Batlló e Espanya Industrial para converte-los em espaços de utilização pública. Coletam quase 15.000 assinaturas, enviam mais de 20.000 cartões postais ao alcaide de Barcelona, organizam grandes assembleias com mais de 1000 pessoas cada uma e uma comissão de vizinhos entrega uma carta de reivindicações ao governo municipal. São vitoriosos ao evitar a construção de uma pista elevada na principal via que corta o bairro e ao converter a Praça de Sants de um grande estacionamento em uma praça ajardinada.

O movimento associativo vicinal em Barcelona, conforme explica Huertas (2009: 4-10), irá canalizar, por um lado, as demandas populares por espaços, equipamentos e serviços, buscando intervir no processo de transformação urbana, e, por outro, a oposição política ao regime franquista, ainda na clandestinidade, que irá despertar uma consciência social e política no âmbito quotidiano dos bairros, constituindo, assim, movimentos sociais, vinculados sobretudo às associações de vizinhos e vizinhas, mas também aos Centros Sociais Paroquiais, às organizações vicinais dos Polígonos e associações de pais e mães.

Na década de 70, em uma altura em que a ditadura do general Franco já evidenciava debilidade, os movimentos sociais cresciam como forças contra-hegemónicas. Expunham conflitos entre os interesses dominantes e os das classes populares, além das contradições do sistema capitalista, corporificadas nos planos de desenvolvimento urbano (ibid: 4-5). Por estarem próximos da realidade das pessoas, expressavam a vontade cidadã de participar da construção do próprio entorno urbano, indo além da mera satisfação de necessidades e almejando potencializar a convivialidade e interação entre vizinhos, para aprofundar as relações no bairro. Nas palavras de Huertas (2014: 76):

El barrio se fue entendiendo cada vez más como una unidad vecinal donde, por una parte, se ponían en práctica procesos de auto organización, y por otra parte, se desarrollaban valores de solidaridad, comunidad, intercambio y apoyo mutuo. Estas prácticas y valores reforzarán cada vez más el sentimiento de identidad y pertenencia. El barrio también se entendía como

una unidad de actuación del movimiento vecinal, el cual, a través del conflicto, participaba en el proceso de construcción del mismo.

Com a morte de Franco em 1975, abre-se espaço para um novo panorama institucional. No âmbito das políticas públicas, a princípio, integrou-se maior participação cidadã, a fim de conciliar as demandas dos movimentos vicinais que tornam-se um novo ator no processo constitutivo da cidade, o que viria a ser chamado 'modelo Barcelona' (Huertas, 2009: 14), porém, após Barcelona ser nomeada sede dos Jogos Olímpicos, em 1986, a balança da governança se inclina para o lado do sector privado, que passa a ter maior influencia sobre as decisões públicas (Degen e García, 2012: 3).

3.2.3. O 'RE-DESENVOLVIMENTO' DE BARCELONA: A QUEM PERTENCE A CIDADE?

Os trinta anos que se seguem às primeiras eleições democráticas locais, em 1979, são marcados por um contínuo esforço de regeneração e modernização da cidade de Barcelona que, de acordo com Degen e García (2012: 3-5), se deu em três diferentes fases. A primeira, de 1979 à 1985, ocorre em meio à transição democrática. Neste primeiro período há o intento de reconstrução da cidade, redemocratização dos espaços públicos e revalorização da cultura catalã.

Cedendo às pressões do movimento associativo vicinal, envolve-se a cidadania na concepção das políticas urbanas, em uma manobra política consciente, com fortes ideais cívicos, que redefine a participação cidadã de forma inovadora e descentralizada: o 'modelo Barcelona'. Segundo afirmam as autoras (Degen e García, 2012: 3-5), serão tempos de investimento em espaços e serviços públicos com intuito de promover a coesão social e o bem-estar dos cidadãos.

Já com a nomeação da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 1992, como analisam Degen e García (2012: 5-7), Barcelona recebe recursos, nacionais e regionais, para financiar obras públicas de grande escala, visando consolidar-se como uma competitiva metrópole europeia. De 1986 à 1994, o urbanismo se volta para a melhora da malha de transportes, infraestruturas em comunicação e é criado um plano hoteleiro que será a base para indústria turística que tomará a cidade. Neste momento, inicia-se a abertura para que o sector privado invista na remodelação de Barcelona e constrói-se uma imagem cultural para promoção do turismo e atração de investimentos.

Barcelona incorpora o conceito de marketing urbano, lança-se como uma marca para consumo mundial. De acordo com Miró (2018: 38-39), esta é uma aposta para reconstruir a identidade de uma cidade que sofria um processo de desindustrialização desde o início dos anos 1980 e, desta forma, criar uma nova narrativa que não remete nem às lutas proletárias, nem aos movimentos sociais – suas singularidades e sua complexidade são reduzidas a uma imagem, a um poder simbólico. A cidade torna-se um produto comercial em que os clientes são os turistas e os investidores globais.

Consequentemente, não apenas o fluxo de turistas aumenta exponencialmente⁴⁸, como também a população imigrante, que passa de 1,8% em 1996 para 18,1% em 2009 (mantendo-se neste nível até hoje, em 2021, em torno de 17,6%)⁴⁹.

Em 1993 lança-se a entidade pública Turisme de Barcelona para promoção da atividade turística (Barcelona Turisme, 2013), que acaba por servir à financeirização e privatização do sector, que chega a atingir 16% do PIB da cidade (Miró, 2018: 25-26). Segundo Degen e García (2012: 7-9), na terceira fase, de 1995 até 2008, o mercado ganha prioridade no desenvolvimento urbano barcelonês. Líderes políticos apostam no capital privado para renovar os obsoletos parques industriais da cidade e regenerar a economia local. O novo 'modelo Barcelona' não mais baseia-se na participação cidadã para elaboração de políticas públicas, mas sim em parcerias público-privadas. A visão mais holística do urbanismo é suplantada por uma abordagem setORIZADA em que o turismo, os serviços e a construção ganham proeminência. A flexibilização da regulamentação e o afrouxamento da estratégia centralizada de urbanização abre espaço para a especulação fundiária e imobiliária, com a consulta cidadã virando mera formalidade.

Com ambição de posicionar-se dentre as grandes metrópoles globais, Barcelona abre-se ao mercado e ao capital seguindo o ideário da globalização neoliberal que pregava a abertura ao investimento externo como o mantra do crescimento. A Barcelona globalizada, no entanto, tem um preço alto para as classes populares. O aumento das rendas habitacionais e do custo de vida expulsa moradores de suas casas e de seus bairros e dificulta a que vulneráveis, como idosos e pessoas com incapacidades, tenham recursos suficientes para se sustentar (Estivill, 2018c: 14). A aproximação do modelo neoliberal implica também na precarização do trabalho, que empurra um número crescente de desempregados, especialmente jovens e imigrantes, para condições de insegurança laboral (Degen e García, 2012: 11). Como critica Estivill (2018c: 14), Barcelona torna-se 'una ciutat aparador que tendeix a cuidar més als que la visiten que als que hi viuen'⁵⁰.

Cresem, assim, os pontos de fricção e de conflito, e com isso as vozes críticas que denunciam que as transformações urbanas de Barcelona estavam a ser impulsionadas mais por considerações económicas do que cívicas, com o turismo tendo prioridade frente a políticas de bem-estar (Degen e García, 2012: 11). Ante o esvaziamento da participação cidadã – cada vez mais instrumentalizada por administradores públicos e distante da legítima democracia (ibid: 15) – e diante da incapacidade municipal de afrontar a pobreza e as crescentes desigualdades, os movimentos sociais optam pela

⁴⁸ Em 1990, a cidade de Barcelona recebeu 1.732.902 turistas, já em 2000 esta cifra sobe para 3.141.162 e, em 2010, são 7.133.524 turistas, um aumento de mais de 400% em duas décadas (Barcelona Turisme, 2013).

⁴⁹ Barcelona, Spain - Intercultural City [em linha]. (s. d.). *Council of Europe*. [Consultado em 24 de outubro de 2021]. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/barcelona>

⁵⁰ Em tradução livre do catalão: 'uma cidade-modelo que tende a cuidar mais de quem a visita do que de quem a vive'.

linha de ação direta, ocupando espaços a fim de resolver necessidades coletivas por meio da autogestão e da cooperação social (Miró, 2018: 22-23), o que será conhecido como os 'okupas'.

Como analisa Huertas (2014: 169-170) a ocupação de espaços significava um movimento inclusivo em que, por um lado, ocupar significava participar ativamente da construção da cidade, e por outro, estes espaços avançavam com novas formas de tomada de decisão coletivas e novos modelos de democracia participativa. Os espaços urbanos em desuso tornavam-se oportunidades de autogestão e autoconstrução de alternativas ao capitalismo, com sentido social e ecológico. Assim, visibilizavam as reais necessidades da população e o desejo de melhora das condições do bairro e de vida. As ações, auto-organizadas coletivamente, potencializavam o sentimento de pertencimento à comunidade e ao bairro. Como afirma a autora (Huertas, 2014: 169):

Esta práctica evidenciaba la importancia del valor de uso de la ciudad frente al valor de cambio y mercancía impuesto por el modelo urbano capitalista y en este sentido, se utilizaba como un nuevo instrumento de lucha urbana con el objetivo de recuperar la ciudad para usos colectivos y para mejorar la vida cotidiana.

Por meio das lutas comunitárias o bairro passa a ser articulado como instrumento político de autogestão popular e propõe-se outras formas de viver, de relacionar-se, de atender às necessidades sociais, reconfiguram-se diferentes práticas quotidianas de forma cooperativa e autogestionada (Miró, 2018: 26;46). Estas práticas, nutridas pelo ímpeto de transformação social, vão fortalecer experiências de economia solidária, que já despontavam desde a década de 1980 e vão ganhando força à medida em que as contradições da economia neoliberal e a orquestração dos investimentos públicos a serviço do empresariado global vão tornando-se mais evidentes.

É com a eclosão da crise financeira de 2008 e com a recessão que se segue, particularmente dura para a economia espanhola, que a economia solidária ganha ainda mais impulso. Proliferam iniciativas que propõe alternativas ao modelo capitalista, cada vez mais em desengano. A crise, resultado da financeirização desmedida do sector de derivativos, que movimentava 700 mil milhões de dólares sob o controle de apenas nove pessoas (Torres, 2015: 109), evidencia, a duros custos para as classes populares, que o privilégio que os bancos privados tem para criar dinheiro 'convertía la economía mundial en un casino, muy rentable pero intrínsecamente inestable' (ibid: 110).

Depois da quebra do sistema bancário internacional, que nem o resgate massivo⁵¹ aos bancos foi capaz de evitar, as principais economias mundiais entraram em recessão, com fechamento de empresas, perda de postos de trabalho, aumento do desemprego e da precariedade laboral (ibid: 114). A Espanha, assim como outras economias do sul europeu, viu sua dívida pública aumentar.

⁵¹ O FED (Sistema de Reservas Federal dos Estados Unidos) forneceu US\$700 bilhões de resgate para bancos domésticos, US\$10 trilhões para bancos federais estrangeiros e mais US\$5 trilhões para bancos estrangeiros. The real cost of the 2008 financial crisis [em linha] (2018) The New Yorker [Consultado em 30 de novembro 2021]. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2018/09/17/the-real-cost-of-the-2008-financial-crisis>

Com isso, a União Europeia, seguindo a doutrina neoliberal, impôs políticas de austeridade que ditavam corte de gastos públicos, o que acabou por gerar tantas perdas sociais que, conforme observa Torres (2015: 116), poder-se-ia classificar esta estratégia como ‘austericídio’. O ônus recaiu sobre as classes populares, pressionadas pela pauperização e crescente desigualdade.

Após quatro anos de crise econômica sob duras políticas de austeridade, em 15 de maio de 2011 eclode pela Espanha o Movimento dos Indignados que vai reanimar as lutas sociais, tomando praças, realizando assembleias populares e unindo a população, diversos coletivos urbanos e ativistas em uma onda de fraternidade e cooperação social (Fernandez e Miró, 2016: 163). O 15-M evidenciou o rechaço ao modelo político e econômico vigente bem como a força da liberação social, simbolizando um ponto de virada em direção da economia solidária, que ganha visibilidade e capacidade de se afirmar como alternativa (Crespo e Sabín, 2014: 5). A partir de então, uma onda expansiva leva ao aumento de iniciativas econômicas solidárias na Catalunha em quantidade, diversidade e qualidade.

3.2.4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CATALUNHA À BARCELONA

Desde a crise econômica da década de 1970 e com o surgimento de diversos movimentos sociais há uma retomada do impulso cooperativo e associativista catalão, tanto pela necessidade de se gerar postos de trabalho quanto pelo desejo de maior autonomia e de auto-organização coletiva (Estivill et al., 2013: 56-57). De facto, são nos momentos de crise do capitalismo que dispara o número de alternativas econômicas (Miró, 2010: 11). O cooperativismo, por sua capacidade de gerar emprego, o associativismo, por sua vocação para suprir necessidades sociais, e o mutualismo, por suas estruturas de ajuda mútua, ganham maior espaço e popularidade.

Muitas dessas novas iniciativas reafirmam a indissociabilidade entre a dimensão econômica e a transformação ecológica e social e, com essa atitude, ‘debordan los márgenes tradicionales de la economía social’ (Fernandez e Miró, 2016: 14), já acomodada no atual sistema, sem este ímpeto transformador. São iniciativas solidárias que almejam a redemocratização da economia ao convergir prática econômica e movimento social. Assim, a economia solidária que aflora na Catalunha vai se nutrir de diversas correntes críticas como a feminista, ecológica, libertária, altermundialista e também da tradição cooperativista e associativista catalã, tão rica em experiências inspiradoras.

Como analisam Fernandez e Miró (2016: 14-15), estas novas formas de fazer economia tem base comunitária e aumentam a incidência no entorno, tornam os bairros protagonistas do fortalecimento socioeconômico da cidade. Oferecem também uma visão consciente e responsável das práticas econômicas, reconfigurando as relações humanas no campo da economia ao potencializar a cooperação, a reciprocidade, a redistribuição, a doação e a autogestão. Nem todas iniciativas são formalizadas, mas independente de terem uma forma jurídica concreta o que importa é o

compromisso que tem com a defesa do bem comum, com o fomento da democracia económica, a primazia dada as pessoas e aos interesses coletivos e a vontade de transformação ecológica e social.

Esta característica experimental da economia solidária, bastante ligada a práxis e a iniciativas informais, torna difícil quantificar com exatidão sua dimensão. A Xarxa d'Economia Solidaria⁵², rede constituída em 2002, após um processo de gestação que se inicia com a participação catalã no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, tem avançado com ferramentas para medição da evolução e do impacto das iniciativas de economia solidária. Com intuito de construção do mercado social⁵³ catalão, a XES atua em quatro frentes (Espelt e de Azevedo, 2018: 14):

- Fomento da *intercooperação* entre entidades da economia social e solidária, tanto intrasectoriais quanto entre diferentes sectores.
- Realiza o *Balanç Social*, instrumento de prestação de contas e medição de impacto social e ambiental que mensura a governança das organizações da economia solidária quanto ao seu funcionamento económico, política de lucro, perspectiva de género, equidade e democracia interna, sustentabilidade ambiental, compromisso social, cooperação e qualidade do trabalho, contribuindo para análise e melhora interna das entidades.
- Organiza a *Fira d'Economia Solidària de Catalunya*, evento anual que reúne grande diversidade de experiências e práticas de Economia Social Solidária em território catalão.
- Desenvolve o *Pam a Pam*, mapa colaborativo com iniciativas de consumo responsável que dá visibilidade e articula iniciativas da Economia Social e Solidária.

A XES contribui também para o impulso de um novo marco normativo para a economia social e solidária, juntamente com a Confederació de Cooperatives de Catalunya, com a Taula d'Entitats del Tercer Sector Social de Catalunya, com a Confederació Empresarial del Tercer Sector Social de Catalunya e com a Federació de Mutualitats de Catalunya. Elaboram conjuntamente a base da futura Lei de Economia Social e Solidária que visa reconhecer e promover a ESS catalã, contribuir para sua consolidação e crescimento, qualitativo e quantitativo, reconhecendo seu potencial transformador e avançar com um modelo catalão de economia plural (Generalitat de Catalunya, 2020).

Efetivamente, na Catalunha, as linhas divisórias entre economia social, economia solidária e terceiro sector tem sido paulatinamente entrelaçadas como forma de dar mais robustez e força a estas economias alternativas frente à economia capitalista, bem como frente ao governo e entidades públicas. Constitui-se, assim, um movimento diverso com valores e princípios compartilhados, são estes: orientação para o interesse geral e bem comum; atuação sem fins lucrativos ou distribuição limitada e transparente dos excedentes, vinculados à atividade desenvolvida pelos associados e não

⁵² Rede de Economia Solidária. Mais informações disponíveis em: <https://xes.cat/es/>.

⁵³ Criação de um circuito económico para satisfação de necessidades baseado nos princípios da Economia Social e Solidária. Mais informações disponíveis em: <https://mercatsocial.xes.cat/ca/>.

ao capital; funcionamento democrático e sistemas de governança democrática, na tomada de decisões e na participação, que incorporem os diferentes grupos que compõem a entidade; transformação social feminista e igualdade de gênero; geração de empregos estáveis, relações de trabalho justas e de qualidade e equidade salarial; compromisso com o meio ambiente; participação no tecido social e território; transparência na atividade, gestão e distribuição de excedentes e remuneração; intercooperação com outras iniciativas ESS (Generalitat de Catalunya, 2020: 14).

Um balance realizado em 2015 por Fernandez e Miró (2016: 17) sobre a dimensão da economia social e solidária em Barcelona identificava 4718 iniciativas socioeconómicas e comunitárias, 2,8% do total de empresas registadas na cidade, com 53.000 pessoas contratadas, mais de 100.000 voluntários, 500.000 sócios de consumo e 113.000 mutualistas, um impacto económico agregado de 3750 milhões de Euros, mais de 7% do PIB da cidade. É neste contexto, de fortalecimento de modelos económicos alternativos, que Sants se tornará novamente um epicentro barcelonês de solidariedade, com a eclosão de um grande número de experiências e de iniciativas de economia social e solidária.

A Reconstrução Imaginária de Sants

Em seu livro 'Utopia as a Method', Ruth Levitas realiza uma profunda investigação de obras literárias e sociológicas com caráter utópico, identificando como propostas utópicas funcionam como uma espécie de sociologia especulativa capaz de abrir caminhos para a transformação social. Levitas (2013b: 153) defende que a utopia seja empregada como método com intuito de construir modelos provisionais e reflexivos que possibilitem imaginar outros futuros, por meio da articulação de três modos⁵⁴, arqueológico, ontológico e arquitectónico, o que a autora denomina como Reconstrução Imaginária da Sociedade.

Neste quarto capítulo, propõe-se a Reconstrução Imaginária de Sants, não de forma teórico-literária como sugere Levitas (2013b), mas com base em testemunhos e nas percepções daqueles que fizeram e fazem parte da transformação do bairro, transpondo o método utópico descrito por Levitas do âmbito teórico para explorar práticas e experiências no campo da economia solidária. Almeja-se, assim, compreender os fatores que motivaram a multiplicação de iniciativas socioeconómicas transformadoras em Sants, desde o início do novo milênio. Procura-se perceber por que, dentre os diversos bairros de Barcelona, Sants se destaca como um polo cooperativo que ambiciona a transformação eco-social e o que isso significa, tanto para vida das pessoas que fazem parte destas iniciativas, quanto para a vida comunitária do bairro.

Quais são suas inquietudes e suas críticas em relação ao atual sistema? Qual a visão de 'boa sociedade' que se almeja construir no bairro? O que se entende por uma melhor maneira de viver? Quais são os valores que norteiam esta busca? De que forma se constrói outras vivências e caminhos para outros futuros? Quais são os desafios que o futuro apresenta? São algumas das perguntas que se pretende responder e que se relacionam com os três modos propostos pela autora.

O trabalho investigativo inicia-se pelo mapeamento das iniciativas de economia social e solidária existentes no bairro (fundações, associações e cooperativas) a partir da base de dados de sócios da XES, do mapa de economia solidária Pam a Pam e do catálogo de entidades do Impuls Cooperatiu de Sants, rede de segundo grau que agrupa iniciativas de economia solidária e comunitária do bairro. A princípio foram mapeadas 83 iniciativas pertencentes a pelo menos uma dessas redes. No entanto, ao buscar delinear um esquema em que figurassem as interconexões entre as diversas entidades existentes em Sants (Figura 4.1), com base em informações disponíveis nos websites das entidades⁵⁵,

⁵⁴ Conforme abordado em maior profundidade no capítulo 2.

⁵⁵ Foram consultados todos os websites das 128 entidades e foram consideradas ligações de intercooperação quando outras entidades do bairro de Sants eram citadas de alguma forma como parceiros, colaboradores,

encontrou-se outras 62 entidades com forma jurídica associativa ou cooperativa, além de redes de segundo grau como federações e agrupações, totalizando 145 entidades.

É certo que nem todas as entidades mapeadas poderiam ser consideradas de economia solidária, pois muitas não tem caráter político e transformador, entretanto, fazem parte do tecido cooperativo e associativo do bairro por isso foram consideradas. Tampouco, todas as interconexões possíveis estão mapeadas no esquema elaborado, contudo, o mapa permite ter uma ideia do ecossistema solidário e da intercooperação existente no bairro, além de visibilizar polos cooperativos e entidades que são ponto focal para criar redes de intercooperação.

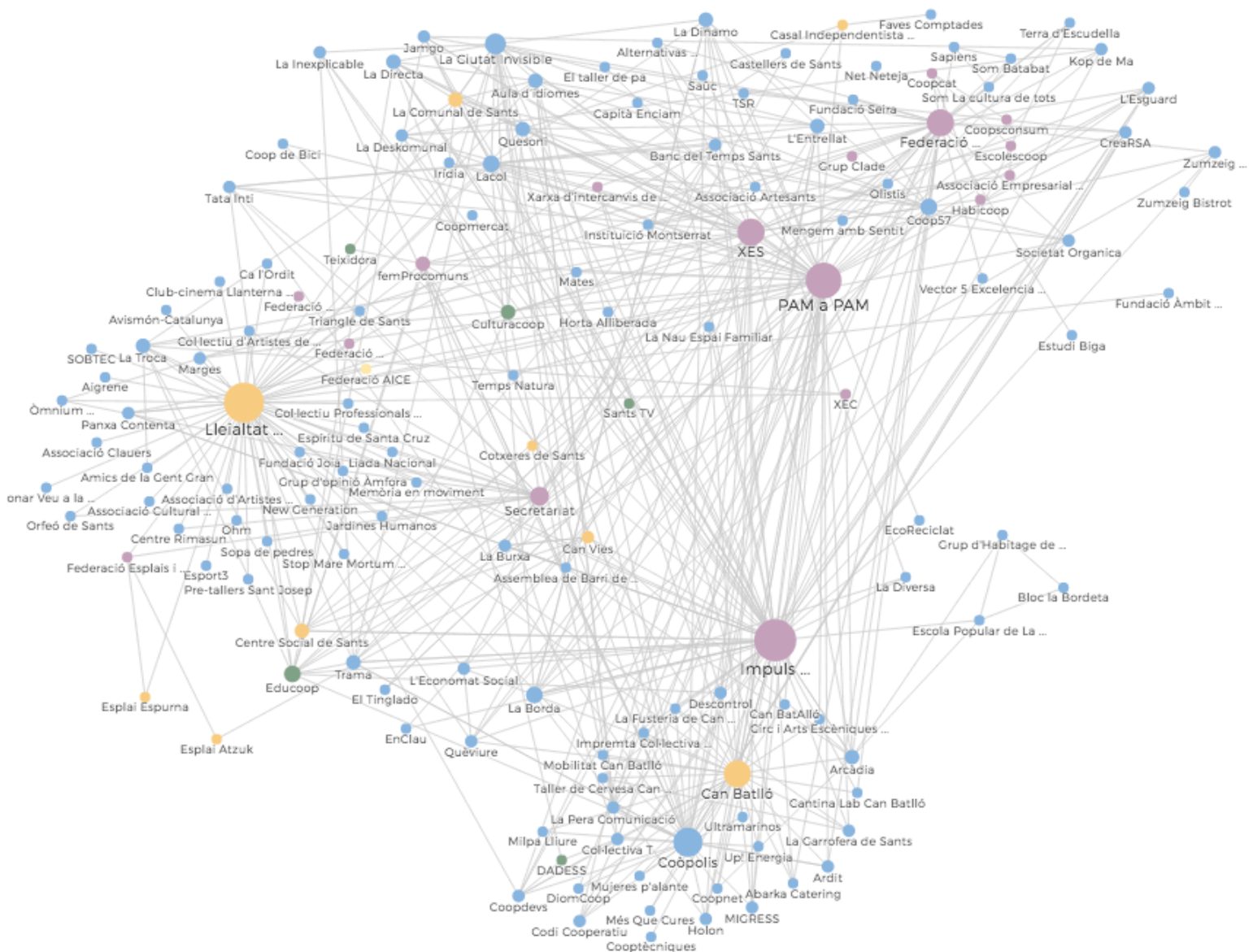


FIGURA 4.1. Rede de intercooperação solidária do bairro de Sants.⁵⁶

provedores, entidades membro, suporte, entre outras possíveis classificações, além de quando durante as entrevistas conduzidas uma entidade mencionava alguma outra como parceira.

⁵⁶ Disponível em: <https://onodo.org/visualizations/168155/>

Sendo assim, após o mapeamento das entidades localizadas em Sants, estas foram organizadas de acordo com sua área de atuação⁵⁷: Ação Social; Assessoria; Comércio e Alimentação; Comunicação, Cultura e Ócio; Agroecologia e Meio Ambiente; Educação e Cultura; Espaços e Redes; Financeiro; Serviços; Restauração e Hotelaria; Tecnologia; Vivenda e Gestão do Entorno.

Sector de Atividade	Número de Entidades Mapeadas
Ação Social	13 iniciativas
Assessoria	5 iniciativas
Comércio e Alimentação	14 iniciativas
Comunicação, Cultura e Ócio	42 iniciativas
Agroecologia e Meio Ambiente	5 iniciativas
Educação e Cultura	11 iniciativas
Espaços e Redes	17 iniciativas
Financeiro	5 iniciativas
Serviços	9 iniciativas
Restauração e Hotelaria	6 iniciativas
Tecnologia	7 iniciativas
Vivenda e Gestão do Entorno	11 iniciativas

TABELA 4.1. *Entidades de Economia Social e Solidária mapeadas em Sants*

Devido ao volume de entidades seria impossível uma amostra que fosse representativa e optou-se por uma investigação de cunho qualitativo, entrevistando uma entidade de cada sector. Neste sentido, as entidades escolhidas foram as que demonstram aproximação com a economia solidária, segundo informações presentes em seus websites. Foram realizadas 10 entrevistas formais de aproximadamente 50 minutos e 2 não formais, uma destas durante um almoço em um restaurante cooperativo e outra durante uma visita a uma horta comunitária do bairro.

Além das entrevistas, o trabalho de investigação inclui uma visita à Fira d’Economia Solidària de Catalunya, onde atendeu-se ao painel ‘politiques publique per a una transició ecosocial’, também uma visita guiada ‘rutes per la memòria cooperativa’ no bairro de Sants, conduzida pela cooperativa La Ciutat Invisible, participação na jornada ‘L’articulació territorial de l’ESS a Barcelone’ organizada por Coòpolis, além de uma experiência de investigação-participativa durante o curso de limpeza ecológica organizado pela Coopnet em parceria com Barcelona Activa. A análise conduzida neste capítulo baseia-se no material recolhido nestas diversas ocasiões.

⁵⁷ A divisão nestas categorias foi por aproximação, de acordo com informações existentes nos websites das entidades, não necessariamente as entidades se reconhecem como parte da categoria em que foram alocadas, muitas delas poderiam pertencer a mais de uma categoria por sua polivalência ou multifuncionalidade.

Para análise dos dados utiliza-se a abordagem da análise temática, desenvolvida por Braun e Clarke (2006) por considerá-la flexível e orientada para análise qualitativa de dados. Como defendem as autoras, é sempre importante deixar claro, a princípio, como foi realizada a análise, qual a posição teórica e as suposições que informam a investigação.

Neste caso, foi realizada uma análise temática teórica de orientação dedutiva, pois toda a pesquisa prévia, as obras, os textos e os documentos que informam a análise dos três primeiros capítulos de alguma forma contribuem tanto para a seleção dos temas, quanto para corroborar um estudo mais detalhado neste capítulo. O método Reconstrução Imaginária da Sociedade (Levitas, 2013b) norteou desde as perguntas até a codificação dos dados, a fim de explorar como se imaginam outros futuros e se transformam práticas económicas e sociais por meio da economia solidária.

A divisão nos modos ‘arqueológico’, ‘ontológico’ e ‘arquitectónico’ serve como quadro analítico, no entanto, não significa que a economia solidária e iniciativas que a compõe seguiram este método, mas sim que como manifestações utópicas, tanto reais quanto quotidianas, podem ser entendidas sob esta ótica. De facto, um pressuposto inicial que norteia esta investigação é a visão da economia solidária como uma ‘estupenda utopia’ (Guerra, 2016: 248) que prefigura um futuro pós-capitalista.

Assim como Guerra, compreende-se que atos solidários, ‘caracterizados por el espíritu asociacionista, por la lógica de la reciprocidad y del don, por la ayuda mutua, las relaciones de buena vecindad, la irrupción de lo comunitario’ (2016: 248), se baseiam na racionalidade utópica, pois rompem com o pacto social da competitividade e da maximização do interesse pessoal e com a ideia predominante da natureza humana violenta e individualista.

De acordo com a abordagem de Braun e Clarke (2006), a preferência foi por uma rica descrição dos dados recolhidos, abordando todos os temas predominantes e oferecendo um panorama de todo o conjunto de dados. Para tal optou-se por uma análise semântica, em que se considera tudo o que foi dito explicitamente pelos participantes a fim de compreender a realidade de Sants sob a ótica dos membros das diversas iniciativas, sem suposições subjacentes, apenas interpretando os dados como recolhidos. Articula-se, no entanto, em alguns momentos, as experiências e práticas descritas com contributos teóricos abordados em capítulos anteriores, forjando pontes entre teoria e prática.

A perspectiva aqui é construcionista, por compreender que significados e experiências são construídos e delimitados por circunstâncias históricas, ainda que estas circunstâncias variem na medida em que limitam a agência humana e nunca nos moldem por completo (Levitas, 2013b: 184). Isso explica a contextualização realizada no capítulo anterior, que descreve o processo histórico formativo tanto da economia social e solidária na Catalunha, quanto do bairro de Sants esclarecendo o contexto sociocultural do bairro. A partir daqui, adentra-se no imaginário de pessoas que fazem parte do tecido associativo e da história de Sants, buscando compreender de que forma elas reconstróem sua própria realidade e do bairro para além dos limites impostos pelo capitalismo.

4.1. Arqueologia: Para Transformar a Visão do Mundo⁵⁸

Toda utopia nasce de inquietudes. Os anseios humanos são compostos de inquietudes e sonhos e sem anseios não há impulso que direcione a um futuro melhor. Os seres humanos têm anseios que os estimulam a não se conformarem com o dado, a não se permitirem ‘a submissão ao insuficiente e ao escasso’ (Costa, 2009: 1). Como afirma Unger ‘to live for the future is to live in the present as being not fully determined by the present settings of organized life’ (Levitas, 2013b: 189).

Se há um bairro onde há forte inquietude e uma longa tradição de reivindicar seus anseios, este bairro é Sants: ‘un barrio que tiene una trayectoria combativa importante, (...) privilegiado en ese sentido, tanto por las iniciativas que hay ahora como por la historia’ (E10)⁵⁹.

‘Me recuerdo de pequeño con mi madre ir a manifestaciones para cortar una calle para que punieran un semáforo, desde las cosas más minúsculas, pues esta cultura se mantiene’ (E1). Em Sants existe uma consciência importante de que o bairro foi criado por meio de suas lutas, composto por ‘personas con una trayectoria importante a nivel activista’ (E10) e com ‘mucha sensación de pertenencia, donde la gente se siente muy de Sants, incluso más que de Barcelona en sí’ (E4)⁶⁰.

Esta inquietude turbulenta fez com que em momentos-chave se somassem esforços, momentos de impulso em que ‘se han movilizado muchos diferentes grupos sociales’ (E9), como ‘las resistencias franquistas y los movimientos populares urbanos que nascen en 1960, todo el movimiento vecinal de Sants de los 70 y 80, los movimientos libertarios de la alter mundialización y hasta llegar a las prácticas de los movimientos de ocupaciones [okupas], feminismo, el 15M de 2011’ (E1).

A coexistência de diversos movimentos sociais, compostos de uma pluralidade de atores lutando por distintas causas, é essencial para a criação de visões alternativas sobre o que significa a democracia, a economia e a sociedade. Por mais limitados que possam ser, estes movimentos jamais são insignificantes, pois reconfiguram práticas e criam outras subjetividades (Escobar, 1992: 22; 27). O processo pelo qual cada ator ou movimento social articula sua posição em relação a outros movimentos é essencial para formação de identidades e, com o tempo, para a formação de alternativas contra-hegemônicas pela articulação dos vários movimentos, o que Escobar (1992: 39-40) denomina uma ‘lógica de lutas democráticas em um espaço plural’.

A genealogia de lutas populares de Sants vem compondo subjetividades sociais que contribuem para uma identidade comunitária, ‘también el tema de lo catalanismo’ (E10) e a cultura libertária ajudam a ‘romper la realidad un poco’ (E10). Os movimentos sociais concebem seus discursos e

⁵⁸ Optou-se, até o final deste capítulo, por manter as citações das entrevistas, mesmo as mais longas, no corpo do texto e não utilizar a formatação de citações. Se tomou essa liberdade de desviar da formatação acadêmica para não romper a estrutura de relato ao entremear os diversos excertos dos depoimentos da entrevista.

⁵⁹ Todos os entrevistados serão identificados pela letra ‘E’ que será acrescido de um número de identificação.

⁶⁰ Dentre os entrevistados, mais da metade vive no bairro, alguns destes viveram toda a vida e, atualmente, apenas um não trabalha em Sants devido ao regime de teletrabalho, mas a iniciativa está localizada no bairro.

práticas em parte pela constituição de espaços de resignificação, capazes de orientar a ação social e política e fomentar o potencial democratizador de novos sujeitos sociais (Escobar, 1992:41). A luta comunitária santsenca por mais equipamentos públicos e espaços autogestionados traduz esta necessidade de apropriação de espaços para concepção de novos imaginários coletivos.

‘El Centro Social de Sants⁶¹, que era como la asociación de vecinos, tuvo mucha fuerza de cara a reivindicar los espacios en el barrio de las antiguas fábricas que se cerraban’ (E4). Foi precisamente essa apropriação coletiva de espaços que fortaleceu a existência comunitária do bairro. As vitórias não foram poucas e as lutas não foram breves, valendo-se de distintas estratégias. Esforços reivindicativos que tem início ainda na década de 1970 e que na década de 1980 conseguem que as antigas coxias da tram via de cavalos fosse convertida no Centro Cívico Cotxeres de Sants, hoje gerenciado pelo Secretariat, ‘que es como la gran federación de asociaciones de Sants’ (E4).

A grande Espanya Industrial, uma das maiores e mais longevas fábricas da Catalunha, depois de muita reivindicação vicinal foi convertida em um parque público onde está o ‘gimnasio público de Sants, (...) que está gestionado por una asociación; no es una empresa privada, es público, lo gestiona una asociación del barrio de entidades, tenemos un gimnasio de gestión asociativa’ (E1). ‘La biblioteca del barrio, Vapor Vell, esta biblioteca se gano con una acampada durante semanas en los años 80 con todo vecindario delante, por que querían hacer un centro comercial de una marca capitalista de las que tienen en el centro de Barcelona’ (E1).

Can Vies, antigo edifício dos trabalhadores da empresa de metro foi ocupado por jovens no fim da década de 1990, que se implicaram na autogestão do centro social para realizar atividades tanto de caráter lúdico quanto político. ‘Can Vies es un espacio aparte, que es como muy simbólico, porque los intentos de desalojar, también han habido diversos, y yo creo que es de los pocos casos en Barcelona, que se han ganado juicios’ (E4). Mais de 2000 pessoas mobilizaram-se durante dias de protesto e barricada contra o despejo e demolição do edifício. Foi a resistência popular do bairro que fez com que o alcaide de Barcelona cedesse, paralisando as obras de demolição⁶².

L'Horta Alliberada também foi uma ocupação popular, mobilizada pela Assembleia de Barri de Sants, com apoio de Can Vies, para recuperar um terreno há mais de uma década em desuso, que hoje é uma horta comunitária, de portas abertas, autogestionada por e para diferentes gerações.

Dois dos principais eixos dinamizadores do atual movimento associativo e comunitário, Can Batlló e a Lleialtat Santsenca, espaços de experimentação e de convergência de entidades, foram

⁶¹ O Centro Social de Sants foi criado por vizinhos do bairro em oposição de forças aos grandes proprietários e em posição de resistência ao franquismo. ‘Legalizado en 1971, nació para defender los intereses colectivos del barrio, “amenazados por una política urbanística dictada por los intereses de unos pocos opuestos a los de la mayoría”’ (Fernandez e Miró, 2016: 156).

⁶² Una narrativa dos eventos que levaram o Ayuntamiento de Barcelona a desistir do despejo. La crisis de Can Vies pone al alcalde Trias contra las cuerdas [em linha]. (30 de maio de 2014). *El País*. [Consultado em 20 de novembro de 2021]. Disponível em: https://elpais.com/ccaa/2014/05/30/catalunya/1401440439_086116.html

ganhos populares que uniram a força e a experiência do movimento vicinal e associativo com a energia da comunidade. Can Batlló foi uma luta de mais de 30 anos, ‘desde el Centro Social de Sants, pero con todas las entidades muy implicadas, (...) se crea la plataforma por Can Batlló y se empieza la negociación, (...) se hizo una cosa muy interesante, que es lo del tic tac (...), que se dice si en un año no se ha podido entrar, pues entraremos.’ (E4).

A estratégia tic tac colocou um relógio em contagem regressiva que indicava que se o Ayuntamiento de Barcelona não tomasse iniciativa, seria a vizinhança que entraria e começaria a construir o espaço público e os equipamentos que necessitava. O período de um ano foi suficiente para fortalecer e legitimar o movimento. A menos de uma semana do prazo, o Ayuntamiento de Barcelona, já bastante pressionado pelo Movimento dos Indignados que protestava desde 15 de Maio na Praça de Catalunya e em diversos pontos da cidade, e temeroso por uma ocupação, permite a abertura do Bloque 11 para uso público. Em 11 de Junho de 2011 milhares adentram Can Batlló.

É importante salientar que ambos espaços, Can Batlló e a Lleialtat Santsenca, são fruto de um processo participativo que implicou diversas entidades de Sants para definição de seus usos. ‘Se hizo una detección de necesidades, como de ver qué tipo de actividades se podrían acabar ubicando aquí que podían ser útiles para el barrio, en primer lugar, pero para la sociedad, para la ciudad’ (5). Assim, na medida em que diversos movimentos de base comunitária comprometem-se e estão preocupados com questões de transformação económica e social do bairro, acabam por conectar problemáticas económicas, sociais e políticas dentro de um campo cultural abrangente.

Mais da metade dos entrevistados já se considerava parte dos movimentos sociais do bairro. Alguns participaram ativamente dos okupas, do 15-M, de plataformas feministas ou atuaram em associações do bairro dedicando-se a projetos coletivos e comunitários de forma voluntária e militante, como nos Esplais i Caus⁶³, na Asamblea de Barri de Sants ou em espaços menos formais como comissões de rua das festas populares, grupos de pais e mães e grupos culturais.

Viveram um processo de aprendizagem crítica nesta genealogia de lutas antes de ser parte das entidades em que atuam. Como sustenta Sousa Santos (2020: 571-571), o conhecimento nascido nas lutas sociais é um conhecimento rico, uma vez que resiste às injustiças sociais e se constrói no diálogo entre vários saberes orientado para reforçar suas lutas reconhece, assim, os três principais modos de dominação da modernidade: o capitalismo, o neocolonialismo e o patriarcado.

Desta forma, os participantes formam uma ‘visión crítica de la realidad, una visión crítica del modelo económico, de las consecuencias sociales que tiene este modelo económico’ (E8). Percebem a economia capitalista como um perigoso projeto político-económico que ameaça a existência do

⁶³ ‘Esplais i Caus son espacios donde gente joven es la monitora de los niños, que es participación militante, no lo cobran, pero son espacios de politización muy fuertes, esto explica en gran parte, mucha gente de los movimientos sociales vienen de este tipo de estructuras educativas que son auto-gestionadas’ (E1).

bairro, 'hay un riesgo muy grande que es la destrucción de la ciudad popular a nivel de identidad y también de exploración física de la población' (E1).

As críticas ao capitalismo são muitas, desde a ganância e preocupação única com o capital e com a acumulação, gerando pobreza, desigualdade, destruição ambiental, colonizando povos e destruindo formas de vida comunitária, ao reduzir a humanidade a um 'individualismo ontológico' (E1). Até críticas mais específicas sobre o monopólio de grandes corporações no sector de tecnologias ou das grandes empresas no sector da educação, esvaziadas de propósito pedagógico transformador. Também criticam a mercantilização da habitação, desvirtuada pela propriedade privada e pelo lucro, e o modo de produção e comercialização de alimentos, que estimula o consumo exagerado, o transporte de longa distância e desrespeita a sazonalidade.

'El beneficio económico prima por encima de cualquier cosa, desde el producto que se hace, para quien va destinado y de la gente que se tiene trabajando (...) Este es el problema del capitalismo, es que solo importa el dinero, da igual cómo lo hagas, da igual a quién pisas' (E6).

No entanto, se reconhece também que Sants não se explica sem referencia à expansão do capitalismo, desde a industrialização do século XIX, passando pelos planos de desenvolvimento económico de Barcelona, 'un modelo de apropiación capitalista de la ciudad' (E1) e agora o capitalismo de plataforma. O 'capitalismo obviamente tiene mucho peso en la configuración de nuestro territorio (...) reconfigurando nuestro barrio y transformando la composición social' (E1).

'De alguna forma el barrio es una producción contradictoria entre una producción capitalizada del espacio y una producción social, o una apropiación colectiva de este mismo espacio' (E1). A atitude popular frente ao avanço de capitalismo não foi apenas de luta política, mas também de dar respostas materiais com ocupações, criação de ateneus e cooperativas, dando usos não mercantis a espaços público e criando bens comuns, desde as coletivizações de 1936 até Can Batlló.

De acordo com Escobar (1992: 29-30), os movimentos sociais por situarem-se no espaço intermédio entre a vida quotidiana individualizada, familiar, habitual, de micro-processos, por um lado, e macroprocessos sociopolíticos em nível de sociedade, do Estado e das instituições, por outro, tem capacidade de problematizar a vida quotidiana e ressignificar a realidade social, expandindo o domínio político de modo a abranger também as práticas quotidianas. Nos depoimentos é evidente o transbordamento do político e da visão crítica para a vida privada, conduzindo a uma atitude ativa em que a ação é orientada para transformação das condições materiais de existência.

Assim, o descontentamento com a precariedade das condições de trabalho no mercado capitalista é o que conduz uma parte dos entrevistados a buscarem alternativas. Percebe-se que 'eso que les han vendido siempre no es lo que quieren. Han trabajado de esta manera porque era lo que había y lo habías normalizado' (6). Em sectores diversos como cultura, educação, serviços, restauração e tecnologia encontram-se problemáticas similares como a exploração por parte dos

empregadores, maus tratos aos trabalhadores, falta de reconhecimento e de valorização económica, subcontratação em que intermediários ganham desproporcionalmente, estrutura empresarial piramidal ou verticalizada em que o peso recai sobre a base e estigmatização de gênero, com alguns sectores, como de cuidado e limpeza, muito feminizados e de tecnologias muito masculinizado.

Essas pessoas se acercam, então, ‘más a este movimiento cooperativo porque lo ven como más coherente con la practica más política’ (E5). ‘Nos faltaban estructuras económicas donde trabajar de forma autogestionada y también resolver necesidades personales pero de forma colectiva’ (E1). Insatisfeitos com o mercado, ‘se plantean que igual en el trabajo también puedan adoptar esta forma’ (E5), assim ‘pasas de participar de forma militante en tiempo libre a un esfuerzo de trabajo’ (9).

‘El hecho de haber estado en un Esplai i Claus tanto tiempo haciéndolo voluntariamente al final nos damos cuenta de que lo que hacemos realmente puede tener un valor y (...) podemos ocupar otros espacios que ahora ocupa el mercado mercantil (...) y al final, pues dices, un modelo que he estado viviendo toda la vida y que he creado yo desde el voluntariado ahora puede ser un modelo que me sirva para transformar la economía, bueno para hacer un cambio’ (7).

A forma cooperativa, neste sentido, é vista como mais apropriada e mais coerente tanto a nível laboral quanto para o consumo, para a habitação, em linhas gerais para uma gestão mais solidária. Uma maior sensibilização social e ecológica faz com que mais gente se aproxime da economia solidária, buscando outro modo de vida e de consumo, mais responsável e sustentável.

Neste sentido, a crise financeira de 2008 é percebida como um ponto de inflexão, a partir do qual a economia social e solidária passou a despertar maior atenção. O colapso do sistema capitalista, foi como um levante de consciência ao escancarar a face cruel do capitalismo. Assim como a crise de 1980, analisada por Esteve & Prakash (1998: 283), a crise de 2008 que mergulhou a Espanha em uma longa recessão ‘unblocked new opportunities to [people] promote their own projects and regenerate the livelihoods’. ‘Nos demos cuenta que la economía global iba nos llevar a una catástrofe, los planes de austeridad en España fueron muy fuertes, se rescató la banca pero no las personas’ (E1). As iniciativas cooperativas se tornaram não só mais atrativas, como necessárias.

Em 2009 eram poucas as cooperativas no bairro de Sants. Dentre as entrevistadas apenas 2 são anteriores à crise. Nesse momento, ‘las personas que querían fundar la cooperativa encontraban que había mucha desinformación (...) porque los notarios, la gestoría, lo que sea, no sabían el tema de las cooperativas’. Foi necessária uma aposta política importante de algumas entidades, de pessoas dentro do movimento cooperativo, para começar a tecer a trama cooperativa e solidária do bairro.

Se por um lado utopias partem de uma crítica do presente – e esta em Sants é composta em sua história de lutas e pelos movimentos sociais que coexistem no bairro, por outro lado, Levitas assinala a importância do trabalho arqueológico de recuperar imagens de ‘boa sociedade’. ‘Where images of good society are buried and denied, they are rendered partial and fragmentary. Utopia as archeology

entails the imaginary reconstitution of the models of good society' (2013b: 154).

E este foi o trabalho realizado no âmbito do projeto Barri Cooperatiu impulsado pela Federació de Cooperatives de Treball de Catalunya juntamente com a cooperativa La Ciutat Invisible. 'Empezamos a recuperar toda esta memoria de las cooperativas obreras de los años 1930, los edificios, los proyectos y toda esta trama de instituciones populares, económicas, también culturales y sociales, como los ateneos populares de los barrios y toda esta ciudad paralela a la capitalista' (E1).

Foi um verdadeiro trabalho arqueológico de investigação, recuperação da memória que havia sido 'olvidada o desvirtuada por el capitalismo' (E1) e também de difusão, com objetivo de promover a criação e consolidação de cooperativas⁶⁴. 'Empezamos a hacer exposiciones, a escribir libros, a investigar unos archivos, a buscar documentación, fotografías, testimonios, testigos de gente mayor que trabajaba en las cooperativas, entrevistamos señoras, hicimos un trabajo muy bonito y en parte, gracias a este trabajo, ganamos un edificio que es la Lleialtat Santsenca' (E1).

'Lo mejor de la memoria histórica es que sea para conocer prácticas también del pasado. A veces siempre nos venden el tema de la memoria, como tenemos que tener memoria para no repetir los errores, sí, pero también para repetir los aciertos' (E4). 'El hecho de que haya habido otros proyectos hace que tú puedas imaginarte en ese paradigma' (E2), 'luchar contra la percepción de que hay cosas que no se pueden hacer' (E10). 'Si nuestro abuelos o abuelas generaban este tipo de proyectos tan interesantes, porque nosotros no podríamos hacerlo?' (E1).

'Hay cosas que ya se han hecho y que se han podido hacer y que se han hecho incluso en situaciones aún peores (...) creo que la memoria es útil, sobre todo de cara al futuro, de cara a alternativas (...) yo creo que Sants fue una pieza importante para decir que las cooperativas ya funcionaban (...) tenían mucho peso, construían edificios, tenían moneda propias, las propias cooperativas, eran proyectos económicos grandes. Y de cara al futuro es una manera de decir podemos hacer todas estas cosas porque ya se hicieron (E4).

A recuperação da memória cooperativa 'generó la legitimación cultural y simbólica para otra vez empezar un ciclo de colectivización económica local' (1). A Lleialtat Santsenca foi uma cooperativa de consumo localizada em um edifício que comportava além de uma grande loja toda uma estrutura para eventos socioculturais e políticos. Com o fim da cooperativa esta estrutura é convertida em uma discoteca que funcionou por 40 anos. Até o trabalho de recuperação da memória os vizinhos do bairro não sabiam o que antes havia ali. A partir de então, houve uma articulação participativa de 70 entidades do bairro para apresentar um projeto de reconversão do edifício em espaço coletivo ao Ayuntamiento de Barcelona, que serviu para licitar o concurso de reforma. Hoje, a Lleialtat Santsenca é um equipamento público de gestão comunitária, uma ferramenta a serviço do bairro.

⁶⁴ Barri Cooperatiu [em linha]. (s.d.). *Cooperatives de Treball*. [Consultado em 20 de novembro de 2021]. Disponível em: https://elpais.com/ccaa/2014/05/30/catalunya/1401440439_086116.html.

Outro fruto do projeto Barri Cooperatiu é a plataforma Impuls Cooperatiu de Sants, que irá se consolidar como espaço de encontro e de intercooperação em nível de bairro e mapear diversas experiências de economia solidária e comunitária, com objetivo de fortalecer essas iniciativas socioeconômicas locais e criar empregos no âmbito do cooperativismo e da economia solidária. Será através dessa plataforma que será lançado o projeto Coòpolis, l'Ateneu Cooperatiu de Barcelona, um espaço de assessoria e incubação para criação de cooperativas, acompanhamento para consolidação e de formação, educação e sensibilização sobre temas que concernem à economia social e solidária.

‘Esa sensibilización es importante, porque nosotros cuando entramos, cuando nos hicieron el acompañamiento, se hacían unos talleres de memoria histórica, (...) había uno que era específicamente la memoria del barrio que hacía La Ciutat Invisible. Claro, eso dá una conciencia al equipo diferente, es decir, estamos construyendo algo dentro de un tejido que tiene una historia, una trayectoria (...) eso también te ayuda como proyecto a situarte dentro de este marco’ (E10).

Em Sants, onde já existia uma forte tradição associativista, ao criarem-se iniciativas para formação, assessoramento e dinamização de cooperativas são dadas as condições para que o ímpeto associativista transborde para o âmbito do trabalho e ‘el hecho de ver iniciativas de cerca reales promueve que otras, otros colectivos, otras personas lo vean posible y se acelere nuevas cosas’ (E5). As pessoas se engajam, então, neste universo, percebem que podem viver através da economia social e solidária e satisfazer suas necessidades quotidianas através da economia social e solidária.

A regeneração cultural de Sants, através da ‘recuperación de la memoria, de las identidades locales culturales, a través de las fiestas mayores, a través de la cultura, a través de muchos dispositivos más sociales’ (E1), pela defesa do local, do comunitário e de práticas coletivas possibilitam formas mais dignas de se viver. Assim, muitos passam a conduzir suas práticas por outros caminhos, com base em sua própria cultura e suas ancestralidades.

Tece-se, assim, um fio condutor que conecta as experiências do passado ao presente, ainda que as cooperativas de hoje tenham pouca semelhança com as do passado. Esta conexão se dá em termos de imaginário, mas também de forma física pela recuperação de espaços que foram significativos tanto no século XIX e início do século XX como agora no século XXI. Os exemplos são muitos, Can Batlló, Lleialtat Santsenca, Vapor Vell, Espanya Industrial, L'Empar de l'Obrer, pontos de contato que unem o velho cooperativismo social com o novo cooperativismo solidário.

‘Estar en este edificio también es importante, porque además en este edificio que fue esa cooperativa de consumo El Amparo Obrero, a hace más de 100 años, ahora es sed de todas las federaciones de cooperativas de Cataluña, la de trabajo, la de consumo, la de educación. (...) es importante que este patrimonio cooperativo esté en manos del cooperativismo (...) que podamos ser orgullosas seguidoras de este legado y de esa cultura cooperativa y que podamos seguir haciendo que este hilo pueda seguir y pueda seguir creciendo más’ (E8).

4.2. Ontologia: Para Transformar Pessoas

Segundo Levitas (2013b: 178), qualquer utopia que almeje uma realidade melhor e a felicidade humana implica considerações ontológicas, tanto sobre a natureza humana – o que somos, o que necessitamos, o que podemos e o que deveríamos ser – quanto propostas normativas que definam o que é bom para a humanidade. Tal como afirma a autora (ibid: 177):

[A]ny discussion of the good society must contain, at least implicitly, a claim for a way of being that is posited as better than our current experience. It entails both imagining ourselves otherwise and a judgement about what constitutes human flourishing.

No caso de práticas utópicas prefigurativas, implica também agir de forma diferente, em contraposição ao que se critica, redefinir necessidades e satisfações, conceitos e significados simbólicos, transformar relações e arranjos sociais de forma que estes sejam direcionados para produzir mais felicidade e para o florescimento humano (ibid: 177-179). ‘Transcendence is the capacity to imagine ourselves beyond and to act upon, rather than simply react to, the external structures around us’ (ibid: 184-185).

A cultura política crítica que forjou-se nas lutas comunitárias e pelos movimentos sociais em Sants contrapõe muitos dos pressupostos ontológicos hegemónicos, pela difusão principalmente dos ideários feminista, anarquista, libertário e ecologista. A identidade comunitária do bairro forma ‘una barricada cultural al capitalismo y a su individualización’ (E1). A esta resistência, a economia social e solidária vem somar oferecendo debates teóricos que contestam os principais axiomas que sustentam o capitalismo, implícitos na economia, na cultura, na política e nas instituições dominantes, revelando, portanto, as inconsistências e os silêncios de seus discursos e práticas.

O que apontam os entrevistados é que a aproximação à economia solidária muitas vezes se dá por esta oferecer ferramentas económicas e uma forma de organizar o trabalho que coincide com os critérios e valores que estes já defendiam em sua trajetória, ou seja, como uma consequência da forma que gostariam de viver. A vida comunitária já era vista como transformadora, a propriedade coletiva e a autogestão já eram realidades para alguns na esfera político-militante de Sants. A economia solidária, então, dá sentido à atividade económica, mantendo a conexão com o território. Acresce de valores e democratiza a esfera produtiva, cria ocupação de qualidade e consolida postos de trabalho em condições dignas. ‘La gente tiene que vivir y tiene que ganarse la vida, pero importa el cómo hacerlo y para quién y qué valores hay detrás’ (E6).

‘Es esto lo que queremos, es un modelo horizontal, no queremos un modelo basado en participaciones económicas, sino en igualdad de las personas socias que trabajan, porque lo que interesa es que todas las personas socias, independientemente de la función que realizan, todas se dedican el máximo esfuerzo para que el proyecto salga adelante’ (E6). É uma economia que está a

serviço das pessoas e não as pessoas a serviço da economia e isso se reflete no âmbito interno, em termos de reconfigurações das relações laborais, e no âmbito externo, por dinâmicas de cooperação.

Neste processo de redemocratização da economia, em que a economia é imbuída de valores e nova ética, cada um dos sectores entrevistados oferece distintas contribuições. Na habitação há a desmercantilização da moradia, para torna-la mais acessível, a vida mais comunitária e a construção mais sustentável. Já os grupos de consumo baseiam-se ‘en la agroecología, en la solidaridad, en la justicia laboral’ e fomentam o consumo responsável, pela saúde humana e do meio ambiente.

Ambos contribuem para uma ‘reorientation of need away from commodification and the market’ (Levitas, 2013b: 179), um movimento imprescindível para transformação eco-social. Como afirma Razetto (2012: s.p.), o ponto de partida da nova economia deve ser a transformação do atual consumo imitativo, dependente e competitivo para um ‘consumo que nos convierta en personas creativas, autónomas y solidarias’, direcionado para satisfação das necessidades e para o ‘buen vivir’.

Na educação se dota de intencionalidade pedagógica todas as atividades, com perspectiva crítica e feminista e atenção às emoções. Promovem a aprendizagem intergeracional e integral, ao conectar escola, família e tempo livre, com foco nos alunos como ‘protagonistas del propio proceso de la aprendizaje’ (E7). Estimulam ‘la autonomía y el trabajo de autogestión de los niños, también la importancia del colectivo, de responsabilizarse con el grupo’ (E7) e oferecem um leque mais vasto de atividades, ‘que no sea fútbol o básquet, sino que puedan hacer otras cosas, más culturales o más artísticas’ (E7). Se pensamos em termos de florescimento humano é fundamental que a educação seja transformada para ampliar as capacidades humanas ‘freed from the obsession with marketable skills and reoriented to pleasurable and useful human creativity’ (Levitas, 2013b: 199).

No sector tecnológico, ‘nuestra aportación, es compartir el conocimiento para que este pueda ser utilizado. No vamos a promover el copyright, sino todo lo contrario, conocimiento libre compartido’ (E6). Na cultura ‘hay una voluntad clara por los contenidos que defendemos de promoción de una transformación social, anticapitalista, de género, ecosocial... es el tipo de valores y prácticas que intentamos promover a través de actividades’ (E10).

As áreas de finanças e assessoria trabalham incisivamente para consolidar a economia solidária, a serviço de iniciativas e projetos que devem cobrir tanto as necessidades dos envolvidos tal como as necessidades sociais. A banca cooperativa, por exemplo, ‘ha facilitado que gente, con el tema de los avales mancomunados, teniendo una comunidad detrás, pueda compensar el hecho de no tener dinero, propiedades y empezar un proyecto’ (E5), já o serviço de assessoria sensibiliza iniciativas para atuarem em linha com os eixos centrais da economia solidária: intercooperação, articulação territorial, feminismo, diversidade, uso de tecnologias livres e sustentabilidade ambiental.

Se entende que ‘una de las bases para poder fortalecer la economía social y solidaria es la sensibilización, la formación y la educación en los valores y prácticas’ (E10), tanto em espaços

comunitários, em que há certa afinidade, quanto é necessário ampliar sua promoção em outros espaços, como escolas, por exemplo, firmar parcerias que possam contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Um dos grandes desafios da economia solidária é ‘llegar a más gente, pues siempre nos encontramos los mismos’ (E7), ser mais inclusiva e diversa, se abrir para classes sociais menos favorecidas e para imigrantes, conseguir atrair os mais jovens.

A diversidade é vista de forma positiva pelos entrevistados, tanto no âmbito da sociedade, ‘la diversidad que hay en Sants es importante y la solidaridad que hay dentro de la diversidad’ (E3), como também nas organizações, ‘con la incorporación de nuevas personas es verdad que los perfiles cambian (...) Y es que la diversidad te hace replantear cosas (...) hay que reinventarse’ (E9). A entrada de mulheres em sectores masculinizados, por exemplo, provoca transformações na comunicação e na forma de se relacionar, o que fez com que a entidade deste sector buscasse atrair mais mulheres.

As relações sociais constituem quem somos nós e a nossa sobrevivência depende dos vínculos e dos compromissos que criamos (Levitas, 2013b:181). Nesse sentido, a horizontalidade, como forma de organização empresarial democrática e igualitária, ‘exige un cambio en la comunicación entre personas, en como se gestiona toda la información, en como reaccionamos y cómo gestionamos nuestras emociones dentro de la empresa, es un cambio total’ (E6), visto como benéfico para coesão interna e para o desenvolvimento coletivo e pessoal, um processo mútuo de aprendizado.

‘Vas descubriendo cosas y realmente te vas haciendo reflexiones propias, no, un poco de auto diagnosis’ (E4). ‘Mi mayor alegría ha sido el camino personal que he recorrido, en cuanto a valores, en cuanto la comunicación, en cuanto la manera de hacer un progreso personal, que va mucho más allá de la experiencia técnica’ (E6). Os testemunhos recolhidos, em grande parte, corroboram a ideia de Singer de que a autogestão permitiria educar e transformar a consciência e o comportamento de seus praticantes, ‘no sentido de que suas ações passassem a ser pautadas por valores ideológicos que não aqueles das relações sociais capitalistas’ (Azambuja, 2009: 284). Segundo Singer (2003:4), ‘[O] homem novo está sendo criado pelos empreendimentos e entidades solidárias, que forjam novas relações sociais e limitam fortemente a rivalidade e a competição entre os indivíduos’

Se por um lado o ambiente de trabalho transforma-se em um espaço de ensino-aprendizado na esfera das relações humanas, por outro, a intercooperação com outras entidades propicia ‘formar parte de una red más grande es como que vas incorporando nuevos debates’ (E5). O contato com iniciativas com outras áreas de interesse e especialidades faz incorporar novos temas, perceber outros desafios, aumentar a consciência sobre outras problemáticas. A intercooperação soma esforços e ajuda a fazer frente ao mercado capitalista; dessa forma, a articulação entre iniciativas contribui para a sustentabilidade mútua e da própria economia solidária. ‘Como una cooperativa sola no transformamos la realidad entonces tenemos que desarrollar la intercooperación de manera muy activa (...) a través de redes, de alianzas, de los sistemas cooperativos locales’ (E1).

Assim, a solidariedade transborda do âmbito interno para a cadeia produtiva, para a sociedade e para outras atividades económicas. Os mesmos critérios que se utiliza internamente ‘luego en la vida cotidiana intentas ir aplicando a la hora de tomar decisiones’ (E4). O consumo aproxima-se da dimensão de um ato político pela percepção que ‘cada vez que compras algo estás votando por la persona que ha hecho lo que estas comprando, cada vez que consumes es un voto (E3).

No consumo cooperativo a gestão solidária da cadeia produtiva agrega valor ao produto, compreende-se que ‘el valor del producto no está solo en el producto sino en como ha sostenido el producto y a quien más has ayudado. Participando en la cooperativa pues todos, ayudas a todos los socios y todos están ayudando a ti y esta relación es mucho más bonita y le haces valorar los productos’ (E3). De formas distintas todos participantes afirmaram tentar realizar suas interações económicas dentro da economia social e solidária. Como prioridades citadas estão consumo responsável, produção agroecológica e de proximidade. ‘Hay muchas alternativas cada vez por suerte hay más (..) y en aquellos en que no existen alternativas, pues poder implicarte para que existan’(E8).

Claro que há contradições, ‘hay contradicciones y es muy difícil no tenerlas, pero por lo menos yo intento que sean las menores posibles a la hora de ejercer sobre todo mi consumo’ (E8), ‘por lo menos como hacer que en tu día a día y con las pequeñas prácticas vivir de una forma también más coherente, con unos valores’ (E5). Observa-se dentre os entrevistado a tomada de consciência das próprias contradições, por exemplo, ‘de querer un sistema más igualitario, más democrático, más feminista y reconocer mis propios machismos, mis propias contradicciones’ (E6).

Nessa lógica, a economia solidária ademais de estimular uma visão de mundo crítica também estimula um processo autorreflexivo, o que Levitas denomina ‘processual ontology, one of becoming, both at an individual and a social level’ (2013b: 180). ‘The capacity for becoming – for developing in a host of different ways, and for acquiring new skills and dispositions – is a striking feature of human nature’ (Sayer, em Levitas, 2013b: 181) que a economia solidária acentua e potencializa.

Esse processo passa pela resignificação de certas categorias e de suas acepções hegemónicas com o intuito de ser mais coerente tanto nas próprias escolhas quanto no que transmitem. Para Escobar (1992: 27) o que importa para a transformação político-social é a formação de novos núcleos conceituais, através dos quais uma nova estratégia discursiva pode começar a ser articulada. O desafio seria promover essas mudanças tanto nos discursos quanto nas instituições.

Tive a oportunidade de vivenciar um desses momentos em que através da prática direta se estimula uma reformulação semântica que forma um quadro alternativo de sentido. Durante a participação no curso de limpeza ecológica, parte do programa de inserção laboral do Barcelona Activa⁶⁵ em parceria com a Coopnet, cooperativa de limpeza e cuidados, presenciei um momento

⁶⁵ Barcelona Activa é a agência pública de desenvolvimento económico e local da cidade.

interessante durante a avaliação coletiva ao final da jornada. O grupo⁶⁶ havia sido dividido em pequenos grupos de trabalho e a cada dia a coordenação era atribuída a uma pessoa diferente. Quando um dos coordenadores foi questionado como achava que havia sido o seu trabalho, ele respondeu que não servia para ser coordenador, pois não sabia mandar. O facilitador, então, inicia uma conversa sobre a diferença entre a visão hierárquica de autoridade, poder e mando, em oposição a visão da coordenação como orientação, colaboração e suporte. Os outros membros da equipe, então, afirmaram que ele havia feito um bom trabalho, pois havia orientado a divisão de tarefas, contribuído para boa execução e inclusive compartilhado materiais ao final com as outras equipes. O episódio fez lembrar a pedagogia crítica de Paulo Freire, pela conjugação de teoria e praxis.

A perspectiva feminista também leva à adoção e ao reconhecimento de outros valores e práticas excluídos da esfera laboral capitalista. As emoções, por exemplo, são tratadas com importância e os cuidados internos são uma preocupação comum às entidades. ‘Hemos trabajado mucho en el tema de los cuidados y seguimos trabajando por un camino que no acaba nunca’ (E6). Menciona-se a atenção à resolução de conflitos, a criação de rede de apoio e de ajuda mútua, a preocupação com a conciliação familiar e o esforço em melhorar o bem-estar. ‘Nos hemos sensibilizado mucho de intentar un cambio respecto a lo que es estar en otro sitio y eso sí que es algo que nos une también como equipo (...) hay ciertas curas que en otros espacio no tendríamos (...) entra en un espacio donde sabes que tus emociones, tu situación psicológica, social, etc., va a estar atendida’ (E10).

Há uma preocupação com ‘la auto explotación que también hay dentro del propio proceso’ (E10), ‘porque cuando trabajas para tu propio proyecto de vida, la jornada no son 40 horas y te cuesta y no acaba nunca y eso también es una cosa que hay que conseguir equilibrar’ (E9). Esta é uma oposição e resistência clara à perspectiva capitalista, especialmente sua mais nova versão neoliberal do empreendedorismo, representada pelo lema: ‘trabalhe enquanto eles dormem’, em que o trabalho e o sucesso são equiparados ao sobre-esforço individual.

Portanto, a economia solidária avança uma revisão ontológica pós-capitalista. Suas prioridades são definidas em outros termos: ‘transformar nuestra realidad como trabajadoras al nivel interno, crecer como personas y también crear otras formas de entender el trabajo y la pasión colectiva’ (E1). É a busca da boa vida para si que seja boa também para o entorno e para a sociedade. ‘Lo que queremos es tener una vida de calidad, de hecho lo que nos importa más es que después del trabajo seamos felices’ (E7). ‘El objetivo de nuestra cooperativa no es ganar dinero, sí el objetivo de la cooperativa es que las personas vivan correctamente, (...) con un salario digno, haciendo un trabajo que les gusta y les llena y con la máxima armonía posible. Entonces, en este sentido no hemos ido a primar nunca los beneficios económicos, sino el bienestar de las personas’ (E6).

⁶⁶ Entre 10 e 12 pessoas, composto por imigrantes, apenas um dos integrantes havia nascido na Catalunha.

4.3. Arquitetura: Para Construir Novas Realidades

O último dos modos, o arquitectónico, é o mais familiar; como observa Levitas, é o que se conhece normalmente por utopia: ‘imagining a reconstructed world and describing its social institutions’ (2013b: 197). Arquitetar é a consciência antecipadora em ação; consiste em imaginar possibilidades e alternativas, avançar propostas que materializam o que se gostaria que fosse. Demanda um exercício profundo de especulação e a suspensão da incredulidade para ir além do que parece ser possível.

A autora defende a imaginação de outras realidades como um processo iterativo entre crítica e reconstrução que consistiria sempre em propostas provisionais abertas ao julgamento e ao diálogo, para evitar criar-se uma imagem de sociedade perfeita inatingível ou a armadilha do totalitarismo (ibid: 198). Sugere, com base nas ideias de Higgings, que comecemos ‘from de kind of society we want and proceed to the kind of economic relations that will sustain and support it’ (ibid: 198-199). Neste ponto, a economia solidária vem mostrar que o caminho pode ser inverso.

A cooperação económica, tal qual afirmava Micaela Chalmeta, pode ser ‘una arma per a assecar en el seu origen una de les fonts del capitalisme dominador’⁶⁷. A economia social e solidária é composta de iniciativas e entidades que trazem em seu seio mudanças simbólicas e sociais, por isso são inerentemente transformativas. Subvertem na prática os principais axiomas que sustentam o capitalismo e, desta forma, contribuem para a reconfiguração das relações e estruturas sociais.

Segundo Polanyi (2020: 90-92), a sociedade de mercado baseia-se em três ‘mercadorias fictícias’: trabalho, terra e dinheiro. Com a mercantilização das relações sociais, promovida pelo capitalismo, o preço do trabalho tornou-se o salário, o do dinheiro os juros e o da terra, melhor dizendo, da propriedade, tornou-se o aluguel. Com isso, as três ‘ficções’ são convertidas em renda, esvaziam-se da função social de suprir necessidades para servirem a um só senhor: o lucro. Esses recursos que, na verdade, são ‘a substância da própria sociedade’ (ibid: 93) tornam-se instrumentos de dominação.

A desmercantilização e ressignificação desses recursos, por meio da configuração de outras práticas na esfera do cooperativismo, possibilita a reconexão entre economia e função social. O cooperativismo, como já visto, consiste em um modelo de organização empresarial. Baseia-se nos valores de ajuda mútua, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, transparência, solidariedade, equidade e compromisso social. Hoje as cooperativas abarcam vários sectores e atividades, materiais ou imateriais, e assumem formas combinadas de trabalho, consumo e serviços (Miró, 2010:11).

Uma de suas possibilidades é a cooperativa de habitação que institui o modelo de cessão de uso. ‘Un modelo de acceso a la vivienda que tiene como voluntad la propiedad cooperativa con lo cual tu como socio de la cooperativa puedes tener el derecho de uso de una vivienda, pero no puedes ni

⁶⁷ Em tradução livre do catalão: ‘uma arma para secar na origem uma das fontes do capitalismo dominante’. Micaela Chalmeta (1858-1951) foi uma pioneira do feminismo cooperativista figura importante para economia social Catalã. Disponível em: <https://directa.cat/micaela-chalmeta-pionera-del-feminisme-cooperativista/>

comprarla, ni venderla' (E2). É um modelo que subverte, portanto, a lógica da propriedade individual e combate a especulação por impedir que se possa lucrar com a mercantilização do imóvel. 'Son proyectos que tienen espacios comunitarios y que pretenden una vida colectiva de algún modo' (E2), impulsados exclusivamente para uso, na maioria das vezes, pelas pessoas que neles irão habitar.

Esse modelo pode tornar-se profundamente transformador no contexto urbano, em cidades que estão 'gentrificando' e empurrando vizinhos para as margens em nome do turismo, o que desgasta o tecido social. Essa é uma grande ameaça em Sants. 'La vinculación de los vecinos antes era muy local, pero el local casi con la calle, porque era la calle donde vivían, donde habían vivido los padres y había mucha más relación y mucho más conocimiento. Por las subidas de alquileres (...) tienes que buscar otro sitio (...) realmente es un poco como que destrama el tejido' (E4). Isso reflete-se na Fiesta Mayor de Sants, historicamente auto-organizada pelos vizinhos de cada rua e símbolo cultural do bairro. 'Llegó un año en el cual queda una familia que está en la calle y el resto estamos todos fuera (E4).

Outra mudança significativa se dá com respeito aos salários. Os princípios da horizontalidade, igualdade e equidade transformam a forma como se compartilha trabalho e remunerações. 'Somos nosotras mismas las que distribuimos las jornadas, decidimos cual es para nosotros la remuneración justa y la jornada justa' (E8). Neste sentido, quando adotada a horizontalidade absoluta 'da igual la experiencia laboral, si tienes 20 años de experiencia o acabas de salir de la universidad (...) o eres programadora, eres diseñadora, eres gestora de proyectos, eres comercial, todo mundo cobra lo mismo porque se entiende eso, que todo el mundo dedica el tiempo en más o menos la misma cantidad y que el esfuerzo es igual' (E6). Há, neste caso, igualdade de direitos e de responsabilidades.

A desconstrução do modelo de remuneração capitalista é ainda mais evidente em situações que se leva em conta a conciliação familiar para uma atribuição equitativa de complementos salariais, ou seja, se 'una persona socia tiene personas dependientes a su cargo, ya sean personas mayores, niños, etc., pues en función de eso estimamos que el coste de la vida es mayor y por lo tanto necesita una retribución un poco mayor' (E6). O salário passa a ter a função de suprir as necessidades humanas e familiares, não é mais um instrumento do capital para aumentar margem, lucro e produtividade.

Já a perspectiva das finanças éticas derruba o tripé de sustentação dos sistema financeiro: dinheiro – juros – lucro, para sustentar-se sobre a força da comunidade, com raízes no território e trabalho em rede e assim 'convertir el ahorro en crédito transformador' (E8). Autogestionam recursos para 'poder dar soluciones financieras a proyectos que entendemos que trabajan para hacer transformación social (...) una herramienta financiera al servicio de los movimientos sociales y de la economía social y solidaria'. O processo de concessão de crédito se inicia com uma avaliação social, 'queremos evaluar globalmente la entidad y después analizar técnicamente la necesidad financiera' (E8). As iniciativas devem estar alinhadas com princípios ecosociais e aportar valor com sua atividade.

Diferentemente da gestão acionaria de um banco, tanto os sócios colaboradores como os de serviço têm direito de participação nas assembleias e órgãos de trabalho das cooperativas, seguindo a ‘lógica de una persona, un voto, independientemente del dinero que se tenga aportado o de los préstamos que se tengan’. As decisões são tomadas por consenso, as relações são baseadas na confiança e a ‘actividad económica orientada a la satisfacción de necesidades, al respeto al entorno, al medio ambiente y a las personas’ (E8). O objetivo é crescer em conjunto com a economia solidária.

A autogestão, de facto, aumenta a autonomia e o poder decisório dos membros de uma cooperativa que podem ‘proponer que se haga un cambio y participar en las decisiones’ (E3). Esta forma de auto-organização, que reconfigura a noção de empresa, também implica em processos de ‘atualização’, conforme explica Cooper (2014), uma remodelação deliberada de práticas e conceitos. O conceito de responsabilidade, por exemplo, deixa de ser atrelado à obrigação por submissão para assumir o sentido de compromisso compartilhado. O diálogo torna-se elemento central para resolver divergências e chegar ao consenso, ocupando o lugar da autoridade vertical.

Como não é mais o lucro que está no centro da atividade económica e sim as pessoas e o planeta, outros critérios são adotados. Estes passam a nortear tanto as compras, em termos de ‘trabajo de investigación de proveedores’ (E3), como as vendas, ‘miramos mucho ahora (...) que clientes queremos tener (...) valoramos ese cliente en función de una serie de criterios (...) vemos si nos conviene o no’ (E6). Os critérios privilegiados são proximidade, sustentabilidade e trato humano e ético aos trabalhadores, o que dá vantagem a entidades da economia solidária. A orientação não é para maximização de margens e lucros, o que permite, por exemplo, na agroecología, trabalhar para ‘la recuperación de especies antiguas que se extinguieron porque no producían tanto’ (E3).

O crescimento também não é o objetivo último como no capitalismo, assim, não se dá passos maiores que as pernas. ‘No somos capaces de absorber ese trabajo? Pues buscamos otra entidad de la ESS (...) Os interesa? Los hacéis vosotros? O intentamos cooperar de manera que tengamos una parte del proyecto (...) sin cobrar nada por algún trabajo que nosotros no hacemos’ (E6). A forma com que percebem uma entidade do mesmo sector é igualmente distinta, ‘no es la competencia para nosotros es uno más de los que deben ser, en realidad lo modelo que nosotros buscamos es que haya miles cooperativas por toda Cataluña y que nos encontremos todas y compartimos cosas’ (E7).

Na Fira d’Economia Solidària de Catalunya fica claro que ‘se trata de colaborar juntas para un crecimiento global’ (E6). Entidades de um mesmo sector estão agrupadas e não em pontos distantes como em feiras convencionais. ‘Entre nosotros no vamos a pisarnos y al contrario (...) preferimos estar juntos’ (E7). ‘Cuantas más entidades haya, más gente hay trabajando de esta manera y más fuerte es la ESS, que es lo que nos interesa, no nos interesa crecer indefinidamente’ (E6). Este é o mercado social que se almeja expandir, muito distinto da lógica competitiva do mercado capitalista.

O mercado social, conforme explica Miró (2010: 10), articula nos territórios 'nódulos' de produção, consumo e distribuição tendo os movimentos sociais como aliados estratégicos. Promove a intercooperação entre diversas iniciativas de um mesmo território e ao visibilizar a cooperação local fortalece estes projetos e gera as condições, simbólica e material, para o nascimento de novas experiências. 'La economía social y solidaria es un marco que nos sirve para albergar y para crear alianzas y dar un sentido más global a nuestra práctica económica y también a nuestras luchas' (E1).

Existem vários âmbitos de redes de segundo grau que unem entidades de economia solidária. Podem ser territoriais, como é o caso do Impuls Cooperatiu de Sants, ou regionais, como a XES, que atua no âmbito da Catalunha. Podem ser sectoriais, como a Educoop, que reúne entidades educativas, a Taula Social de Sants, com entidades sociais do bairro, a Cultura Coop, formada por iniciativas culturais ou ainda a Plataforma de Gestão Cívica, que reúne Centros Cívicos de Barcelona e a Xarxa de Ateneos Cooperatius. Existem também redes forjadas no âmbito de uma cooperativa, como é o caso da Coop57 que reúne mais de mil entidades, ou de espaços, como no caso de Can Batlló ou da Lleialtat Santsenca, em que fazem parte 65 coletivos de Sants, além de redes informais.

'En general es bastante importante que haya estos espacios e estructuras de segundo nivel o redes que permitan mancomunar recursos, auto organizarse colectivamente, ser una referencia de cara a la ciudadanía, las administraciones' (E10). 'Yo creo que todas participamos un poco en muchas redes, pero hay cosas que tienen más sentido a nivel territorial, otras más amplio (...) va siendo un poco según la necesidad' (E5). Algumas iniciativas e redes ajudam a impulsionar outras iniciativas, o que contribui para formar um todo interconectado, em que sem a anterior não haveria a atual. La Ciutat Invisible, Lacol, Col•lectiu Ronda e o Impuls Cooperatiu foram citados nas entrevistas como facilitadores, oferecendo contributos decisivos para a criação de ou conversão em cooperativas.

A XES também realiza papel fundamental de articulação e dinamização em nível regional e sectorial. 'La XES tiene hoy más de 15 redes territoriales, que son las que alimentan sus mercados sociales locales, y una comisión de intercooperación que genera espacios de encuentro sectoriales para favorecer la creación de proyectos conjuntos'⁶⁸, por exemplo, na área de habitação ou a Xarxa de Espais Comunitaris. A promoção da Fira d'Economia Solidària de Catalunya é também determinante para intercooperação, 'se hace muchos contactos con mucha gente, iniciativas distintas con ideas afines, incluso descubres proveedores que pueden proveerte en la cooperativa' (E3), clientes e parceiros. Outra ferramenta importante é o mapa de economia solidária que dá visibilidade para o mercado social e para as iniciativas, 'nosotras jamás hemos hecho una campaña promocional, porque todos los servicios que tenemos vienen por el PAM a PAM' (E9).

⁶⁸ Entrevista a la XES: « El crecimiento sostenido de nuestra base social es nuestra principal fuerza » [em linha]. (4 de junho de 2011). *economia solidaria*. [Consultado em 24 de novembro de 2021]. Disponível em: <https://www.economiasolidaria.org/noticias/entrevista-a-la-xes-el-crecimiento-sostenido-de-nuestra-base-social-es-nuestra-principal-fuerza/>

O Impuls Cooperatiu cumpre papel similar no bairro de Sants, 'la idea es crear circuitos de actividad económica mancomunada, donde las iniciativas socioeconómicas, no solo cooperativas, pero también asociaciones y alternativas económicas o economías comunitarias sin forma jurídica tendamos un espacio de mancomunar recursos y compartir estructuras, tener una visión estratégica de la economía que queremos para el barrio y también pues ayudarnos mutuamente, creando puestos de trabajo compartidos, usando recursos y etc.' (E1). É uma rede que abre-se para o bairro e não só promove projetos próprios como serve de espaço para que entidades criem projetos entre si.

A valorização da dimensão espacial nos vínculos sociais é fator-chave para o desenvolvimento de estruturas autogestionadas (Miró, 2010: 10). Afinal, são nos territórios que se percebem necessidades concretas e que é mais fácil o reconhecimento de anseios comuns, assim, torna-se possível construir relações e articular redes que possibilitem aflorar alternativas, formas diversas de viver e de produzir que subvertam a lógica da escassez (Escobar, 1992; Esteva e Prakash, 1998).

Wright (2011: 20-21) refere-se a esses processos como 'estratégias intersticiais', em que ativistas e comunidades constroem e reforçam instituições económicas verdadeiramente utópicas, nas quais são incorporados princípios democráticos e igualitários, e com isso criam-se novas formas de empoderamento a partir de nichos. Para o autor, '[t]he appropriate orientation toward strategies of social transformation, therefore, is to do things now that put us in the best position to do more later, to work to create institutions and structures that increase, rather than decrease, the prospects of taking advantage of whatever historical opportunities emerge' (ibid: 21). Assim, Wright sugere como melhor caminho para transformação uma orientação estratégica em que interajam 'estratégias intersticiais' e 'estratégias simbióticas', que são procedimentos envolvendo Estado e sociedade civil para ampliação e aprofundamento da participação e controle social.

Levitas (2013b: 212) também assinala o Estado como um veículo necessário para conduzir a mudanças. Independente do que se faça na sociedade civil, 'there is no way that an anti-capitalist social order can be constructed without seizing state power, radically transforming it and reworking the constitutional and institutional framework that currently supports private property, the market system and endless capital accumulation' (Harvey, em Levitas, 2018b: 212-213). Qualquer iniciativa, mesmo a autogestão, precisa de condições materiais, bem como legais, para prosperar (ibid: 167).

Historicamente, a relação entre os movimentos sociais de Sants e as distintas esferas administrativas foi mais de luta que de cooperação. 'Estuvimos 20 años que la administración pública era vista como un antagonista claro (...) una relación de confrontación, de combate y también de crear estructuras paralelas'. Foi após a guinada à esquerda nas eleições de 2015 que 'ha habido una implicación mayor de las administraciones y también del Ayuntamiento de Barcelona (...) en la ESS' (E10), 'entonces se da un espacio más de colaboración' (E1), 'hemos encontrado algunos puntos de encuentro' (E8). O Pla d'Impuls de l'Economia Social i Solidària, por exemplo, demonstra o

reconhecimento por parte do Ayuntamiento de Barcelona do caráter transformador da economia social e solidária e o esforço de diálogo com o setor, para maior co-produção e co-responsabilização.

São múltiplas e distintas as formas de relacionamento entre a administração e os diferentes espaços comunitários e redes em Sants. Alguns mantêm uma posição de total independência como o polo cooperativo La Comunal, espaço mancomunado por diversas cooperativas, ou Can Vies, centro social autogestionado que mantêm posição de resistência ativista. Já Can Batlló tem gestão comunal e independente, mas é um espaço público cedido a termo pelo Ayuntamiento de Barcelona. O Impuls Cooperatiu de Sants segue duas vertentes, ‘puede pedir dinero para desarrollar proyectos, pero también intenta fomentar la autonomía y autofinanciarse y trabajar de forma activista’ (1).

De outro modo, existem espaços que obtem recursos ou recebem subvenções da administração pública de distintas maneiras. No formato de parceria a Coop57 compartilha riscos com um ‘fondo común de garantías, no de financiación, pero en el caso de que algo falle, pues cada euro que pone el Ayuntamiento también Coop 57 pone un euro en ese fondo de garantía’ (E8). Coòpolis foi um projeto desenvolvido de forma independente, mas que saiu do papel por receber linhas de subvenção, uma destas para criação de uma rede de 14 ateneos cooperativos. Apesar de situar-se em Sants, é uma ferramenta de assessoria para iniciativas de toda cidade, com liberdade para definir diferentes linhas estratégicas, que abarcam, por exemplo, projetos de mobilidade sustentável e transição energética.

‘Entendemos que es importante que la administración ponga recursos para hacer universal este conocimiento, apoyos técnicos para que la gente pueda desarrollar sus proyectos económicos, aquí si que apostamos claramente para tener digamos una gestión cooperativa de recursos públicos (E1).

A relação dos Centros Cívicos também é interessante; seguem o modelo de gestão cívica em que, se existe um acordo entre a maior parte dos grupos representativos de um distrito ‘y si hay un proyecto que se presenta que es sin ánimo de lucro, representativo del territorio y abierto’ (E4) pode-se fazer uma atribuição direta da gestão. Este é o caso do Cotxeres de Sants, que depois de quase 40 anos passou a ser administrado por entidades do bairro, e da Lleialtat Santsenca. Ambos recebem subvenções e tem que apresentar anualmente seus pressupostos, mas a gestão do espaço é feita por agrupações de entidades do bairro, ainda que de maneiras distintas.

Sants tornou-se tão diverso em experiências comunitárias que em uma mesma rua é possível observar três formas distintas de gestão de espaços públicos. Em um extremo, está Can Batlló ‘que es un espacio no 100%, pero casi al 100% de autogestión (...) sin los militantes, voluntarios (...) que se han encargado de abrir el bar de Can Battló (...) pues el café está cerrado’ (E4). Em outro extremo, está Cotxeres de Sants, que por mais que hoje seja de gestão associativa é ‘un centro cívico con un funcionamiento más tradicional, (...) la gente la participación que tiene es más como usuario’ (E4).

No meio está a Lleialtat Santsenca, um consórcio público-cooperativo-comunitário, que amplia espaços de participação e materializa uma nova forma de gestão. É, por um lado, um equipamento

público, subvencionado pelo Estado e a serviço do bairro, por outro é também um ‘proyecto de proyectos’ (E4), em que as suas diretrizes e seus usos vão se construindo coletivamente, por meio do diálogo e decisão em assembleia. O fato de ser um Centro Cívico aberto ao bairro com equipe própria, facilita a aproximação de pessoas menos militantes com perfis bastante diversos (imigrantes, jovens, sêniors). Em contrapartida, ter em sua gestão entidades de economia solidária, com perfil político-militante, faz com que pautas mais críticas sejam abordadas, suscitando amplos debates, por exemplo sobre consumo responsável, que chegam a mais gente, pessoas em quem não chegariam, com efeito pedagógico e dando maior visibilidade às entidades e à economia solidária.

‘Lo que está facilitando es que haya más gente activa, más gente implicada en el día a día de pensar el barrio’ (E4). Sua gestão comunitária implica atenção genuína às necessidades do bairro e recuperação do controle social de espaços de sociabilidade. Promove o equilíbrio de usos entre as diversas entidades – culturais, educativas e cooperativas – e vicinário, sendo seu uso gratuito caso sejam atos abertos ou caso sejam propostas atividades em retorno. Além disso, ao ‘crear cohesión interna con todas estas entidades, facilitar espacios de relación, pero también externos con el barrio’ (E4), acaba por promover a interlocução entre associações e cooperativas do bairro e ‘la relación entre los distintos colectivos de la economía solidaria es un reto bastante importante’ (E7).

A dificuldade de comunicação, que manifesta-se por vezes internamente, entre distintos tipos de entidade da ESS, que ‘cuestan salir un poco del círculo’ (E10), é ainda mais aguda externamente, no diálogo entre as entidades da economia solidária e as distintas esferas administrativas. ‘Parece que nosotros hablamos un idioma y ellos otro’, afirma um dos participantes durante o debate na FESC. ‘Cuando trabajas en ámbitos administrativos que no están vinculados específicamente este tema a la práctica, no hay un conocimiento sobre lo que es la economía social y solidaria (...) en general no hay una diferenciación entre que representas tú y una empresa convencional’ (10).

Se espaços como a Lleialtat Santsenca apontam para novas dinâmicas de participação e controle social, ainda existe um longo caminho a ser percorrido no sentido de uma real democratização da administração pública. ‘La administración debería ser transformada mucho más radicalmente de lo que se está pasando en Barcelona o en Cataluña, que había que democratizar mucho más el Estado (...) y sobre todo deberían tener mucho más fuerza todo que generamos por decisiones populares del común’ (E1). É necessário um processo ambivalente em que, por um lado, o Estado seja uma ‘herramienta para quitarle el poder al mercado capitalista’ e, por outro, sejam conduzidos processos de democratização ‘para quitarle este poder del Estado tan vertical’ (E1).

Em uma frente, algumas ações importantes para uma maior democratização da administração foram apontadas pelos entrevistados e durante participação em debates: ampliar parcerias público-cooperativo-comunitárias e dar visibilidade a esse modelo; subvenções a longo-prazo que permitam maior sustentabilidade aos projetos; jornadas de formação para técnicos e para a burocracia estatal,

ampliando sinergias com a ESS; redefinir modelos de concurso público que não priorizem critérios económicos, mas de conduta social; maior financiamento com garantia de autonomia aos projetos; facilitar o acesso a licitações públicas para pequenas entidades, partindo licitações e favorecendo entidades de bairro; fazer valer cláusulas sociais em licitações; elevar ateneos a condição de serviço público de interesse geral; ampliar programas sociais; discutir planos de desenvolvimento nos bairros e com entidades de bairro; criar barreiras ao mercado capitalista; aumentar abertura política à ESS.

Essas ações, por parte das administrações, levariam ao aprofundamento da participação na esfera pública e democratização da esfera redistributiva, um caminho possível para que autoridades estimulem transformações sociais que complementem e fortaleçam o trabalho realizado na base pela economia solidária. No entanto, para que sejam transformações eco-sociais, uma estratégia compartilhada mais substancial faz-se necessária, tanto para aumentar a conscientização ambiental quanto para somar esforços entre campo e cidade e entre economia solidária, comunidade e governo, já que o atual sistema produtivo capitalista tem se mostrado muito resistente a mudanças.

Assim, em outra frente, com respeito à crise ambiental, foram debatidas como possíveis medidas para transição eco-social: construir comunidades energéticas locais para soberania energética; fomentar a transição agroecológica visando a soberania alimentar, com aumento do acesso a terra pela expropriação para produção agroecológica; compras públicas de produtos agroecológicos; renda básica agrária e maior coresponsabilidade entre urbano e rural, reforçando os vínculos e a solidariedade; criar selos e certificações que reconheçam a produção agroecológica no mercado; ajustar o modelo de produção e consumo para sustentabilidade, desmonetizar grandes empresas com relação a apoios e subvenções fiscais; impulsionar uma revolução do mercado.

Como questiona Jordi Garcia durante a FESC, porque não 'Objetivos do Decrescimento Sustentável'? Para transformação eco-social é necessário pensar em reduzir a economia e melhorar sua capacidade de servir a necessidades. Criar, também, uma agenda comum aos movimentos sociais e entidades da ESS com lutas e objetivos compartilhados: pobreza zero e proteção social que supra necessidades básicas; visão ética feminista que valorize e reconheça o cuidado; soberania alimentar; ajustar o sistema de produção e modelo de consumo para a sustentabilidade, 'como consumimos e quem são nossos consumidores?'; democratização digital; transformar indústrias e cidades, políticas de desindustrialização e transição do emprego, 'trabalhar todos, trabalhar menos e repartir riquezas'.

Para concluir, de facto, em Sants 'tenemos un tanto de utopías, pues evidentemente nos imaginamos un barrio con unos proyectos interconectados de viviendas, de trabajo, de consumo, de espacios colectivos, comunales, de otro tipo de urbanismo, hasta todo, pensamos que hay que transformar físicamente el conjunto de la ciudad, de forma más colectiva, más ecológica, donde no haya pobreza. Entonces estas utopias, de alguna forma, forman el embrión de algo que ya estamos desarrollando, en un nivel pequeño, pero que de momento puede inspirar un amanecer' (E1).

CAPÍTULO 5

Conclusões

Se neste trabalho defende-se o uso do conceito de transformação eco-social para suplantar a utilização do conceito de desenvolvimento – oferecendo em seu lugar uma perspectiva que é indissociável de seu caráter social e ecológico e flexível o bastante para acomodar distintas formas de atuação –, dentro dos circuitos de economia solidária o uso da ‘transformação eco-social’ já é uma realidade. Em uma série de materiais de divulgação coletados na FESC para análise (folhetos, panfletos, folders, jornais e uma revista), não houve nenhum em que aparecesse o termo ‘desenvolvimento’, ou seja, desenvolvimento em catalão. Em contrapartida, ‘transformació social’, ‘transformació ecosocial’, ‘transició ecosocial’, ‘consum transformador’ e ‘finances transformadores’ apareceram diversas vezes; quase todos os materiais continham alguma dessas expressões.

A penúltima edição da revista NEXE, por exemplo, publicação de referência com 23 anos de existência que fomenta debates, reflexões e propostas importantes para a consolidação e evolução da economia social e solidária, é toda dedicada a ‘transició ecológica’, e à ‘transição para uma outra vida possível’ (Nexe, 2021). Onde começa-se a projetar o futuro, o termo ‘desenvolvimento’ parece mesmo ter ficado para trás, preso aos arcaicos modelos de planejamento municipal exógenos aos bairros e à parte de toda essa energia de transformação.

É importante, para concluir, que voltemos uns passos atrás para recuperar a definição aqui proposta, em que o conceito de transformação eco-social designa *processos que alteram fundamentalmente as práticas existentes de gestão dos fluxos e dos recursos planetários e recriam modos de sociabilidade, de ação e organização político-social, indo além de ajustes incrementais ao romper com os principais pilares de sustentação do atual sistema de exploração patriarcal capitalista.*

A recuperação desta definição permite avançar na direção das respostas às duas perguntas de partida propostas nesta dissertação.

- *De que forma a economia solidária pode contribuir para a transformação eco-social?*
- *E qual é o papel da economia solidária para a reconstrução imaginária de Sants?*

Vale salientar que esta definição foi elaborada antes da realização das entrevistas e, portanto, não foi condicionada por elas. Nas entrevistas, no entanto, buscou-se captar os elementos presentes nesta definição, mas com perguntas bastante genéricas, abrindo espaço para inferências a partir de informações inesperadas.

Já que esta definição engloba diferentes aspectos, começa-se por identificar os elementos que a compõe. O primeiro deles seria ‘alterar fundamentalmente as práticas existentes de gestão dos fluxos e recursos’, neste sentido, a economia solidária contribui tanto pela reconfiguração da economia, na qual os termos de troca já não são mais limitados pelo valor de mercado, recuperam seu valor de uso e a dimensão não-monetária, além de fomentar práticas de mancomunar recursos ou compartilhar postos de trabalho entre entidades que cria valor compartilhado.

A preocupação com a transição energética e com comunidades energéticas locais com intuito de garantir a soberania energética também aponta para posição de vanguarda em um ponto crucial para a transformação eco-social. A produção agroecológica, que respeita a sazonalidade e contribui para recuperação de espécies também é fundamental para soberania alimentar, no entanto, seu maior contributo até então parece ser a ressignificação do consumo para o consumo consciente e responsável, que valoriza o comércio de proximidade, KMO, ‘la manera más sostenible posible’ (E6). Romper com a obsessão consumista e diminuir os impactes do consumo é essencial para a transição.

Um segundo aspecto da definição diz respeito a recriar ‘modos de sociabilidade’. A economia solidária, como uma economia pela vida, coloca as pessoas no centro da sua atividade; uma economia de pessoas para pessoas. Isso implica valorar todas as ações em termos das implicações que tem na vida dos outros, contrapondo o modo de produção capitalista alienante em que trocas são valoradas apenas em termos de produtos e não das relações que produzem e sustentam. O fato também de ser uma economia atrelada ao território permite recriar outras formas de relacionamento, mais próximas e humanas. Neste quesito a intercooperação, um dos eixos centrais da economia solidária, é um elemento profundamente transformador, subvertendo a lógica de competição dos mercados e transbordando a solidariedade interna para o tecido social.

A ética e os valores que direcionam a atuação das entidades da economia solidária, como a valorização do cuidado, permite, no âmbito do mercado, retirar sectores e coletivos da invisibilidade, como o sector de limpeza e cuidados e os imigrantes; no âmbito interno, permite a conciliação entre vida pessoa e vida profissional, trabalho e família e contribui para o desenvolvimento pessoal através da melhora das capacidades de comunicação, escuta, atenção, autocuidado e resolução de conflitos.

O terceiro elemento consiste em recriar ‘a ação’. Aqui o ponto de partida é o aprofundamento da visão crítica orientada para ação. Neste tópico há uma intersecção com o ‘modus operandi’ dos movimentos sociais, que também perpetuam-se pela incorporação de novos debates e novas lutas. A economia solidária tem capacidade didático-pedagógica, sempre buscando novas questões, debates e espaços de diálogo, assim como, estimula a auto-reflexão, tanto no nível das redes, quanto das entidades e das pessoas. Em todos os debates que estive, tanto na FESC quanto em Can Batlló, foram conversas dinamizadas pelas próprias entidades para compartilhar suas percepções, boas práticas e dificuldades, a fim de encontrar pontos em comum em que pudessem se ajudar e também realizar

um balanço do ‘estado de coisas’ da economia solidária, orientando-se para onde seguir. A abertura desses momentos de diálogo com pessoas de outras regiões, as vezes até de outros países, permite a construção de redes mais amplas de solidariedade.

O quarto aspecto da definição é recriar formas de ‘organização político-social’ e neste âmbito a economia solidária é bastante subversiva. Desde o modelo de autogestão, apropriado da economia social, mas que ganha atuação mais política e com compromisso social – ao invés do enfoque na autoajuda interna, até as suas formas de gestão comunitária, cooperativa ou coletiva de espaços públicos que permitem ressignificar o entendimento do que é o público. A final o que é o público? É o fim de uma luta social em que ganha-se o direito de usufruir de algo que o Estado controla? Ou é um espaço ou bem que possa ser gerenciado pelas pessoas que dele usufruem? A luta pela democratização faz avançar a economia solidária e é essencial para a recuperação do controle popular e transformação eco-social.

Por fim, o último elemento da definição é o rompimento ‘com os principais pilares de sustentação do atual sistema de exploração patriarcal capitalista’. Nesse aspecto, a economia solidária tem, quiçá, maior poder transformador que qualquer outra forma de economia alternativa existente. Suas práticas configuram reais reconfigurações de realidades pós-capitalistas pela ressignificação dos três pilares base do capitalismo: salários, propriedade e juros. Devolvem a eles função social ao defini-los em termos de necessidades. A perspectiva feminista, em outra frente, ajuda a contestar a estrutura patriarcal de exploração. Sua abertura para a diversidade e a atenção aos imigrantes também contribui para contraposição ao modelo capitalista, que marginaliza os extratos mais vulneráveis da população e continua a reproduzir relações de exploração sob neocolonialismos.

Assim, é possível afirmar que pelo menos no nível micro a economia solidária contribui para a transformação eco-social no território. A ampliação do seu alcance dependerá de sua capacidade de criar redes amplas e atrair mais gente e também de articular tanto com movimentos sociais quanto com os diferentes níveis da administração pública. Que configura-se como uma aposta na direção de um outro mundo, é inegável, e que esse mundo é provado ser possível diariamente, também.

Quanto à segunda pergunta, sobre qual foi o papel da economia solidária para a reconstrução imaginária de Sants, fica clara que a valorização do espaço e, com isso, o fortalecimento da conexão com território são seus principais eixos motores, que, por sua vez, implicam no estabelecimento e aprofundamento de relações sociais que resultam em uma identidade local e comunitária com maior reconhecimento e identificação.

Neste sentido o papel tanto da interlocução com movimentos sociais, quanto de recuperação da memória do bairro contribuiu para a construção desse imaginário cultural e para o fomento de uma

identidade coletiva. Nessa perspectiva, este processo de reconstrução imaginária nos aponta caminhos e elementos chaves para expandir a economia solidária para outras localidades.

É claro que não se pode reconstruir 150 anos de luta em qualquer outro território, mas todos nós temos uma ancestralidade guerreira e resiliente, senão não estaríamos aqui, livres como estamos. Nesse caso, o que importa é quais ‘artefatos’ da memória ‘escavamos’ e com que propósito, quais pontos da memória decide-se recuperar. O objetivo, no entanto, deve ser sempre futuro, trazer a memória para que ela sirva para nos mover para frente, na direção de um futuro melhor. Articular essa memória no território, entre pessoas e movimentos.

A articulação entre diversos movimentos sociais é outro aprendizado importante em vista da história de Sants. Não se constrói a própria realidade sem resistir à imposições externas, à processode de conformação e dominação. Nesse sentido, a economia solidária, pela sua abertura ao diálogo e criar espaços de reflexão, pode ser uma arena para articulação para diversos movimentos sociais, ajudando a constriuir subjetividades e fortalecer posições contra-hegemonicas. Tanto aprender quanto ensinar em associação com movimentos de base, nutrir-se de sua força política e dotá-los de ferramentas económicas.

A economia solidária aponta ainda um caminho interessante para uma ‘reconfiguração’ ontológica dos seres humanos. Vivemos um momento em que a violência, a mentira e falta de respeito são sobre-valorizadas, perceber que existem maneiras alternativas de se viver, de se relacionar e que estas formas aprofundam relações de cuidado, faz reviver a esperança na humanidade. O ‘homem novo’ não está para vir, ele está dentro da humanidade, só precisa de condições para que possa florescer. A emancipação humana passa por uma reeducação ética, em que a indissociação entre prática económica e valores éticos pode contribuir a induzir.

Finalmente, a economia solidária nos lembra que utopias não são quimeras nem sonhos, ou melhor, não são só sonhos, são também ação. A ação crítica e reflexiva – como estimula a economia solidária – é a ação capaz de transformar, se não o mundo, ao menos a realidade do seu entorno e, de entorno em entorno, quem sabe um dia se chega lá. Sim, ‘[a]s utopias voltarão porque precisamos imaginar como salvar o mundo’.

Referências Bibliográficas

- Acosta, A. (2012) 'The Buen Vivir – An Opportunity to Imagine Another World', em *Inside a champion An Analysis of the Brazilian Development Model*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, pp. 192–210.
- Alcoreza, R. P. (2010) *La revolución mundial del vivir bien*. Quito: Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo, pp. 1–3.
- Aleixo, A. S. M. D. F. (2004) *Da Economia Social para a Economia Solidária*, tese de mestrado, Mestrado em Economia Social e Solidária, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Amaro, R. R. (2003) 'Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria', *Cadernos de Estudos Africanos*, (4), pp. 1–33. doi:[10.4000/cea.1573](https://doi.org/10.4000/cea.1573).
- Amaro, R. R. (2009) 'A Economia Solidária da Macaronésia – Um Novo Conceito', *Revista de Economia Solidária*, 1(1), pp. 11–29.
- Amaro, R. R. (2017) 'Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!', *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), pp. 75–111. doi:[10.4000/cea.2335](https://doi.org/10.4000/cea.2335).
- Anderson, B. (2006) "'Transcending Without Transcendence": Utopianism and an Ethos of Hope', *Antipode*, 38(4), pp. 691–710. doi:[10.1111/j.1467-8330.2006.00472.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2006.00472.x).
- Andrade, D. P. (2019) 'Neoliberalismo. Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade', *Novos Estudos CEBRAP*, 38(1), pp. 109-135.
- Asher, K. e Wainwright, J. (2018) 'After Post-Development: On Capitalism, Difference, and Representation', *Antipode*, 51(1), pp. 25–44. doi:[10.1111/anti.12430](https://doi.org/10.1111/anti.12430).
- Azambuja, L. R. (2009) 'Os Valores da Economia Solidária', *Sociologias*, (21), pp. 282–317. doi:[10.1590/S1517-45222009000100012](https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100012).
- Batista, P. N. (1994) 'O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos', *PEDEX Caderno Dívida Externa*, (6), PEDEX, p. 1-36.
- Bauman, Z. (2003) 'Utopia with no Topos', *History of the Human Sciences*, 16(1), pp. 11–25. doi:[10.1177/0952695103016001003](https://doi.org/10.1177/0952695103016001003).
- Brasil, M. S. (2009) 'A dimensão utópica da economia solidária. Contribuições para o debate', em *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología.*, Buenos Aires, pp. 1–12.
- Brasil, M. S. (2011) 'A produção social das utopias: uma análise a partir da economia solidária', tese de doutoramento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Brau, L. (1974) 'Salvem Sants dia a dia...', *Cuadernos de arquitectura y urbanismo*. 101st edn, pp. 53–54.
- Braun, V. and Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). pp. 77-101. ISSN 1478-0887 Available from: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735>
- Brundtland, G. (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. United Nations General Assembly document A/42/427.
- Capra, F. (2005). 'Speaking nature's language: Principles of sustainability', em Z. Barlow and M. K. Stone (eds.) *Ecological literacy*. San Francisco: Sierra Club Books.
- Capra, F. (2006) *La trama de la vida. Una nueva perspectiva de los sistema vivos*, 6ª ed, Barcelona: Editorial Anagrama, pp. 359.
- Capra, F. (2007) 'Sustainable Living, Ecological Literacy, and the Breath of Life', *Canadian Journal of Environmental Education*, 12, p. 9-18.

- Capra, F. e Jakobsen, O. D. (2017) 'A conceptual framework for ecological economics based on systemic principles of life', *International Journal of Social Economics*, 44(6), pp. 831–844. doi:[10.1108/IJSE-05-2016-0136](https://doi.org/10.1108/IJSE-05-2016-0136).
- Cardoso, F. J. (2017) 'O Desenvolvimento sem Norte nem Sul', *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), pp. 13–30. doi:[10.4000/cea.2270](https://doi.org/10.4000/cea.2270).
- Castles, S. (2001) 'Studying Social Transformation', *International Political Science Review*, 22(1), pp. 13–32. doi:[10.1177/0192512101221002](https://doi.org/10.1177/0192512101221002).
- Cooper, D. (2014) *Everyday Utopias: the conceptual life of promising spaces*. Durham: Duke University Press.
- Coraggio, J. L. (2002) 'La propuesta de economía solidaria frente a la economía neoliberal', em *Conferencia sobre Economía Solidaria dentro del Eje I: La producción de riquezas y la reproducción social, del Foro Social Mundial*, Porto Alegre, pp. 1–10.
- Coraggio, J. L. (2012) 'Las três corrientes vigentes de pensamiento y acción dentro del campo de la Economía Social y Solidaria (ESS). Sus diferentes alcances.', em *Hacia Otra Economía. Teoría y práctica de la economía social y solidaria en América Latina*. Instituto del Conurbano.
- Coraggio, J. L. (2020) 'Nro. 1 Economía social y economía popular: Conceptos básicos', *Contribuciones de Consejos, Consejo Consultivo INAES*, p. 1-15.
- Costa, M. F. T. C. (2009). A utopia na perspectiva de Ernst Bloch, *Encontro Nacional da ABRAPSO*, XV, 2009.
- Crespo, B. and Sabín, F. (2014) 'Los mercados sociales. La economía solidaria en acción transformadora', *Documentación Social*, (174), pp. 95–116.
- Dalmau, M. (2018) *Gráfica Cooperativa en Barcelona. Iconografía del Cooperativismo Obrero (1875-1939)*. Barcelona: Marge Books (Montaber).
- Daly, T. e Kumar, M.S. (2016) 'Development: the story of an Idea', em T. Daly, C. Regan, C. Regan (eds.) *80-20 Development in an Unequal World. 80:20 Educating and Acting for a Better World and the New Internationalist*.
- Dash, A. (2014) 'Toward an Epistemological Foundation for Social and Solidarity Economy', *UNRISD Occasional Paper: Potential and Limits of Social and Solidarity Economy*, (3), pp. 1–22.
- Defourny, J. (2013) 'Economía social', em *Diccionario de la Otra Economía*. 2ª ed. Provincia de Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, pp. 163–168.
- Degen, M. e García, M. (2012) 'The Transformation of the "Barcelona Model": An Analysis of Culture, Urban Regeneration and Governance: The cultural transformation of the "Barcelona model"', *International Journal of Urban and Regional Research*, 36(5), pp. 1–17. doi:[10.1111/j.1468-2427.2012.01152.x](https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2012.01152.x).
- Duran, D. C., Artene, A., Gogan, L. M., Duran, V. (2015) 'The Objectives of Sustainable Development - Ways to Achieve Welfare', *Procedia Economics and Finance*, 26, pp. 812–817. doi:[10.1016/S2212-5671\(15\)00852-7](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)00852-7).
- Elsen, S. (2018) *Eco-Social Transformation and Community-Based Economy*, London: Routledge, pp.132.
- Emmanuel, J. A. (2020) *La anarquía explicada a los niños*. 1ª ed. Libros del Zorro Rojo.
- Eriksen, T. H. (2013) 'Globalization', in T. Hart, J.L. Laville and A.D. Cattani (eds.) *The Human Economy. A citizen's guide*, Cambridge: Polity, p. 2-31.
- Eriksen, T. H. (2016) 'Overheating: the world since 1991', *History and Anthropology*, 27(5), pp. 469–487. doi:[10.1080/02757206.2016.1218865](https://doi.org/10.1080/02757206.2016.1218865).
- Escobar, A. (1992) 'Imagining a Post-Development Era? Critical Thought, Development and Social Movements', *Social Text*, (31/32), p. 20-56. doi:[10.2307/466217](https://doi.org/10.2307/466217).
- Espelt, R. e de Azevedo, F. F. (2018) 'Evolución e impacto de la economía social y solidaria en Brasil y Cataluña: dos perspectivas complementarias', em *XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista*, Barcelona, pp. 1–22.

- Esteva, G. (2012) 'Regenerar el tejido social de la esperanza', *Polis (Santiago)*, 11(33), pp. 175–194. doi:[10.4067/S0718-65682012000300008](https://doi.org/10.4067/S0718-65682012000300008).
- Esteva, G. e Prakash, M. S. (1998) 'Beyond Development, What? (Au-delà du développement, qu'y-a-t-il? / Além do desenvolvimento, o que acontece? / Mas allá del desarrollo, ¿Cómo?)', *Development in Practice*, 8(3), pp. 280–296.
- Estivill, J. (2009a) 'Espacios públicos y privados. Construyendo diálogos en torno a la Economía solidaria', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, pp. 101–113.
- Estivill, J. (2009b) 'Navegando por los Mares de la Economía Social y Solidaria. Existe un Rumbo Mediterráneo?', *Revista de Economía Solidária*, 1(1), pp. 71–87.
- Estivill, J. et al. (2013) *Economia solidària per a una Catalunya lliure*. 1ª ed. Barcelona: Icaria.
- Estivill, J. (2018a) *Invitació a l'Economia Solidària. Una visió des de Catalunya*. 1ª ed. Barcelona: Pol•len.
- Estivill, J. (2018b) 'L'économie solidaire. Utopie du possible', *Les Politiques Sociales*, pp. 58–64.
- Estivill, J. (2018c) 'Pròleg: Una mirada de l'economia solidària sobre la ciutat', em *Ciutats cooperatives. Esbossos d'una altra economia urbana*. Barcelona: Icaria, pp. 9–17.
- Estivill, J. (2020) 'La economía colectivizada en cataluña durante la guerra civil'. Barcelona.
- Estivill, J. e Dalmau, M. (2020) 'L'estat de la qüestió sobre la història de l'economia social i solidària', em *La Catalunya associada (1868-1938)*. R. Arnabat, M. Duch, A. Gevaldà (coords.). València: PUV, pp. 257–292.
- Etxarri, E. E., Aldanondo, L. G. e de Mendiguren, J. C. P. (2008) '¿De qué hablamos cuando hablamos de Economía Social y Solidaria? Concepto y nociones afines', em *XI Jornadas de Economía Crítica*, Bilbao, pp. 1–26.
- Ferguson, J. (2005) 'Decomposing Modernity: History and Hierarchy after Development', in A. Loomba, S. Kaul, M. Bunzl, A. Burton and J. Esty *Postcolonial Studies and Beyond*, Durham: Duke University Press, pp. 512.
- Ferreira, B. and Raposo, R. (2017) 'Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico', *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), pp. 113–144. doi:[10.4000/cea.2293](https://doi.org/10.4000/cea.2293).
- Foucault, M. (1966) 'Utopias y Heterotopias', *Conferencias radiofónicas el 7 y el 21 de diciembre de 1966, en France-Culture*, [Consultado em 18 de agosto de 2021]. Disponível em http://hipermedula.org/wp-content/uploads/2013/09/michel_foucault_heterotopias_y_cuerpo_utopico.pdf
- Foucault, M. (1978) *The History of Sexuality*. Vol. 1: An Introduction. New York: Random House.
- França, G. C. (2012) 'Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais', *BAHIA ANÁLISE & DADOS*, 12(1), pp. 9–19.
- Garau, M. (2020) 'El desenvolupament del cooperativisme a la Catalunya urbana', em *La Catalunya associada (1868-1938)*. R. Arnabat, M. Duch, A. Gevaldà (coords.). València: PUV, pp. 105–120.
- Garcia, J. (2012) 'El olmo de la economía solidária', *Mientrastanto*, pp. 1–12.
- Garcia, J. (2016) 'La economía del futuro debe ser social y solidaria', *Oikonomics*, (6), pp. 56–64. doi:[10.7238/o.n6.1607](https://doi.org/10.7238/o.n6.1607).
- Generalitat de Catalunya (2020) *Bases de la Llei d'economia social i solidària. Impuls d'un marc normatiu que reconegui l'economia social i solidària i la seva voluntat per transformar l'economia*.
- Guareschi, N. (1997) 'Ideologia e discurso', *Educação & Realidade*, 22(2), p. 165-185.
- Gudynas, E. (2011) 'Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo', *América Latina en Movimiento*, ALAI, (462), pp. 1–20.
- Guerra, P. (2020) 'De la economía social y la economía solidaria a las economías'. Documento de Trabajo N. 19.
- Haq, M. (1995) *Reflections on Human Development*, New York: Oxford University Press, pp. 288.
- Hay, C. e Rosamond, B. (2002) 'Globalization, European integration and the discursive construction of economic imperatives', *Journal of European Public Policy*, 9(2), pp. 147–167. doi:[10.1080/13501760110120192](https://doi.org/10.1080/13501760110120192).

- Hobsbawm, E. (1995) *Era dos Extremos: o Breve Século XX*, São Paulo: Companhia das Letras, pp. 632.
- Huertas, T. M. M. (2009) *“La espuma que golpea a las puertas de la ciudad” Movimientos Sociales Urbanos en Barcelona [1964-1986]*, tese de mestrado, Mestrado de Teoría e Historia de la Arquitectura. UPC.
- Huertas, M. T. M. (2014) *Hacia la ciudad inclusiva. Prácticas sociales urbanas en Barcelona, 1969-1979*, tese de doutoramento, UPC, Departamento de Composició Arquitectònica. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2117/95394>.
- Latouche, S. (2009) *Pequeno tratado do decrescimento sereno*, São Paulo: WMF Martins Fontes, pp. 170.
- Latour, B. (2014) ‘On some effects of capitalism’, *aula magna na Royal Academy*, Copenhagen, pp. 1–13.
- Laville, J.-L. (2009) ‘L’économie solidaire dans le débat théorique’, *Revista de Economia Solidária*, 1(1), pp. 31–68.
- Laville, J.-L. (2013) ‘Economía solidaria’, em *Diccionario de la Otra Economía*. 2ª ed. Provincia de Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, pp. 169–177.
- Lawson, M., Macías Aymar, I. e Alejo Vázquez Pimentel, D. (2018) *Reward Work, Not Wealth: To end the inequality crisis, we must build an economy for ordinary working people, not the rich and powerful*. Oxfam. doi:[10.21201/2017.1350](https://doi.org/10.21201/2017.1350).
- Levitas, R. (2005) ‘THE IMAGINARY RECONSTITUTION OF SOCIETY or why sociologists and others should take utopia more seriously’, *Inaugural Lecture University of Bristol*, 24 October 2005.
- Levitas, R. (2007) ‘Looking for the blue: The necessity of utopia’, *Journal of Political Ideologies*, 12(3), pp. 289–306. doi:[10.1080/13569310701622184](https://doi.org/10.1080/13569310701622184).
- Levitas, R. (2013a) ‘Some Varieties of Utopian Method’, *Irish Journal of Sociology*, 21(2), pp. 41–50. doi:[10.7227/IJS.21.2.3](https://doi.org/10.7227/IJS.21.2.3).
- Levitas, R. (2013b) *Utopia as method: the Imaginary Reconstitution of Society*, London: Palgrave Macmillan, pp. 268.
- Lewis, M. (2007) ‘Constructing a Sustainable Future: Exploring the Strategic Relevance of Social and Solidarity Economy Frameworks’, *Constructing a Sustainable Future*, pp. 1–14.
- Löwy, M. (2013) ‘Ecosocialismo: hacia una nueva civilización’, *Herramienta: Marxismo Ecológico*, 42, p. 55-61.
- Machado, J. G. R. e Pamplona, J. B. (2008) ‘A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD’, *Economia e Sociedade*, 17(1), pp. 53–84. doi:[10.1590/S0104-06182008000100003](https://doi.org/10.1590/S0104-06182008000100003).
- Mance, E. A. (1994) ‘Subjetividade, Imaginários e Utopias’, in *Semana Social da CNBB*. Curitiba.
- Mance, E.A. (1998) ‘A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como Uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual.’, *CEPAT - Informa*, 4(46), pp. 10–19.
- Marín, D. (2010) ‘Memòria Cooperativa, un estel en la lluita contra l’oblit’, em *Les Cooperatives Obreres de Sants. Autogestió proletària en un barri de Barcelona (1870-1939)*. Barcelona: La Ciutat Invisible Edicions (Memòria Cooperativa), pp. 15–17.
- Martinez-Alier, J. (2015) ‘Economia Ecológica’, in *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, entry 91008
- Michaelis (2021a) ‘Desenvolvimento’ no Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa [em linha], São Paulo: Editora Melhoramentos, [Consultado em 18 de agosto de 2021]. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desenvolvimento/>
- Michaelis (2021b) ‘Metamorfose’ no Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa [em linha], São Paulo: Editora Melhoramentos, [Consultado em 18 de agosto de 2021]. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/metamorfose/>
- Michaelis (2021c) ‘Transformação’ no Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa [em linha], São Paulo: Editora Melhoramentos, [Consultado em 18 de agosto de 2021]. Disponível

em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/transforma%C3%A7%C3%A3o/>

- Midgley, J. (1995) *Social development: the developmental perspective in social welfare*. London: Sage.
- Miró, I. (2010) 'El quart impuls. Cooperativisme, Treball immaterial, Creativitat, Territori', *Nexe*, pp. 5–12.
- Miró, I. (2018) *Ciutats cooperatives. Esbossos d'una altra economia urbana*. Barcelona: Icaria.
- Miró, I. e Dalmau, M. (2010) *Les Cooperatives Obreres de Sants. Autogestió proletària en un barri de Barcelona (1870-1939)*. Barcelona: La Ciutat Invisible Edicions (Memòria Cooperativa).
- Miró, I. e Fernández, A. (2016) *La Economía Social y Solidaria en Barcelona*. Barcelona: Marge Books.
- Moreira, S. B. e Crespo, N. (2012) 'Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento', *Revista de Economia*, 38(2). doi:[10.5380/re.v38i2.29899](https://doi.org/10.5380/re.v38i2.29899).
- Moyo, D. (2009) *Dead Aid. Why aid is not working and how there is a better way for africa*, New York: Farrar, Straus and Giroux, pp. xx, 188.
- Neuhäuser, C., (2018). TINA. *Krisis Journal for Contemporary Philosophy* [em linha]. **2**, 157–161. Disponível em: <https://archive.krisis.eu/tina/>
- Nexe (2021). *Transició ecològica*. Primavera-Estiu (46).
- Nielsen, L. (2011) 'Classifications of Countries Based on their Level of Development: How it is Done and How it Could Be Done', *IMF Working Papers*, 11(31), p. 1-45. doi:[10.5089/9781455216789.001](https://doi.org/10.5089/9781455216789.001).
- Nogueira, S. (2013). Você sabe qual é a origem da palavra economia? [em linha], *G1*, [Consultado em 12 de agosto de 2021]. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/blog/dicas-de-portugues/post/voce-sabe-qual-e-a-origem-da-palavra-economia.html>
- Novy, A. (2001) 'Unmasking globalisation: From rhetoric to political economy - the case of Brazil', *Cambridge Review of International Affairs*, 14(2), pp. 290–307. doi:[10.1080/09557570108400375](https://doi.org/10.1080/09557570108400375).
- ONU (2020) *Inequality in a rapidly changing world*. World Social Report, pp. 18.
- Peck, J. e Tickell, A. (2002) 'Neoliberalizing Space', *Antipode*, 34(3), pp. 380–404. doi:[10.1111/1467-8330.00247](https://doi.org/10.1111/1467-8330.00247).
- Pereira, J. M. M., (2017). Metamorfoses da política de ajuste estrutural do Banco Mundial (1980-2014), *Sociologias* [em linha], **19**(44), 390–422, [Consultado em 13 de agosto de 2021]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/868/86851150022/html/>
- Polanyi, K. (2000) *A Grande Transformação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, pp. 349
- Raworth, K. (2017) 'Why it's time for Doughnut Economics', *IPPR Progressive Review*, 24(3), p. 216-222. doi: 10.1111/newe.12058
- Razeto, L. (2010) '¿Qué es la economía solidaria?', *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, (110), pp. 47–52.
- Razeto, L. (2012) 'Economía solidaria para una vida nueva, para un buen vivir', em *Retos y Estrategias para la Consolidación de la Economía Popular y Solidaria y del Sector Financiero Popular y Solidario*. VI Encuentro Nacional de RENAFIPSE, Quito, p. 1-15. Disponível em: <http://www.luisrazeto.net/content/econom%25C3%25AD-solidaria-para-una-vida-nueva-para-un-buen-vivir>.
- Rist, G. (2010) 'Is "Development" a Panacea? How to Think beyond Obsolete Categories', *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*, 30(3–4), pp. 345–354. doi:[10.1080/02255189.2010.9669304](https://doi.org/10.1080/02255189.2010.9669304).
- Rodrigues, M. N. (2018) *O ciclo dos protestos anticapitalistas globais: dos zapatistas ao Ocupa Sampa*, tese de mestrado, Pós-graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo.
- Singer, P. (2003) 'Entrevista com Paul Singer', *Revista Gerenciais*, 2, pp. 3–5.

- Soares Jr, J. e Quintella, R. H. (2008) 'Development: an analysis of concepts, measurement and indicators', *BAR - Brazilian Administration Review*, 5(2), pp. 104–124. doi:[10.1590/S1807-76922008000200003](https://doi.org/10.1590/S1807-76922008000200003).
- Souki, L.G. (2017) 'Movimento libertário em Barcelona, o lado invisível', em *Cidade e História. XV11 ENANPUR*, São Paulo.
- Sousa Santos, B. de (2020) 'The Alternative to Utopia Is Myopia', *Politics & Society*, 48(4), pp. 567–584. doi:[10.1177/0032329220962644](https://doi.org/10.1177/0032329220962644).
- Suriñach, R.S. (2017) *Las economías transformadoras de Barcelona*. Barcelona: Marge Books (Montaber).
- Torres, J. (2015) *El capitalismo en crisis: del crash de 1929 a la actualidad*. Madrid: Anaya.
- UNDP (1990) 'Human Development Report', [Consultado em 18 de agosto de 2021]. Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf.
- Veiga, J. E. (2005) O Prelúdio do Desenvolvimento Sustentável. *CAVC, Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento*, p. 243-266.
- Wallerstein, I. (1974) 'Dependence in an Interdependent World: The Limited Possibilities of Transformation within the Capitalist World Economy', *African Studies Review*, 17(1), p. 1-26. doi:[10.2307/523574](https://doi.org/10.2307/523574).
- Wiltshire, K. (2001) 'Management of Social Transformations: Introduction', *International Political Science Review*, 22(1), pp. 5–11. doi:[10.1177/0192512101221001](https://doi.org/10.1177/0192512101221001).
- Wright, E. O. (2011) 'Transforming Capitalism through Real Utopias', *American Sociological Review*, XX(X), p. 1–25. doi: 10.1177/0003122412468882.